

PEDRO LEONARDO CEDROLA VIEIRA

**ASSÉDIO MORAL E ADOECIMENTO: REFLEXÕES SOBRE O TRABALHO DE
ASSISTENTES SOCIAIS NA MICRORREGIÃO DE VIÇOSA-MG**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, para obtenção do título de Magister Scientiae.

Orientadora: Rita de Cássia Pereira Farias

**VIÇOSA - MINAS GERAIS
2021**

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Campus Viçosa**

T

V658a
2021

Vieira, Pedro Leonardo Cedrola, 1991-
Assédio moral e adoecimento : reflexões sobre o trabalho
de assistentes sociais na microrregião de Viçosa-MG / Pedro
Leonardo Cedrola Vieira. – Viçosa, MG, 2021.
166 f. ; 29 cm.

Inclui apêndices.

Orientador: Rita de Cássia Pereira Farias.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f. 151-159.

1. Assédio no ambiente de trabalho. 2. Trabalho - Aspectos
da saúde. 3. Assistentes sociais - Saúde e higiene - Viçosa (MG).
I. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de Economia
Doméstica. Programa de Pós-Graduação em Economia
Doméstica. II. Título.

CDD 22. ed. 331.133098151

Bibliotecário(a) responsável: Renata de Fatima Alves CRB6 2875

PEDRO LEONARDO CEDROLA VIEIRA

**ASSÉDIO MORAL E ADOECIMENTO: REFLEXÕES SOBRE O TRABALHO DE
ASSISTENTES SOCIAIS NA MICRORREGIÃO DE VIÇOSA-MG**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 04 de março de 2021.

Assentimento:



Pedro Leonardo Cedrola Vieira
Autor



Rita de Cássia Pereira Farias
Orientadora

À minha amada avó Bárbara

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, professora Rita de Cássia Pereira Farias, que acreditou em mim; que ouviu pacientemente as minhas considerações partilhando comigo as suas ideias, conhecimento e experiências que sempre me motivou. Quero expressar o meu reconhecimento e admiração pela sua competência profissional e minha gratidão pela sua amizade, por ser uma profissional extremamente qualificada e capaz.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pelo apoio e financiamento imprescindível nesta pesquisa.

Agradeço a Universidade Federal de Viçosa pelo ensino público de excelência, estando entre as melhores universidades da América Latina, com reconhecimento nacional e internacional e de modo especial ao Departamento de Economia Doméstica na pessoa da Professora Márcia Onísia da Silva, chefe de departamento e à Professora Neide Maria de Almeida Pinto, coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica – PPGED, às quais estendo todo meu afeto aos demais professores, técnicos e funcionários.

Agradeço aos membros da Banca de Defesa, Professora Ana Livia Coimbra, Cláudio Horst e Nelmiros Ferreira da Silva, bem como as professoras que participaram da defesa do projeto, professora Cristiane Natalício de Souza e Mariana Costa Carvalho.

Aos meus pais Heloísa e Pedro, meus irmãos Dante e Gabriel. Sem o apoio de vocês nada em minha vida seria possível.

Agradeço à minha amada avó-mãe Bárbara Magalhães Cedrola (in memoriam), que por um descuido de Deus não esteve presente fisicamente até o fim desta jornada, mas sempre me amou como um filho durante todos os dias de nossa intensa e amorosa convivência.

Agradeço a Gabriela Gomes a parceria, cumplicidade, amor e dedicação incansável, mesmo nos momentos mais difíceis desta jornada.

Agradeço ainda, Nanci Lagioto Hespanhol Simões e Isaura Gomes de Carvalho Aquino, a quem tenho laços que vão muito além de amizade e de ex-aluno. Ambas são minhas referências na profissão.

Desejo igualmente agradecer a todos os meus colegas do Mestrado em Economia Doméstica, especialmente a Theresa Marques, Andreza Stampini, Rafaela Lopes, Nathalia Dias, Wendel Batista e Wellington Domingos cujo apoio e amizade estiveram sempre presentes.

Agradeço aos assistentes sociais da Microrregião de Viçosa, MG pela confiança e disponibilidade de participarem da pesquisa em um momento tão conturbado vivenciado pela Pandemia do Novo Corona Vírus (COVID 19). Sem esse apoio este trabalho não seria possível.

“Carregue sua Cruz com elegância”.
(Padre Luizinho)

RESUMO

VIEIRA, Pedro Leonardo Cedrola, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, março de 2021. **Assédio Moral e Adoecimento: reflexões sobre o trabalho de assistentes sociais na microrregião de Viçosa-MG.** Orientadora: Rita de Cássia Pereira Farias.

A dissertação trata de uma análise sobre o assédio moral sofrido por assistentes sociais no ambiente de trabalho, os processos de adoecimento decorrentes desse e seus impactos na família dos assistentes sociais. Expõe o assédio moral enquanto tática de gestão no capitalismo contemporâneo e propõe a organização coletiva como estratégia de enfrentamento. Para elucidar este objeto, foi utilizada a pesquisa qualitativa, a partir da aplicação de questionários, de forma remota, a assistentes sociais na microrregião do município de Viçosa, MG. A análise dos dados pautou-se nos referenciais do materialismo histórico dialético, trata-se de uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, pois reconhece que os fatos sociais não podem ser entendidos a partir de uma ótica isolada, abstraídos de sua dimensão histórica e de suas influências políticas, econômicas. A pesquisa demonstra que a formação sócio histórica do país, reflete na profissão, inserida no contexto capitalista contemporâneo, exigindo cada vez mais produtividade dos assistentes sociais. Esses, por sua vez, compromissados com o Projeto Ético Político Profissional se vêm em situações de assédio moral. Os resultados da pesquisa indicaram que o assédio moral na categoria se expressa por meio do desrespeito ao profissional ou ao seu trabalho. Tal fenômeno ocorre, especialmente, para submeter trabalhadores/as, ou mesmo para descartá-los/as, quando não coadunam com a política de gestão. O assédio moral está inserido num contexto histórico de profundas alterações no mundo do trabalho, que utiliza a ideologia gerencialista para administrar os recursos humanos nas organizações de trabalho, representada nas figuras dos prefeitos municipais, secretários das políticas públicas e coordenadores de equipamentos. Os resultados apontaram também que os usuários das políticas públicas podem se tornar assediadores. Lutar contra essa prática é uma forma de resistência ao acirramento da opressão e do sofrimento experimentado pelos/as assistentes sociais no trabalho contemporâneo.

Palavras-chave: Trabalho. Assédio moral. Assistente Social. Adoecimento do trabalhador.

ABSTRACT

VIEIRA, Pedro Leonardo Cedrola, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, March 2021. **Bullying and Illness: reflections on the work of social workers in the microregion of Viçosa-MG.** Advisor: Rita de Cássia Pereira Farias.

The dissertation deals with an analysis of the psychological harassment suffered by social workers in the work environment, the illness processes resulting from this and its impacts on the social workers' family. It exposes moral harassment as a management tactic in contemporary capitalism and proposes a collective organization as a coping strategy. To elucidate this object, a qualitative research was used, from the application of questionnaires, remotely, to social workers in the microregion of Viçosa, MG. Data analysis was based on the references of dialectical historical materialism, it is an interpretation and totalizing of reality, as it recognizes that social facts cannot be understood from an isolated perspective, abstracted from its historical dimension and its political influences, income, a research demonstrates that the country's historical formation results in the profession, inserted in the contemporary capitalist context, demanding more and more productivity from social workers. Those, in turn, committed to the Professional Political Ethical Project result in situations of moral harassment. The survey results indicated that bullying in the category is expressed through disrespect for the professional or for their work. This phenomenon occurs, especially, to submit workers, or even to discard them, when they do not comply with the management policy. Moral harassment is inserted in a historical context of profound changes in the world of work, which uses a managerial ideology to manage human resources in work associations, represented in the figures of municipal mayors, secretaries of public policies and equipment coordinators. The results also pointed out that users of public policies can become harassers. Fighting against this practice is a form of resistance to the intensification of oppression and suffering experienced by social workers in contemporary work.

Keywords: Work. Bullying. Social Worker. Worker Illness.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPES	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
CBAS	Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CNS	Conselho Nacional de Saúde
COFI	Comissões de Orientação e Fiscalização
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado da Assistência Social
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
INSS	Instituto Nacional de Seguro Social
MPC	Modo de Produção Capitalista
MPF	Ministério Público Federal
ONG's	Organizações não governamental
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TEPT	Transtorno do estresse pós-traumático

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
1.1. O Problema e sua Importância	14
1.2. Justificativa da Escolha do Tema	21
1.3. Procedimentos Metodológicos	23
1.4. Organização da Dissertação	32
 CAPÍTULO 1 TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL	 34
1.1. O Trabalho Criativo e sua Transformação em Mercadoria	34
1.2. O Modo de Produção Capitalista e suas Transformações	39
1.3. A Desresponsabilização do Estado na Garantia de Direitos e o (des)cuidado com a População em Função da Pandemia	46
1.4. O Trabalho do Assistente Social na Cena Contemporânea e o Compromisso Ético	50
 CAPÍTULO 2 ASSÉDIO MORAL NO TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS..	 62
2.1. As Consequências do Capitalismo Tardio na Formação Nacional	62
2.2. A Herança Cultural do Mandonismo na Formação Sócio-histórica do Brasil	66
2.3. O Primeiro-Damismo na Particularidade do Assédio Moral de Assistentes Sociais	74
2.4. Constrangimentos Praticados por Autoridades Municipais e Judiciais.....	86
2.5. O Superior Hierárquico da Instituição na Gestão de Conflitos e Assédio.....	95
2.6. Relação Assistente Social e Usuário: Entre a Proteção e o Assédio	105
 CAPÍTULO 3 PROCESSOS DE ADOECIMENTO DO ASSISTENTE SOCIAL.....	 111
3.1. A Política e Saúde dos Trabalhadores	111
3.2. Os Processos de Adoecimento dos Assistentes Sociais	116
3.3. O desgaste mental dos Assistentes Sociais e o uso de medicamentos	125
3.4. A Ação do Serviço Social no Enfrentamento ao Assédio Moral	141
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	 145
 REFERÊNCIAS	 151
 APÊNDICES	 160

1. INTRODUÇÃO

A presente dissertação de mestrado tem como objeto de estudo as manifestações do assédio moral no trabalho do assistente social, analisando os impactos na saúde desse trabalhador, bem como em suas famílias.

O tema do assédio se tornou uma forte preocupação social, fazendo com que estudiosos de várias áreas do saber, como administradores, enfermeiros, médicos, psiquiatras, psicólogos e assistentes sociais se debruçassem sobre ele, a fim de desvelar os impactos negativos que causa à saúde e ao bem-estar da vítima.

Segundo Ávila (2015), o assédio moral está presente ao longo de toda a história, mas é a partir da lógica capitalista que se consegue compreender de forma mais clara as suas ações e suas vítimas. A autora menciona que o assédio moral no trabalho é uma conduta abusiva, repetitiva, intencional, que ocorre no ambiente de trabalho, que se manifesta por meio de palavras, atos, gestos, comportamentos ou de forma escrita, que humilha, constrange e a desqualifica a pessoa ou um grupo, atingindo sua dignidade, sua saúde física e mental, colocando em risco sua integridade pessoal e profissional.

Pesquisadores referenciados sobre este tema, como Hirigoyen (2005) Freitas, Heloani e Barreto (2008) e Ávila (2015) compartilham a ideia de que o assédio moral impacta fortemente na demolição psíquica do indivíduo. Hirigoyen (2005) expressa que muitas vezes os aspectos que estão por trás desse fenômeno são as consequências de um modo de viver competitivo no contexto das organizações. Muitos são os fatores que levam a tais práticas: as condutas individualistas em ambientes que muitas vezes se tornam insalubres e violentos; locais de trabalho nos quais se desrespeita os princípios da dignidade e dos direitos humanos e; onde há uma degradação das relações de trabalho – inclusive do ponto de vista ético – gerando consequências nefastas nos indivíduos assediados, nas instituições e na sociedade.

O assédio moral é analisado como violência baseada em humilhações, agressões, psicoterror e abusos de poder que interferem na saúde dos trabalhadores e em suas trajetórias profissionais e de suas famílias. Nessa via se torna necessário compreender as diferenciações entre homens, mulheres, brancos e negros no mercado de trabalho e os indicadores de desemprego. As mulheres negras são mais discriminadas, desempenham trabalhos precários e

ganham menores salários. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano de 2019, as mulheres negras e pardas receberam cerca de 44% menos que os homens brancos que ocupam o topo da escala de remuneração no país. (IBGE, 2019).

Esse estudo se torna relevante ao Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica que possui área de concentração em “*Família e Sociedade*”, na medida em que é de suma importância compreender os reflexos das novas estratégias de controle do trabalhador além do ambiente de trabalho. O impacto na perda de qualidade de vida do trabalhador vítima de assédio moral ultrapassa os muros e grades dos seus ambientes de trabalho e atinge diretamente as suas relações sociais como um todo, acarretando malefícios nas relações interpessoais com os membros da família ou ainda do desempenho de suas atividades.

As motivações em discutir a realidade profissional do assistente social, em uma noção ampliada de classe trabalhadora, advêm desde a graduação em Serviço Social, na Universidade Federal de Juiz de Fora nas disciplinas de Serviço Social e Questão Social, Classes e Movimentos Sociais I e II, bem como na disciplina de Trabalho e Serviço Social, essencial para o entendimento da dinâmica do trabalho do Assistente Social na cena contemporânea.

Adicionalmente, a monitoria da disciplina “*Serviço Social e Questão Social*” permitiu aprofundar minha compreensão sobre as reais condições de trabalho e relações que se estabelece no cotidiano profissional do assistente social. Como nos elucida Iamamoto (2015):

Transitar da análise da profissão para o seu efetivo exercício agrega um complexo de novas determinações e mediações essenciais para elucidar o significado social do trabalho do assistente social – considerado na sua unidade contraditória de trabalho concreto e trabalho abstrato – enquanto exercício profissional especializado que se realiza por meio do trabalho assalariado alienado. Esta condição sintetiza tensões entre o direcionamento que o assistente social pretende imprimir ao seu trabalho concreto (IAMAMOTO, 2015. p.214).

Além da motivação propiciada pelas disciplinas e monitoria, realizei estágio no Conselho Regional de Serviço Social – CRESS 6ª Região – Seccional de Juiz de Fora, no período de março de 2016 a agosto de 2017. O aprendizado se deu em todos os momentos, seja nas atividades internas, seja nas visitas de fiscalização rotineiras, que constituem uma ampla frente de trabalho do Conselho.

A ação do Conselho da categoria profissional dos assistentes sociais é amparada pela Resolução CFESS 512/2007 que institui as normas para o exercício da fiscalização profissional.

Estabelece os parâmetros para prevenção, orientação e fiscalização do exercício profissional, bem como as competências das Comissões de Orientação e Fiscalização – COFI.

Com base na aplicação dessa normativa, o estágio no CRESS me propiciou uma apreensão da realidade de todos os espaços sócio-ocupacionais dos assistentes sociais: esfera estatal, esfera empresarial, Terceiro Setor (incluindo ONG's, Institutos e Instituições).

A aproximação do cotidiano profissional do assistente social possibilitou compreender quais são as condições de trabalho e a particularidade do trabalho na sociedade capitalista em face da relação de compra e venda da força de trabalho e, em especial, o trabalho do assistente social que se processa no âmbito das contradições das classes sociais.

As discussões realizadas nos momentos de supervisão de estágio junto a Agente Fiscal fomentaram a discussão sobre a incidência de assédio moral na categoria profissional. Ademais, nos momentos de elaboração dos relatórios de visitas de fiscalização, respostas aos e-mails, atendimentos telefônicos (advindos de demandas espontâneas ou ainda de denúncias feitas junto a Seccional de Juiz de Fora) permitiram verificar o crescimento exponencial da recorrência dos assistentes sociais ao Conselho para a busca de orientações e informações.

Essas experiências me motivaram a elaborar, em 2017, o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado *“O Trabalho do Assistente Social e as Estratégias Contemporâneas de Controle do Trabalho: A questão do Assédio Moral”* (VIEIRA, 2017). Tal pesquisa possibilitou desvelar as principais questões relacionadas ao exercício profissional postas ao Conselho estão relacionadas a: as condições de trabalho inadequadas à Resolução 493/06, que dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social; descumprimento por parte do empregador da jornada de trabalho de 30 horas semanais conforme a Lei 12.370/2010; desrespeito às prerrogativas do assistente social (sigilo e autonomia profissional); solicitações abusivas por parte das autoridades judiciais bem como do INSS aos assistentes sociais que atuam na política de Assistência Social dos municípios, para a realização de pareceres/estudos sociais, sem remuneração; demanda pela realização de atribuições incompatíveis com a profissão.

Apesar de não poder aprofundar muito o tema no TCC, surgiram diversas outras questões junto à particularidade do assédio moral, tais como: quais são os reflexos para as

famílias dos indivíduos vítimas de assédio no ambiente de trabalho? Há uma relação entre assédio e gênero? De que modo essa relação se estabelece?

Esses questionamentos levantaram a possibilidade de uma investigação mais ampla sobre o “tempo miúdo do trabalho cotidiano” (YAZBEK, 2001. p.34) nas situações singulares em que o assistente social se defronta no exercício profissional, notadamente as especificidades ligadas ao assédio moral.

Essa profissão eminentemente feminina está inserida em uma sociedade marcada por traços patriarcais e conservadores, formada pela ideologia da ordem burguesa, cujos valores baseiam-se nos pressupostos e interesses masculinos em todos os campos da sociabilidade, colocando a mulher em segundo plano, dificultando os ideários que possam privilegiar ou emancipá-las.

Segundo Iamamoto e Carvalho (2007), o Serviço Social no Brasil se legitima e se consolida profissionalmente como um dos recursos mobilizados pelo Estado e pelo empresariado, sobretudo, a partir dos anos 1930 que tinham forte apoio e influência da Igreja Católica na perspectiva de enfrentamento e regulação da “questão social”:

Aceitando a idealização de sua classe sobre a vocação natural da mulher para as tarefas educativas e caridosas, essa intervenção assumia, aos olhos dessas ativistas, a consciência do posto que cabe à mulher na preservação da ordem moral e social e o dever de tornarem-se aptas para agir de acordo com suas convicções e suas responsabilidades. Incapazes de romper com essas representações, apostolado social permite àquelas mulheres, a partir da reificação daquelas qualidades, uma participação ativa no empreendimento político e ideológico de sua classe, e da defesa faculta um sentimento de superioridade e tutela em relação ao proletariado, que legitima a intervenção (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007, p. 172).

O estágio realizado no CRESS e a pesquisa do TCC apontaram que há casos de assédio moral no exercício da profissão, quando os assistentes sociais não acatam as determinações das instituições sem questionamentos. O assédio se manifesta no isolamento do profissional na instituição, que é impedido de exercer as atividades pertinentes ao seu cargo, além de receber agressões verbais e, em poucos casos até mesmo físicas, gerando o adoecimento e o afastamento do trabalho.

Diante dessas evidências, o presente estudo busca traçar o que os autores definem como o fenômeno do assédio moral e, a partir daí, entender as expressões desse fenômeno dentro da profissão dos assistentes sociais.

1.1. O Problema e sua Importância

A força de trabalho humana apropriada pelo capital e seus mandatários é regulamentada pelo Estado, com propósitos explícitos de flexibilizar leis e extinguir direitos. Tem como objetivo último que os trabalhadores arquem com o ônus do planejamento de gastos do fundo público¹, que destina em torno de cinquenta por cento de sua arrecadação para pagamentos de juros e amortizações da dívida externa, em vez de investir nos fins para que ele foi criado, ou seja, melhorias em políticas sociais e melhorias para o coletivo.

No capitalismo mundializado, os trabalhadores devem cumprir metas impostas pelas empresas, que em geral, tornam-se cada vez mais difíceis de serem atingidas, extraindo cada vez mais capacidade de trabalho dos trabalhadores em geral, com vistas à otimização da produção, aumento exponencial dos lucros e visibilidade dos serviços prestados.

Para fragmentar a identidade do trabalhador, utiliza-se termos como “colaborador” ou do “parceiro”, o que constitui um falseamento ideológico, uma das formas de mistificação do trabalho e da exploração que lhe é imanente e eminente. É o que Alves (2011; 2014) denomina como disputa pelo intangível, com o desenvolvimento de estratégias gerenciais capazes de captar a subjetividade do trabalho vivo. Envolve valores fetichizados, anseios e necessidades utópicas, que o autor denomina de “inovações socio metabólicas”, que ultrapassam o espaço da produção e alcançam o âmbito da reprodução social.

No caso dos assistentes sociais, seu trabalho é permeado por inúmeros desafios na cena contemporânea. O profissional possui vários elementos para a defesa de sua autonomia, como a qualificação acadêmico-profissional, bem como a formação continuada (capacitações, cursos, pós-graduações), a regulamentação das atribuições privativas e competências profissionais e as forças políticas que são oriundas da organização dos trabalhadores (IAMAMOTO, 2009, p.353).

Desse modo, reconhecer o assédio moral a partir de fatos ocorridos em um determinado

¹ O fundo público ocupa um papel relevante na articulação das políticas sociais e na sua relação com a reprodução do capital. A presença dos fundos públicos na reprodução da força de trabalho e gastos sociais é uma questão estrutural do capitalismo. Envolve toda a capacidade de mobilização de recursos que o Estado tem para intervir na economia, seja por meio das empresas públicas, pelo uso das suas políticas monetária e fiscal, assim como, pelo orçamento público. (SALVADOR, 2012).

processo de trabalho, que busca estratégias cada vez mais refinadas de controle do trabalho do assistente social, é um estudo que carece de aprofundamento. O assédio moral é reconhecido e estudado aqui como uma destas estratégias, nos mais diversos espaços sócio ocupacionais nos quais as visitas de fiscalização do CRESS - 6ª Região - puderam identificá-lo, haja vista que a implantação do terror psicológico no trabalho (LEYMANN 2000) é difícil de identificar, sobretudo, em razão das especificidades do assediador, das vítimas e do contexto nos quais o assédio moral é germinado.

Segundo Leymann (2017), o curso do psicoterror no trabalho apresenta-se em uma sequência típica de cinco fases que se repetem em diferentes casos, nas relações de trabalho dos assistentes sociais, o que se constitui como ferramenta estratégica para controle dos trabalhadores.

A primeira fase, segundo o referido autor, é a dos incidentes críticos, ou seja, a fase em que a situação desencadeante do assédio moral está apenas no conflito, em um ponto específico, como uma bronca, um desacordo entre pessoas, ou ainda alguma imposição que é tida como momentânea, que em algum momento toma outra forma, assumindo uma nova dinâmica. Um conflito que era pontual toma proporções maiores. Essa fase por si só, não é, segundo Leymann (2000) característica de assédio moral, entretanto, a partir desse momento, novas situações são originadas. Exemplo disso, dentre os destacados, são os casos de assistentes sociais que são obrigados por suas chefias a assinarem documentações com as mais diversas finalidades, em favorecimento, sejam de cunho eleitoral, ou ainda para autopromoção de agentes públicos, como, por exemplo, beneficiar apoiadores políticos.

Ao longo de fiscalizações realizadas pelo Setor de Orientação e Fiscalização no ano de 2016, algumas situações foram características, como por exemplo, a de chefias diretas, indiretas e até mesmo pessoas que sequer são ligadas às instituições onde se encontram os assistentes sociais, coíbem a autonomia técnica de conceder ou não, algum benefício aos usuários, impondo ou fazendo com que sobressaia a vontade e, sobretudo, os interesses desses agentes. Conforme Leymann (2017), nesse momento por si só, não é caracterizado como assédio moral. Entretanto, devido às tensões causadas pelos posicionamentos dos assistentes sociais, em geral, críticos e combativos, pode estar o cerne de grande parte das situações seguintes e seus agravantes.

Na segunda fase, surgem as estigmatizações e o assédio moral pode, ou não, conter comportamentos que, em outro contexto, não representariam necessariamente a agressão, nem o intuito de excluir ou expulsar alguém. Contudo, o desenrolar dessa fase ocorre em atitudes repetitivas, por um longo período e com propósitos hostis. Essas condutas têm como finalidade expor e prejudicar o outro perante as demais pessoas. Em geral são utilizados métodos agressivos de manipulação.

Segundo Simões (2017), há casos explícitos de interferência na autonomia profissional, oriundos das chefias diretas e também das indiretas. Assistentes sociais lotados em presídios, Secretarias Municipais de Assistência Social, ONGs e nos setores privados são, há todo momento, colocados em xeque em prol de benefícios a terceiros por uso de influências externas. Vereadores que visam práticas assistencialistas em prol de seus eleitores, Secretários Municipais de Assistência Social que visam atender os interesses de prefeitos e, por último, mas não menos importante, ainda presente de maneira muito forte nos dias atuais, o primeiro-damismo².

Mesmo com toda a afirmação da categoria profissional ao longo das últimas décadas, se faz presente ainda o pensamento de que a profissão de serviço social pode ser exercida por qualquer pessoa, sem formação na área, como a primeira-dama, quando assume a Secretaria de Assistência Social do município, ainda que não seja uma função privativa do assistente social, essas, acaba desqualificando a profissão. Ao limitar as possibilidades de efetivação do exercício profissional dos assistentes sociais, descaracterizando a profissão, principalmente pelo veio da autonomia relativa, limita, cada vez mais, as possibilidades de materialização do projeto ético-político do serviço social³. Essa perspectiva pode se constituir em um dos fatores que alimenta as relações de assédio moral no trabalho do assistente social.

A terceira fase de intervenção para caracterização de assédio moral da empresa/instituição, é quando quem gerencia o funcionamento institucional toma conhecimento

² Ato de nomear a primeira-dama do poder executivo para ocupação de cargos públicos, sobretudo, ligado às Secretarias de Assistência Social. As atividades exercidas por estas mulheres foram assegurando-se como atividades de ordem filantrópica, digna no plano da atenção à pobreza.

³ Propõe a construção de uma nova ordem social. Tem como princípio o fim da exploração ou dominação de classe, raça ou gênero. Pensado no contexto da Ditadura Militar no Brasil, teve sua consolidação na década de 1990 e está em constantes diálogos com todos os setores da sociedade de modo a alcançar as transformações societárias.

dos fatos, por conseguinte, dos conflitos.

O incidente, então, se transforma no caso de X, sendo que X é sempre vítima assediada, não o agressor. Por causa do processo anterior de estigmatização da vítima, é mais fácil situar a responsabilidade nela do que no agressor. A gestão tende a aceitar e assumir os preconceitos produzidos pelas fases anteriores. Some-se a isso sua natural tendência a terminar rapidamente com o problema (normalmente a pessoa assediada). Isso resulta, na maioria das vezes, em violação dos direitos fundamentais da vítima, que se vê maltratada e estigmatizada. Entra, então, em funcionamento o mecanismo conhecido como erro fundamental de atribuição, no qual os colegas e a gestão tendem a criar explicações baseadas nas características individuais da vítima e não em fatores organizacionais e de má gestão (ÁVILA, 2015, p. 37).

Segundo Hirigoyen (2016), quando os conflitos tomam essa proporção, em geral, os profissionais se sentem coagidos e acabam não visualizando possibilidades de cessar o problema de forma plena. Esses buscam dar soluções paliativas, que não surtirão efeito em longo prazo.

A quarta fase é a dos diagnósticos incorretos. As situações em que a vítima busca ajuda especializada em psicólogos e psiquiatras, há um grande risco de terem um diagnóstico errado, distorcido, pois, na maioria dos casos não há informações suficientes para investigar situações sociais que têm origem na própria organização em que o paciente trabalha.

[...] O risco é que a pessoa seja marcada com um diagnóstico incorreto como paranoia, transtorno maníaco-depressivo, desajuste de personalidade. Isso pode destruir a vítima, sua carreira profissional e, desse modo, impedir ou dificultar sua reabilitação profissional. (ÁVILA, 2015, p. 37).

Tomando proporções ainda maiores, há casos de profissionais que se encontravam em um estágio avançado de adoecimento aparente que, tomado por suas rotinas de assediado moralmente, passam a não mais reagir.

O fato de não haver um olhar qualificado e o assédio moral ser, estrategicamente pouco discutido pelas instituições e empresas, faz com que não somente os assistentes sociais, mas todo o profissional inserido no mercado de trabalho sofra situações vexatórias e constrangedoras que os levam ao adoecimento sem, de fato, combaterem a raiz do problema.

Por fim, Leymann (2017) destaca que a quinta fase é quando se dá a exclusão da vida laboral e o profissional abandona seu emprego após inúmeras licenças, porque já não consegue mais resistir ao assédio moral sofrido, sem nenhum tipo de apoio por parte do empregador, mal diagnosticado pelo psicólogo ou psiquiatra e isolado profissional e socialmente no ambiente de

trabalho, acuado e com medo a única saída visível é o pedido de demissão.

Os que resistem ao pedido de demissão e enfrentam o assédio moral passam por muitas tribulações que lhes trazem sérias consequências em sua saúde, ocasionando outros afastamentos por doenças relacionadas à saúde com estresse pós-traumático, aumentando suas possibilidades de demissões ou exonerações via processos administrativos. No caso dos assistentes sociais, alguns deles sofrem o agravamento do problema dentro e fora do ambiente de trabalho, ocorrendo casos mais extremos de tentativas de suicídio e, também, as vias de fato.

Hirigoyen (2016) observou que o assédio moral se estabelece nos seguintes estágios: a sedução perversa, a comunicação perversa e a violência perversa.

[...] o agressor desestabiliza a vítima, fazendo-a perder progressivamente a confiança em si própria. A finalidade é atrair irresistivelmente o outro, corrompê-lo e suborná-lo, para captar o desejo do outro que o admira, com o objetivo de destruí-lo, pois, representa uma ameaça. Segue-se a fase de enredamento, na qual, mediante manipulação, o agressor impõe uma relação de dominação, por influência intelectual ou moral, fazendo o outro dependente do agressor. Ameaças veladas ou intimidações visam a enfraquecer a vítima para melhor fazer passar as próprias ideias, podendo chegar a uma verdadeira lavagem cerebral. O controle se estabelece. O que importa nessa fase não é destruir o outro de imediato, mas conservar o poder e o controle. A vítima deixa-se prender na teia de aranha da dependência. Trata-se, então, de seduzir para desestabilizar a vítima; enredar para que ela perca sua autoconfiança; controlar, para que ela perca sua estabilidade. (HIRIGOYEN, 2006, p. 109)

A autora menciona que o agressor se utiliza de mecanismos que dão a ilusão da comunicação, definido então como a fase da comunicação perversa, havendo somente uma comunicação que afasta e impede o intercâmbio, com a finalidade de poder usar o outro, para que ele continue a não entender nada do processo e fique ainda mais confuso. Não ditos, subentendidos e reticências, levam a vítima a um estado de angústia.

O outro, que era tão somente um objeto útil, passa a representar ameaça perigo, do qual o agressor precisa livrar-se seja por qual meio for. O assediador, como define Ávila (2015), tenta levar a vítima a agir contra ele, buscando induzir o outro a usar seus mecanismos, e depois, levá-la a desviar as normas, para denunciá-la como má, sendo, portanto, normal que ela seja incriminada como agressora. O que o agressor procura é introjetar no outro o que há de mal nele.

É importante salientar que, nem sempre as sequências até aqui apresentadas, com base nos estudos de Leymann (2000), Freitas, Heloani e Barreto (2008), Hirigoyen (2006) e Ávila

(2015) seguem tais padrões. Entretanto, são de grande valia para fornecer premissas para identificar o assédio na fase inicial e tomar medidas que impeçam seu desenvolvimento.

A partir da interação foi percebido que as requisições e acompanhamentos a assistentes sociais chegam à instituição das mais diversas formas, sejam por e-mails, contatos telefônicos, atendimentos presenciais e as visitas de fiscalização rotineiras. Fruto dessas ações há uma grande produção de dados, informações e levantamentos que são de extrema importância para a categoria profissional, sendo estes, objeto dessa investigação.

Os assistentes sociais têm sido pressionados a quebrarem o sigilo profissional e de executarem tarefas que são de responsabilidade da justiça, como oferecer provas à justiça por meio de depoimentos, entrega de prontuários, elaboração de relatórios sobre usuários, fornecendo detalhes sobre a vida pessoal que podem ser usadas para diversas formas de punição: desde a criminalização até a discriminação alimentada por preconceitos. Nesse tocante, se pode inferir como a maior demanda levada a Seccional de Juiz de Fora nos anos de 2015 à 2018, seja para esclarecimentos se de fato há a obrigatoriedade de cumprimento desses mandos judiciais, bem como, questioná-los, conforme aponta os dados dos relatórios, pareceres e questionários de visitas de fiscalizações da Seccional de Juiz de Fora.

Em municípios do interior, onde há em grande parte somente um ou no máximo dois profissionais, estes se veem acuados e temerosos em não cumprir pedidos oriundos de promotoria e varas judiciais. Ainda que não seja uma atribuição direta, acabam por realizar as dadas ordens.

Assistentes Sociais atuantes nos diversos órgãos municipais, sobretudo Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) realizam excessivas demandas que sobrecarregam seus serviços, fazendo com que haja um desvio de função na instituição empregadora e, para completar, não recebem por tais serviços, o que pode considerar ser um trabalho análogo ao escravo, respondendo às solicitações judiciais para realização de estudos e pareceres, com prazo determinado. Em geral, esses prazos são impraticáveis.

Quando não há o acatamento das determinações oriundas, por exemplo, do INSS, judiciário e ministério público sem questionamentos é observado, como se propõe a analisar

este estudo, situações de assédio moral no exercício da profissão, onde são notadas, de acordo com os dados analisados junto ao CRESS 6ª Região (VIEIRA, 2017) as seguintes características: isolamento do profissional na instituição, sendo o mesmo impedido de exercer as atividades pertinentes ao seu cargo; agressões verbais e em pouco, casos até mesmo físicas, gerando o adoecimento e afastamento do trabalho.

Juntamente a esse contexto, é preciso destacar também as condições de trabalho precárias que são oferecidas aos profissionais⁴ (nesse caso, municípios de grande e pequeno porte, sem distinção) com baixíssimos salários (salários menores que o valor mínimo garantido em Lei), informalidade na forma de contratação, havendo inclusive a incidência de contratos de trabalho mensais e descumprimento da jornada de trabalho de trinta horas semanais⁵.

Ávila (2015) demonstra que o assédio se dá de forma sutil e muitas vezes maquiadas, contudo, caracterizadas como uma violência ao trabalhador, pois, as requisições que chegam para o profissional de Serviço Social têm cada vez mais um caráter conservador, que visam ainda nos dias atuais, após toda afirmação da categoria profissional promovida ao longo das últimas sete décadas desqualificar as atribuições específicas e privativas dos assistentes sociais, bem como a própria negação ao saber profissional dos assistentes sociais

Formas como mencionadas no parágrafo anterior bem como as mais diversas e distintas maneiras de agressão tem sido direcionada aos profissionais de serviço social cotidianamente, o que torna cada vez mais necessário o entendimento dessas expressões de assédio moral para de fato combatê-las.

Diante da problemática apresentada, o presente trabalho se propõe compreender a seguinte pergunta investigativa: De que forma o fenômeno do assédio moral provoca o adoecimento físico e mental dos trabalhadores assistentes sociais e quais são os seus impactos na família?

⁴ Segundo Simões (2016), a política de Assistência Social é a área em que há maior interferência na autonomia técnico-profissional do Assistente Social (80%) mais precisamente nos Centros de Referência da Assistência Social e Secretarias Municipais de Assistência Social, nos municípios de pequeno e médio porte, vindo em seguida à área sociojurídica (8,5%), conforme aponta os dados obtidos nos relatórios de visitas de fiscalização.

⁵ Lei Federal 12.317 de 26 de agosto de 2010. Acrescenta dispositivo à Lei no 8.662, de 7 de junho de 1993, para dispor sobre a duração do trabalho do Assistente Social: “Art. 5º-A. A duração do trabalho do Assistente Social é de 30 (trinta) horas semanais.”

1.2. Justificativa da Escolha do Tema

A prática do assédio moral não é algo exclusivamente presente na particularidade brasileira. A Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 1996, realizou uma pesquisa que detectou que 12 milhões de trabalhadores da União Europeia viviam situações de grande humilhação em seus ambientes de trabalho, o que acarretou em distúrbios da saúde mental desses trabalhadores.

Segundo a OIT (1996), o assédio moral é um fenômeno internacional e, nos últimos anos, vem se tornando o grande mal da globalização, que geram depressões, angústias e danos psíquicos relacionados à gestão das organizações do trabalho.

Para analisar as situações que envolvem assédio moral no ambiente de trabalho que podem levar a exclusão, processos de adoecimentos e possíveis afastamentos do trabalho, com impactos na família, a presente pesquisa foi construída com base em autores marxistas, como Morral (2015), Leyman (2017) e Hirigoyen (2016) que subsidiam a análise da categoria trabalho em Karl Marx e Lukács. Marx (2013, p.113), no início de seu livro *O Capital*, traz uma frase que remete à reflexão do modo como o sistema capitalista atua sobre as pessoas transformando-as em mercadorias com a venda de sua força de trabalho “[...] a riqueza das sociedades onde reina o modo de produção capitalista aparece como uma ‘enorme coleção de mercadorias’ e a mercadoria individual como sua forma elementar”.

Para a manutenção de sua subsistência o homem sempre precisou produzir. Devido a essa necessidade surgiu o trabalho que, segundo Marx (2013, p.255) “[...] é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza”.

O homem transforma a partir de suas próprias forças as matérias-primas obtidas dos recursos naturais. Em sua intervenção na natureza, ele faz com que a matéria natural saia do seu estado bruto e se transforme em algo que atenda às suas necessidades e as de outras pessoas. Ao lidar com a natureza, o homem a modifica, mas também é modificado por ela. Conforme Marx (2013), o processo de trabalho envolve muitos elementos, entre eles estão os meios de produção, que são os instrumentos e ferramentas. Esses elementos não participam diretamente

na produção, mas servem para conduzir a atividade e sem eles não seria possível a realização do trabalho. O trabalhador se apropria das propriedades da matéria-prima para fazer com que estas atuem de acordo com o que se deseja. A matéria-prima não é o objeto de trabalho, ela é o meio de trabalho que aplicado à força humana transforma em algo para o seu próprio uso ou para o uso de outros.

No processo de trabalho, a atividade do homem, com ajuda dos meios de trabalho, opera uma transformação do objeto do trabalho segundo uma finalidade concebida desde o início. O processo se extingue no produto. Seu produto é um valor de uso, um material da natureza adaptado às necessidades humanas do meio da modificação de sua forma. O trabalho se incorporou a seu objeto. Ele está objetivado, e o objeto está trabalhado. O que do lado do trabalhador aparecia sob a forma do movimento, agora se manifesta, do lado do produto, como qualidade imóvel, na forma do ser. Ele fiou, e o produto é um fio (MARX, 2013, p. 258).

Compreender o trabalho pode facilitar entender a forma como o homem lida com as diversas nuances advinda do convívio social e também facilitar o entendimento de sua luta cotidiana pela sobrevivência no sistema capitalista, e claro, sendo submissas as leis desta mesma natureza que está em constante movimento. Conforme aponta Fortes (2016, p. 50) “o trabalho aparece, desta forma, como a unidade do pôr efetivo de um dado produto e da prévia ideação dos nexos causais da natureza, mediada e dirigida pela finalidade previamente estabelecida”.

Fortes (2016, p.56) ressalta que as relações sociais mais complexas não são deduzidas somente pela categoria trabalho, já que existem formas superiores da sociabilidade que o pôr teleológico⁶ estão “sobre determinados, sobre conformados pela mediação de novas categorias que surgem no decurso de desenvolvimento do ser social, dando a esses novos complexos da práxis contornos completamente distintos das formas anteriores”. Ou seja, o homem e suas relações sociais são bem mais amplos e complexos do que a categoria trabalho, sua compreensão não se limita em analisar esta categoria, mas um conjunto bem maior de outras categorias que se fazem integrantes uma das outras, formam as diversas nuances do homem em sociedade. Lukács analisa o trabalho não com o objetivo de compreender suas origens, mas

⁶ Lukács apresenta o termo para definir a atividade laborativa do homem e na sua capacidade de antecipar o resultado de sua ação. A atividade humana tem a particularidade de ser previamente idealizada. Foi por meio dessa atividade posta conscientemente que o homem se afirmou no mundo como sujeito e imprimiu na natureza seu poder. Pode este, de transformação, mas também de destruição.

com o objetivo de compreender o ser social. Podemos dizer que o valor é o resultado das interações da categoria trabalho com as mais diversas outras categorias que formam o conjunto da totalidade social, ele é originado no sistema capitalista, mais especificamente no modo de produção capitalista.

Diante das perspectivas teóricas apresentadas, a presente proposta de pesquisa procura contribuir com as discussões sobre a categoria trabalho proposta por Karl Marx (2013), colocando em debate a discussão acerca do assédio moral.

O objetivo geral da pesquisa é analisar o assédio moral nas particularidades do exercício profissional dos assistentes sociais da microrregião de Viçosa-MG, bem como os rebatimentos nos processos de adoecimento desses trabalhadores na família.

Especificamente pretende-se:

- Analisar os rebatimentos das transformações do mundo do trabalho e da contrarreforma do Estado no exercício profissional do assistente social;
- Compreender a formação sócio-histórica do Brasil e as relações de poder presentes na sociedade;
- Aprofundar o estudo sobre o significado social do trabalho do assistente social;
- Compreender os impactos do assédio moral no trabalho na saúde dos assistentes sociais;
- Compreender os reflexos do assédio moral na vida profissional e pessoal dos assistentes sociais."

1.3. Procedimentos Metodológicos

1.3.1. Caracterização da Pesquisa

Marconi e Lakatos (2002) defendem que os critérios para escolha do tipo de pesquisa a ser realizado variam de acordo com o enfoque que o pesquisador queira demonstrar, obedecendo a interesses, condições e objetivos diferentes. Nessa direção, buscando realizar este movimento, identificamos que a pesquisa aqui desenvolvida se caracteriza como pesquisa aplicada, posto a sua aplicação prática, uma vez que contribui como o desenho de estratégias

de enfrentamento ao fenômeno do assédio moral, de cunho descritiva explicativa e de abordagem metodológica qualitativa.

A pesquisa se dividiu em dois momentos: bibliográfico e pesquisa de campo. No primeiro momento embasando em autores marxista e especialista no fenômeno do assédio moral, buscamos conceituar o fenômeno, identificar suas características e o situar como estratégia contemporânea de controle do trabalho. Ainda, nesta etapa estudamos a família enquanto instituição socialmente e historicamente construída, sua relação com o Estado, especialmente, o Estado de bem-estar social e o neoliberal e, por fim, o contexto pandêmico atual que promove reflexos tanto no âmbito do Estado quanto familiar.

O estudo da metodologia de pesquisa, baseado em Marconi e Lakatos (2002), indicou que a pesquisa de campo exploratória era a mais adequada para este trabalho, uma vez que essa tem como objetivo aprofundar e ampliar o conhecimento existente. Logo, atende aos objetivos deste trabalho. Assim, por meio da pesquisa de campo buscamos identificar como o trabalho profissional dos assistentes sociais e o assédio moral sofrido por esses refletem em suas famílias.

1.3.2. Local de Estudo e Participantes da Pesquisa

A pesquisa foi realizada na microrregião de Viçosa, no estado de Minas Gerais, pertencente a Zona da Mata mineira. A referida microrregião é composta por Araponga (3 mil habitantes), Canaã (5 mil habitantes), Cajuri (4 mil habitantes), Coimbra (10 mil habitantes), Paula Cândido (10 mil habitantes), Pedra do Anta (4 mil habitantes), Porto Firme (15 mil habitantes); São Miguel do Anta (10 mil habitantes), Teixeiras (20 mil habitantes) e Viçosa, sendo o município mais populoso, com cerca de 100 mil habitantes. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2017), a população dessa microrregião conta com uma estimativa de 181 mil habitantes. A microrregião que apresenta uma área territorial total de 300 km².

Os municípios pequenos ou de pequeno porte I para o SUAS, a partir de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (2017), possuem número de até 20 mil

habitantes. Municípios com população entre 50 mil e 100 mil habitantes são considerados de médio porte. Portanto, com exceção do município de Viçosa, que se enquadra na definição de médio porte, todos os demais municípios que compuseram esta pesquisa são considerados de pequeno porte.

A partir de dados do CRESS-MG (2019), estima-se que haja na referida região composta por dez municípios, cerca de setenta vagas de trabalho de assistentes sociais, tendo um destaque maior, proporcionalmente ao município de Viçosa, com cerca de trinta vagas, considerando todas as políticas. Por conseguinte, a amostra é de aproximadamente um terço da população da pesquisa.

A delimitação dos participantes da pesquisa se deu a partir da busca pelos profissionais nos equipamentos governamentais e não-governamentais da referida região. Foi resguardado o assunto tratado exclusivamente com os assistentes sociais. Foram contactados vinte e dois assistentes sociais através de ligação telefônica, e-mail e aplicativos de mensagens. Destes, houve uma negativa de participação por motivos pessoais em não querer falar sobre a temática da pesquisa. Portanto, efetivamente, realizamos vinte e uma entrevistas, sendo dezenove mulheres e dois homens inseridos em equipamentos públicos das políticas de saúde, assistência social e educação.

Feitos os contatos e resguardados o sigilo dos profissionais e das instituições onde atuam, após o aceite, devido ao atual cenário mundial da Pandemia do Novo Corona Vírus - COVID-19, as entrevistas foram realizadas remotamente, através de uso das plataformas digitais de livre acesso, como Google Meet e Zoom.

1.3.3. Aspectos Éticos

Os nomes dos assistentes sociais foram substituídos por nomes fictícios. Os seus locais de trabalho e as cidades dos participantes, levando em consideração a quantidade de profissionais e o tamanho dos municípios, não foram divulgados, evitando exposições e associações.

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foi enviado para o e-mail do participante da pesquisa. De acordo com a Resolução CNS nº 510/2016, antes da entrevista, foi feita a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido como forma de obtenção da autorização para realizar a entrevista, que foi gravada em áudio. O TCLE informou que os dados coletados ficarão arquivados com o pesquisador responsável após o término da pesquisa por um prazo de cinco anos e que os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo e confidencialidade, atendendo à legislação brasileira, em especial, à Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, e utilizarão as informações somente para fins acadêmicos e científicos.

Foi considerado como um risco para a participação na pesquisa o rompimento do contrato de trabalho, tendo em vista os múltiplos vínculos empregatícios dos assistentes sociais na cena contemporânea, sendo em sua maior expressão, relações trabalhistas frágeis, como por exemplo, contratos de trabalhos renovados a cada trinta dias. Para os profissionais concursados, há de se considerar o risco de outras formas de retaliação, como isolamento e ou acúmulos de tarefas. Além disso, há de se considerar o conteúdo sensível da entrevista, que pode gerar desconforto ou constrangimento ao profissional. Assim, a fim de minimizar esse risco, as entrevistas foram marcadas de acordo com a disponibilidade dos entrevistados estarem em um local reservado de sua preferência e foi informado ao participante que a entrevista poderia ser interrompida e continuar em outro momento ou ainda, o entrevistado não responder às questões consideradas constrangedoras. Entretanto, durante a pesquisa não houve necessidade de fazer nenhuma intervenção.

Buscou-se lidar com este limite expondo os objetivos da pesquisa e da sua finalidade, buscando compor uma amostragem significativa que permita a avaliação da realidade. De acordo com o Conselho Nacional de Saúde - Resolução CNS nº 466 de 2012, item II.22, a pesquisa se compromete a resguardar o anonimato dos assistentes sociais participantes, bem como dos seus respectivos locais de trabalho, para não exposição e constrangimento dos profissionais participantes desta pesquisa.

A presente pesquisa buscou trazer como proveito para os assistentes sociais e toda a categoria profissional, o entendimento das expressões do fenômeno assédio moral dentro da

profissão de forma a criar estratégias coletivas e/ou individuais de enfrentamento, que possibilite a esta parcela da classe trabalhadora uma melhor qualidade de vida e trabalho.

Por fim, destacamos que a pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Viçosa (UFV) sob o parecer de número 4.400.871 em 16 de novembro de 2020.

1.3.4. Instrumentos de Análise de Dados

Para realizar a coleta dos dados, foi utilizada entrevista semiestruturada contendo questões acerca do assédio moral cometido contra os(as) assistentes sociais, buscando compreender como se deu o desenvolvimento do fenômeno e sua relação com o processo de adoecimento. O roteiro teve como base as pesquisas realizadas por Raichelis e Silva (2012) e Pellegrini (2016), a partir dos estudos de Hirigoyen (2002), Nunes (2011), Garcia e Tolfo (2012). Foi construído em três partes: a primeira composta por questões que possibilitou fazer uma caracterização do profissional assistente social assediado. A segunda parte, trouxe como enfoque o local de trabalho desse profissional e quais são suas reais condições de trabalho. Por fim, buscou-se compreender o modo como se apresenta a situação de assédio moral a partir da experiência da vítima e seus rebatimentos na família.

Foi apresentado também aos assistentes sociais a adaptação de um questionário desenvolvido por Heinz Leymann, psicólogo alemão radicado na Suécia, pioneiro nos estudos sobre Assédio Moral e um dos maiores especialistas mundiais. Esse questionário teve como objetivo levar os assistentes sociais a refletirem sobre a situação de assédio moral vivenciada.

A análise dos dados pautou-se nos referenciais do materialismo histórico-dialético que considera que a interpretação da realidade histórica supõe apreendê-la em permanente mudança, bem como em suas contradições e antagonismos (a luta dos contrários, a luta de classes). Nessa via, se faz necessário também apreendê-la em sua totalidade.

Na relação entre pensamento ou conhecimento (consciência) e ação ou “práxis” (existência), o materialismo dialético supõe o primado da ação e da transformação. A consciência, portanto, não é um simples reflexo da existência, das condições objetivas

(materialismo vulgar), mas um momento da ação, da prática consciente sobre o mundo (relação dialética entre consciência e existência) que transforma esse mundo (KONDER, 2002).

No processo de análise de dados, o resultado da pesquisa de campo foi organizado de forma coerente e fluída, articulando os dados da realidade empírica com os referenciais teóricos que embasam a discussão sobre o tema do assédio moral, buscando desvelar as relações que se estabelecem além das falas propriamente ditas

No processo investigativo foram elencadas as seguintes categorias de análise:

Trabalho: O trabalho é a forma como o ser humano constrói sua identidade ao superar obstáculos comuns do dia a dia, através de sua imaginação e capacidade de produção. O desenvolvimento da cultura fundamentou-se na produção, ou seja, no trabalho (MARX, 2013).

Assédio Moral: O assédio moral, segundo Hirigoyen (2005) é uma prática na qual o tempo e a duração são importantes. Não é uma violência pontual ou ocasional. Caracteriza-se como uma conduta frequente, premeditada e intencional. Ao longo do tempo, a pessoa alvo dessas desqualificações, poderá apresentar sérios danos psicológicos, resultantes de um processo ardiloso no qual a pessoa assediada se sente incapaz de reagir e se defender devido ao poder altamente destrutivo desse fenômeno que mexe com as estruturas emocionais, minando a sua segurança pessoal e sua autoestima. Para a caracterização de um fenômeno como assédio moral no Trabalho, é fundamental observar alguns aspectos concomitantes de condutas, que são determinantes: intencionalidade, frequência e durabilidade.

Adoecimento no trabalho: Qualquer alteração biológica ou funcional (física ou mental) que ocorre em uma pessoa em decorrência do trabalho. O trabalho pode ser considerado fonte de vida capaz de conferir identidade ao ser humano tanto no plano pessoal como no social, mas abre também a possibilidade de compreender o trabalho como uma poderosa fonte de adoecimento psicossomático e social, uma vez que o desgaste, o estresse e as condições ambientais do trabalho podem romper o equilíbrio psicossomático do trabalhador.

Serviço Social: O Serviço Social é uma profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho que se configura num processo histórico pelas contradições da relação capital e trabalho do sistema capitalista.

Assistente Social: São profissionais graduados em Serviço Social que atuam historicamente, atua nas múltiplas refrações da questão social, conformadas na ordem social contemporânea e seus procedimentos técnicos são instrumentais vinculados a uma intencionalidade, que extrapola a requisição institucional, cuja demanda nos é colocada sem lapidação teórica e ético-política. Só a competência do(a) profissional, pelo conhecimento teórico-político é capaz de decifrar seu significado. No terreno da atuação profissional, entretanto, o espaço ocupacional não é exclusivo do(a) assistente social e é onde estão presentes as relações de poder, a competitividade entre trabalhadores(as), as ingerências das causas privadas sobre os interesses públicos; não há como delimitar com precisão os campos profissionais, que são partilhados por outros profissionais especializados, movidos por interesses diversos. É preciso considerar, ainda, as contradições advindas da dinâmica das relações sociais, enquanto expressão dos antagonismos entre as classes, reproduzidas nos espaços ocupacionais, nos quais o Serviço Social encontra os seus empregadores e cenários. Ao decifrar sua dimensão política, emergem indagações acerca da especificidade profissional.

1.3.5. Caracterização dos Sujeitos da Pesquisa

Primeiramente, realizamos uma caracterização geral dos/as profissionais que participaram da pesquisa, totalizando um número de 21 participantes, que corresponde a uma amostra de aproximadamente 35% a 40% dos espaços sócios-ocupacionais disponíveis para a categoria profissional na referida região. A tabela 01 abaixo sintetiza o perfil dos participantes da pesquisa:

Tabela 01: Perfil dos Entrevistados

Nome Fictício	Idade	Vínculo de trabalho	Assediado por
Helen	36	Servidora Pública	Gestor da política pública
Marta	38	Servidora Pública	Prefeito
Virgínia	40	Servidora Pública	Gestor da política pública
Guadalupe	41	Servidora Pública	Gestor da política pública
Helena	28	Servidora Pública	Gestor da política pública
Paula	39	Servidora Pública	Gestor da política pública
Bianca	33	Servidora Pública	Coordenador do equipamento
Aurora	50	Servidora Pública	Coordenador do equipamento
Elza	43	Servidora Pública	Coordenador do equipamento
Ana	32	Servidora Pública	Gestor da política pública
Ruth	49	Servidora Pública	Prefeito
Luiz	31	Servidor Público	Gestor da política pública
Lorena	26	Servidora Pública	Autoridade Judicial
Cassia	53	Servidora Pública	Prefeito
Laura	29	Servidora Pública	Usuário
Joyce	33	Servidora Pública	Colega de profissão (assistente social)
André	36	Servidor Público	Colega de profissão (assistente social)
Melissa	32	Servidora Pública	Coordenador do equipamento
Juliete	34	Servidora Pública	Coordenador do equipamento
Maria de Lourdes	43	Servidora Pública	Coordenador do equipamento
Júlia	31	Servidora Pública	Gestor da política pública

Fonte: Dados da pesquisa.

Dentre as 21 entrevistas realizadas para a construção dessa pesquisa, quando analisadas as idades desses profissionais, a faixa etária de maior prevalência é entre 30 e 40 anos que corresponde a 11 participantes. Assistentes sociais com idade inferior a 30 anos corresponderam a 4 dos participantes da pesquisa. Por fim, 5 profissionais tinham mais de 40 anos.

Com relação ao sexo, dos 21 entrevistados, somente 2 são do sexo masculino, totalizando, portanto, 90% de participação feminina na pesquisa. Essa informação se torna

relevante, ao passo que a profissão é majoritariamente feminina desde sua origem, havendo, até os dias atuais uma prevalência desta característica, mesmo com o crescente avanço ao final do século XX e sobretudo no século XXI da incidência de homens assistentes sociais.

A questão de gênero presente nessa particularidade demonstra uma característica presente da divisão sexual do trabalho, que delega as profissões desprestigiadas às mulheres e faz uma supervalorização das profissões eminentemente masculinas.

Ao tratarmos do tempo de trabalho na profissão, os dados mostram que 11 dos entrevistados possuem até cinco anos de experiência profissional. 5 atuam como assistentes sociais entre 5 a 10 anos, 3 entre 10 e 15 anos e duas são assistentes sociais há mais de 20 anos.

Cabe ressaltar a alta rotatividade de locais de trabalho realizadas pelos profissionais entrevistados, oriundo da instabilidade de seus empregos. Dos 21 entrevistados, somente 8 são profissionais estatutários. Os outros 13 são contratados em processos seletivos ou demais formas que os caracterizam como servidores públicos.

Em conformidade com os dados do Conjunto CFESS-CRESS (2019), a área de maior atuação dos profissionais entrevistados é a assistência social (9), em CRAS, CREAS e Secretarias de Assistência Social, seguida de Organizações da Sociedade Civil (4), políticas de saúde (6) em Hospitais, CAPS, NASF, ESF etc. e, por fim, na educação (2).

No município de Viçosa foi realizado no ano de 2019 concurso público para área da Saúde, com o objetivo de contratar mais cinco assistentes sociais. Contudo, até a realização da coleta de dados desta pesquisa, havia sido feita somente uma convocação para assumir o cargo. Ressaltamos também que o referido período de coleta de dados coincidiu com uma vacância de profissionais no município, onde contratos haviam sido encerrados e não houve prorrogações, deixando em especial a política de saúde desprovida de assistentes sociais durante um período significativo.

Para compreensão da faixa salarial utilizamos como referência o valor do salário-mínimo nacional (R\$ 1045,00) no ano de 2020. Dessa forma, constatamos que 13 dos profissionais entrevistados recebem entre um e três salários-mínimos. 4 profissionais recebem entre três e quatro salários-mínimos, 3 recebem mais que quatro salários-mínimos e apenas um profissional recebe mais que cinco salários-mínimos. Os dados confirmam que a categoria

profissional recebe salários muito baixos em relação a sua exigência de qualificação profissional. Essa é uma tendência nacional que vem cada vez mais se intensificando ao longo dos últimos anos, demonstrando que há uma necessidade latente de ampliação da luta por um piso salarial que seja, de fato, capaz de garantir a subsistência desses profissionais. Há de se considerar também como fator intrínseco a essa desvalorização, a predominância do sexo feminino na profissão, como já mencionado anteriormente.

No que se refere ao cargo ocupado, no momento da pesquisa, 19 dos entrevistados responderam que atuavam como assistentes sociais, um deles atuava como coordenador de programa e outro como chefe de setor. Estes dados demonstram que a quase totalidade dos profissionais atuam na ponta dos serviços sociais, na execução dos programas e ações. Destacamos aqui, também a importância de assistentes sociais ocuparem cargos de chefias enquanto uma competência profissional, mas que, no entanto, cada vez mais vem sendo ocupadas por apadrinhamentos políticos, característicos da nossa formação social.

Do total de entrevistados, somente quatro relataram a experiência de terem coordenado políticas e/ou programas. Em contrapartida, 20 dos profissionais entrevistados trabalhavam em equipe, o que é uma tendência cada vez mais crescente ao longo das últimas décadas, que privilegia o trabalho inter e multidisciplinar.

1.4. Organização da Dissertação

Após a apresentação da introdução, com a contextualização, problematização, justificativa, objetivos da pesquisa e procedimentos metodológicos, a dissertação está estruturada em três capítulos.

O primeiro capítulo, baseado em Karl Marx, especialmente, em sua obra *O Capital*, discute a categoria trabalho e elementos conceituais. Discutimos ainda o Modo de Produção Capitalista (MPC) e suas transformações ao longo da história visando situar a atualidade, com enfoque para o lugar periférico do Brasil. É apresentado também a desresponsabilização do Estado nos desmontes das políticas sociais sob o desgoverno do presidente Jair Bolsonaro. Por fim, traz o trabalho do assistente social na cena contemporânea, expondo os desafios e

conquistas da profissão ao longo do seu processo de formação, bem como os princípios éticos que regem o trabalho dos assistentes sociais e suas bandeiras de luta.

O segundo capítulo discute o assédio moral na profissão dos assistentes sociais e como esse fenômeno vem sendo utilizado como uma das estratégias de controle do trabalho dessa categoria profissional no contexto neoliberal da classe trabalhadora e os rebatimentos na qualidade de vida.

O terceiro capítulo discute a saúde do trabalhador assistente social que se vê adoecido diante das ofensivas de assédio moral, a importância de um tratamento adequado em casos de adoecimento, os reflexos do assédio moral sofrido no ambiente de trabalho dos assistentes sociais no contexto familiar.

Por fim, traz-se as considerações finais, as referências e os apêndices e anexos da pesquisa.

CAPÍTULO 1

TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL

Este capítulo objetiva analisar as transformações no mundo do trabalho e da contrarreforma do Estado Brasileiro e seus rebatimentos na categoria profissional dos assistentes sociais. Traz também elementos que nos permitem aprofundar o estudo teórico sobre o significado social do trabalho do assistente social na contemporaneidade.

Entretanto, antes de discutirmos a particularidade do trabalho do assistente social, será contextualizado o trabalho no Modo de Produção Capitalista, a partir dos referenciais teóricos de Marx (2013).

1.1. O Trabalho Criativo e sua Transformação em Mercadoria

Para a manutenção de sua subsistência, desde os primórdios da humanidade, o homem sempre precisou produzir para sobreviver. O homem transforma a partir de suas próprias forças as matérias-primas obtidas dos recursos naturais. Faz com que a matéria natural do seu estado bruto se transforme em algo que atenda às suas necessidades e as de outras pessoas. Ao lidar com a natureza o homem a modifica, mas também é modificado por ela. Conforme Marx (2013), o processo de trabalho envolve muitos elementos, entre eles os meios de produção, que são os instrumentos e ferramentas. Esses elementos não participam diretamente na produção, mas servem para conduzir a atividade e, sem eles, não seria possível a realização do trabalho. O trabalhador se apropria das propriedades da matéria-prima para fazer com que estas atuem de acordo com o que se deseja. A matéria-prima não é o objeto de trabalho, ela é o meio de trabalho que aplicado a força humana transforma em algo para o seu próprio uso ou para o uso de outros.

No processo de trabalho, a atividade do homem, com ajuda dos meios de trabalho, opera uma transformação do objeto do trabalho segundo uma finalidade concebida desde início. O processo se extingue no produto. Seu produto é um valor de uso, um material da natureza adaptado às necessidades humanas do meio da modificação de sua forma. O trabalho se incorporou a seu objeto. Ele está objetivado, e o objeto está trabalhado. O que do lado do trabalhador aparecia sob a forma do movimento, agora se manifesta, do lado

do produto, como qualidade imóvel, na forma do ser. Ele fiou, e o produto é um fio (MARX, 2013, p. 258).

Na Antiguidade Clássica, após a produção, as pessoas realizavam trocas, uma possuía uma faca, mas precisava de um sapato, desta maneira, ao se encontrarem na feira, elas realizavam as trocas. Entretanto, nem sempre estas trocas eram de produtos com quantidades iguais, ou seja, havia que se negociar, barganhar. Nessa ocasião as pessoas tinham que comensurar estas mercadorias, um sapato poderia valer duas facas e vice-versa. Ao negociarem as mercadorias o trabalho se fazia presente, mesmo que não tenha sido percebido pelos indivíduos. Na faca e no sapato têm trabalho humano necessário e isto fará toda a diferença.

[...] os valores de troca das mercadorias têm de ser reduzidos a algo em comum, com relação ao qual eles representam um mais ou um menos. Esse algo em comum não pode ser uma propriedade geométrica, física, química ou qualquer outra propriedade natural das mercadorias. Suas propriedades físicas importam apenas na medida em que conferem utilidade às mercadorias, isto é, fazem delas valores de uso. Por outro lado, parece claro que a abstração dos seus valores de uso é justamente o que caracteriza a relação de troca das mercadorias. Nessa relação, um valor de uso vale tanto quanto o outro desde que esteja disponível em proporção adequada. (MARX, 2013, p. 115)

Segundo Netto e Braz (2012, p. 92), “[...] a mercadoria é um objeto externo ao homem, algo que, pelas suas propriedades, satisfaz uma necessidade humana qualquer, material ou espiritual – a sua utilidade, determinada pelas suas propriedades, faz dela um valor de uso”.

A mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa, a qual pelas suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de um tipo qualquer. A natureza dessas necessidades – se, por exemplo, elas provêm do estômago ou da imaginação - não altera em nada a questão. Tão pouco se trata aqui de como a coisa satisfaz a necessidade humana, se diretamente, como meio de subsistência, [Lebensmittel], isto é, como objeto de fruição, ou indiretamente como meio de produção (MARX, 2013, p. 113).

No entanto, o simples fato de algo se constituir valor de uso resultante do trabalho não o constitui uma mercadoria. Na verdade, somente os valores de uso que podem ser reproduzidos podem ser considerados mercadorias, se algo não é passível de reprodução, logo não se constitui mercadoria.

É importante lembrar que algumas mercadorias não são criadas pelo homem, mas requerem trabalho humano para se tornarem úteis. Os recursos naturais são um bom exemplo disso, nos dias atuais o conhecimento tem se tornado mercadoria.

A mercadoria é algo do nosso cotidiano, as pessoas compram e vendem, assim acabam por atribuir aos mesmos interesses gerais, podendo ser para seu próprio consumo, para sua subsistência ou até mesmo para atender à vontade ou necessidade de outrem. Trata-se de uns dos pilares do sistema capitalista; desta maneira, nestas transações as mercadorias passam a ter valor de uso e valor de troca.

O trabalho humano incutido nas mercadorias não pode servir de parâmetro no que tange ao tempo gasto para a matéria-prima ser beneficiada, o que Marx chama de trabalho concreto. Caso fosse levado em conta para comensurar uma determinada mercadoria, ela seria proporcionalmente mais valiosa conforme o tempo de sua produção e ao se deparar com outra pessoa que beneficiasse a mesma matéria-prima em menor tempo o valor dela seria menor. Para facilitar o entendimento, Marx (2013, p.116) reduz as mercadorias “a trabalho humano igual a trabalho humano abstrato”.

O trabalho humano abstrato é indiferenciado, ele está contido na mercadoria, tal como o trabalho humano efetivamente realizado no beneficiamento da matéria-prima (trabalho concreto), mas o trabalho abstrato é como diz Marx:

Consideremos agora o resíduo dos produtos do trabalho. Deles não restou mais do que uma mesma objetividade fantasmagórica, uma simples geleia [Gallerte] de trabalho humano indiferenciado, i.e., de dispêndio de força de trabalho humana, sem consideração pela forma de seu dispêndio. Essas coisas representam apenas o fato de que em sua produção foi despendida força de trabalho humana, foi acumulado trabalho humano. Como cristais dessa substância social que lhes é comum, elas são valores – valores de mercadorias. (MARX, 2013, p. 116).

Marx (2013, p. 117) abre a possibilidade de compreender como se dá a comensuração do trabalho realizado ao produzir uma mercadoria. Este trabalho humano necessário produz valor de uso, desde que seja realizado em “condições normais para uma dada sociedade e com o grau social de destreza e intensidade do trabalho”. Em um mundo globalizado, esta medida de valor deriva de todos os países, sendo eles de capitalismo central ou periférico.

[...] o trabalho que constitui a substância dos valores é trabalho humano igual, dispêndio da mesma força de trabalho humana. A força de trabalho conjunta da sociedade, que se apresenta nos valores do mundo das mercadorias, vale aqui com uma única força de trabalho humana, embora consista em inumeráveis forças de trabalho individuais. Cada uma dessas forças de trabalho individuais é a mesma força de trabalho humana que a outra, na medida em que possui o caráter de uma força social média e atua com tal força de trabalho social média; portanto, na medida em que, para a produção de uma

mercadoria, ela só precisa do tempo de trabalho em média necessário ou tempo de trabalho socialmente necessário. (MARX, 2013, p. 117).

O valor é direto ou indiretamente impactado pelas circunstâncias do mercado, sendo ele suscetíveis as revoluções, a tecnologia, as greves, as manifestações, aos regimes de trabalho pelo qual se insere o trabalhador, ou seja, o valor é frequentemente mutável.

Quando tratamos de valor, Marx (2013, p. 118) alerta que “uma coisa pode ser valor de uso sem ser valor. É esse o caso quando sua utilidade para o homem não é mediada pelo trabalho. Assim é o ar, a terra virgem, os campos naturais, a madeira bruta etc.” da mesma forma uma determinada “coisa pode ser útil e produto do trabalho humano sem ser mercadoria” aqui ele exemplifica a fabricação de algo para o seu sustento, que cria valor de uso, mas por não ser comercializado, não se torna mercadoria.

Ao realizar a troca de mercadorias, elas precisam ser comensuráveis, conforme apontado anteriormente. Com o avanço do comércio no sistema capitalista estas trocas ou melhor o escambo tornou-se algo deveras insustentável para se manter, uma vez que nem sempre aquele trabalhador possuía algo de interesse do outro e, dessa forma, as trocas ficavam prejudicadas; surge uma dualidade de valor, as formas relativas e equivalente de valor.

Outra mercadoria que representa grande importância é o dinheiro, que facilita a comercialização destas mercadorias e ainda possibilita a ‘reparação monetária’ da exploração do trabalho humano.

Qualquer um sabe, mesmo que não sabia mais nada além disso, que as mercadorias possuem uma forma de valor em comum que contrasta do modo mais evidente com as variegadas formas naturais que apresentam seus valores de uso: a forma dinheiro. [...] a relação mais simples de valor é, evidentemente, a relação de valor de uma mercadoria com uma única mercadoria distinta dela, não importando qual seja. A relação de valor entre duas mercadorias fornece, assim, a mais simples expressão de valor para uma mercadoria. (MARX, 2013, p. 125).

Fomos severamente sintéticos no trato desta mercadoria em particular o dinheiro, porém, ao longo deste trabalho trataremos com maior profundidade; outra questão é sumariamente importante enfatizar que o valor é uma relação social, e desta maneira não conseguimos sentir, tocar suas relações sociais.

Quando Marx trata o fetichismo⁷, nos chama atenção sua capacidade de desvendar com muita grandeza os segredos do mundo do qual está inserido o sistema capitalista. O autor alerta que ao produzir mercadorias e ao comercializá-las, enquanto o homem não efetivar o comércio, ele não sabe ao certo o valor de sua mercadoria. Ele pode ter mensurado inicialmente, mas ao certo, isto se dará ao realizar a troca. Isso se torna tão rotineiro que as relações sociais são deixadas de lado, ou seja, aquele produtor, trabalhador passa a desprezar o modo como aquela mercadoria foi produzida, as relações sociais com as atividades laborais do outro desaparecem e torna-se somente relações comerciais entre coisas.

A relação humana social dá lugar ao simples comércio, não importando com o processo por qual passou até chegar aquele momento. Torna-se então uma relação fria, individualista, típica do sistema capitalista, o que Adam Smith (1776) chamou de “mão invisível do mercado”, que, para os pensadores liberais, regula, direciona e determina padrões, comportamentos e escolhas dos homens. Entretanto, os liberais não mencionam que esses direcionamentos são em benefício da classe dominante.

A passagem do sistema feudal para o modo de produção capitalista não se deu rapidamente. O processo de acumulação primitiva⁸ durou alguns séculos, ocasião em que foram gestados, conforme Marx (2013), os elementos essenciais para a constituição desse modo de produção. Aos poucos, os trabalhadores foram expulsos de seu modo de vida tradicional, com usurpação de suas terras e seus bens. Assim, como homens livres e despossuídos, a única alternativa para garantir a subsistência era a venda da força de trabalho.

O surgimento do modo de produção capitalista consiste em um período de crises e desintegrações do sistema feudal que resultou em sua falência, fazendo com que um novo sistema de produção surgisse. Esse modo de produção vai se desenvolvendo por várias fases, conforme será discutido a seguir. Destaca-se o papel do Brasil nessa engrenagem, de maneira periférica, tardia e subordinada aos interesses dos países de capitalismo central, sobretudo, os

⁷ De acordo com a crítica de Karl Marx no âmbito da economia política, o fetichismo da mercadoria surge como um fenômeno social e psicológico onde as mercadorias aparentam ter vontade independente de seus produtores. Segundo Marx, o fetichismo é uma relação social entre pessoas mediada por coisas. O resultado é a aparência de uma relação direta entre as coisas e não entre as pessoas. As pessoas agem como coisas e as coisas, como pessoas.

⁸ Termo utilizado por Karl Marx para denominar o processo que originou o modo de produção capitalista (MARX, 2013).

interesses norte-americanos.

1.2. O Modo de Produção Capitalista e suas Transformações

A primeira fase desse novo modo de produção se deu entre os séculos XV e XVII, nos países de capitalismo central, denominado por autores como Netto e Braz (2006) como capitalismo comercial, que é um período que antecedeu a Revolução industrial. O sistema de produção nessa época era baseado em trocas comerciais e o modelo econômico adotado foi o mercantilismo, que tinha como características o controle estatal da economia, o acúmulo de metais preciosos e a balança comercial favorável.

Nessa ocasião, enquanto país de capitalismo dependente, o Brasil se configurava como colônia⁹ de Portugal e suas ações comerciais se pautavam na relação metrópole-colônia. Em terras brasileiras foi instalada uma economia agroexportadora, pautada no trabalho escravo.

Conforme Mello (1986), o desenvolvimento dessa economia mercantil-escravista está sujeito a três condições fundamentais: 1) disponibilidade de trabalho escravo a preços lucrativos, a custa do tráfico negreiro internacional; 2) existência de terras em que a produção pudesse ser rentável e 3) condições de realização de trabalho relativamente autônomas, porque dependem também do comportamento das economias importadoras.

A autora divide a terceira condição em dois períodos distintos: o de generalização do consumo mundial e o de pós-generalização. Para que houvesse a generalização, seria inevitável uma queda dos preços para que o café se integrasse ao consumo de amplas camadas da população dos países importadores, perdendo seu caráter de produto colonial. No período de pós-generalização não se delinearía qualquer tendência definida de preços, mas se estabeleceria tão somente um limite superior, acima do qual o café seria excluído do consumo popular.

Entretanto, somente haveria produção colonial se houvesse trabalho compulsório, servil ou escravo. Como o objetivo primeiro da empresa colonial era o lucro, tratava-se de rebaixar ao máximo o custo de reprodução da força de trabalho. Havendo abundância de terras apropriáveis, os colonos contariam com a possibilidade de produzirem a própria subsistência,

⁹ Costa e Clemente (2012) apresentam como as colônias foram territórios essenciais para a constituição do MPC nos países de capitalismo central, portanto, elementos da acumulação primitiva.

transformando-se em pequenos proprietários e, especialmente, em posseiros.

Na Inglaterra se tem no final do século XVIII e início do século XIX o período denominado de primeira Revolução Industrial. O marco principal foi a introdução das máquinas a vapor, industriais têxteis e as construções das grandes ferrovias, tornando-se um período de intensas mudanças na sociedade. Houve uma expansão de exploração da mão de obra nas fabricas, quando as mulheres e crianças trabalhavam com carga-horária excessiva e recebiam baixa remuneração. Nesse sentido, há a transição de uma produção manufatureira para uma produção industrial.

A economia durante esse período visava defender o Estado mínimo e a não intervenção desse na economia. Essa segunda fase do MPC foi marcada por condições precárias de trabalho e uma superexploração explícita do trabalhador.

É neste contexto histórico que surge o taylorismo e o fordismo enquanto forma de organização dos trabalhadores no processo de produção, fazendo com que a produtividade se expandisse, tendo como eixo o controle das linhas de produção.

O taylorismo-fordismo surgiu e consolidou-se na segunda fase do sistema capitalista, com objetivos de fazer com que o sistema se fortalecesse a ponto que precisou de forma brutal usurpar em massa a força de trabalho, modificando exacerbadamente a forma de trabalho. Com isso, houve a divisão social do trabalho, racionalização do trabalho, sequencias lineares do trabalho, linhas de montagem, controle do tempo, fazendo com que o trabalhador desconhecesse o que estava produzindo, tornando-se um trabalhador alienado.

Catani (1983) aponta que o nascimento tardio da indústria pesada implicava uma descontinuidade tecnológica muito mais dramática quando comparada com os países considerados atrasados em relação ao capital industrial, uma vez que requeriam gigantescas economias de escala, maciço volume do investimento inicial e tecnologia altamente sofisticada.

Na particularidade brasileira nas primeiras décadas do século XX, após a crise que atingiu diretamente os cafeicultores (década de 1920 1930) se tornou necessário buscar novas alternativas produtivas. Dessa maneira muitas das infraestruturas usadas anteriormente na produção de transporte do café passaram a ser utilizadas para a produção industrial.

Diante desse processo, a indústria brasileira começou a diversificar, no entanto,

limitava-se somente à produção de mercadoria as que empregavam pouca tecnologia, como setor têxtil, alimentício, além de fábricas de sabão e velas.

Assim como em vários lugares, o taylorismo e fordismo também chegaram ao Brasil. A partir da crise no mercado de café, pela depressão de 1929, inicia-se uma grande aceleração de industrialização no Brasil, dando início a introdução da propagação de práticas tayloristas que seriam as bases para o desenvolvimento do fordismo no país.

Essas novas propostas, dentro dos modelos de produção no Brasil, trouxeram grandes avanços nas áreas política, social e econômicas no país com grande intervenção do Estado para a criação de instituições regulamentadoras do trabalho nas décadas de 1920 e 1930. A promulgação das Leis Trabalhistas e a criação de uma área específica para a justiça do trabalho são exemplos da formalização do papel do Estado nas relações de trabalho.

Até a década de 1940, Taylorismo e Fordismo estavam presentes apenas nos discursos da empresa, tendo pouco investimentos para a aplicação de ambas. Só com os planos de metas propostos por Juscelino Kubitschek de Oliveira na metade da década de 1950, ocorreu um impulso para a implementação de indústrias, com destaque para os meios de produção baseadas no fordismo.

A terceira fase do capitalismo, denominado capitalismo financeiro ou monopolista, aconteceu a partir do século XX e permeia até os dias atuais. Sua característica é a concentração de capital, sendo que pequenas e médias empresas são adquiridas por grandes instituições. Nesse momento, os grandes bancos determinam as leis e regulamentações, por isso, esse período é denominado capitalismo financeiro. “É então, a chamada transformação da concorrência em monopólios, assim sendo a livre concorrência gera a concentração de produção e esta, atingindo certo grau de desenvolvimento conduz ao monopólio.” (SILVA, 2007, p.109)

Na segunda metade do século XX, surge o Estado de bem-estar social nos países centrais, cuja finalidade era o âmbito social e econômico. Essa configuração de Estado se pautava no Plano Beveridgiano e nas ideias Keynesianas. A principal característica desse Estado é a promoção dos direitos dos cidadãos como saúde, educação, melhoria nas condições de renda, pleno emprego, entre outros.

O capitalismo monopolista instaura-se no Brasil ao término do período Juscelino (1956-

1961)¹⁰ marcando a terceira fase da industrialização nacional, ocasião em que são constituídas integralmente as bases técnicas necessárias para a autodeterminação do capital.

Em função da industrialização tardia, o capitalismo no Brasil tem características particulares, assumindo três traços específicos: a importância crucial do setor produtivo estatal, a profundidade do processo de internacionalização do sistema produtivo e a expansão do controle do Estado sobre o processo de acumulação.

Segundo Santos (2020), a partir da década de 1970, o capitalismo entra em um período de longa onda recessiva. A taxa de lucro e o crescimento econômico dos países de capitalismo central passam a ser reduzirem. Essa situação é agravada com a crise do petróleo resultando naquilo que Mészáros (2011) domina de crise estrutural do capital, ocasião em que acaba os “anos dourados” do capital, ocasião em que o modelo de produção fordista entra em declínio, consequentemente, as formas e relações de trabalho se modificam.

Conforme Santos (2020), visando se perpetuar e superar suas crises, o capitalismo formula e implementa um conjunto de resposta: reestruturação produtiva, financeirização e ideologia neoliberal. Nesse momento, corre o início do processo de financeirização da economia, cuja relações são pautadas no capital fictício (IAMAMOTO, 2015).

A implantação do modelo de produção toyotista prega, sobretudo, uma força de trabalho multifuncional e a produção sob demanda. A inovação tecnológica deste modelo cria uma configuração do trabalho, uma forma de extração da mais-valia relativa, que é o aumento de produtividade sem a necessidade de aumentar a carga horaria, a fim de obter a maximização dos lucros pela exploração do trabalho.

Com máquinas e computadores cada vez mais avançados, houve um enxugamento dos postos de trabalho e a produção de acordo com a demanda criou jornadas e períodos flexíveis, ocorrendo a chamada reestruturação produtiva. Acompanhada de todo esse processo, há a implementação da ideologia neoliberal na defesa de um Estado mínimo, privatização e desregulamentação da economia pelos Estados.

Todo o movimento do MPC iniciado nos anos setenta do século XX nos países centrais tem rebatimentos em todo o globo (NETTO; BRAZ, 2006) trazendo grandes reflexos ao mundo

¹⁰ Juscelino Kubitschek de Oliveira, também conhecido pelas suas iniciais JK. 21º Presidente do Brasil.

do trabalho. A reestruturação produtiva, fundamentou aquilo que o ideário dominante domina de empresa enxuta (ANTUNES, 2012), que é quando a empresa limita o trabalho vivo e amplia seu maquinário tecnocientífico, que Marx domina de trabalho morto. Assim, ocorre o redesenho da planta produtiva da empresa, reduzindo força de trabalho e ampliando sua produtividade.

Dessa forma, o setor industrial que era o pilar da economia no século XX sofreu fortes transformações. Nessa nova empresa que apresenta um número reduzido de trabalhadores necessita de um novo tipo de trabalho. Conforme Antunes (2012), esse novo trabalho seria um trabalho multifuncional, que leva a um movimento de “desespecialização multifuncional”, que é um mesmo trabalhador tendo a competência de atuar em diversas atividades e não mais ser especialista em alguma, como ocorria nas empresas fordistas.

Esse fenômeno expressa uma enorme intensificação dos ritmos, tempos e processos de trabalho, sendo que o trabalhador é mais explorado. Netto e Braz (2006) apontam que esse novo tipo de trabalho requer um trabalhador qualificado e polivalente. É nesse contexto que o trabalhador passa a ser denominado pelos capitalistas. Assim, o novo termo obscurece a posição real do trabalhador e suas relações na empresa e na sociedade.

Há também a intensificação do trabalho imaterial, é um trabalho que não produza apenas bem material, mas também serviços, informações e conhecimentos que são úteis ao capital. Antunes (2012) afirma que o trabalho imaterial articulado com o trabalho material se configura como nova forma de criação de valor. Outro traço central das novas modalidades de trabalho é a crescente informalização, que é o trabalho desprovido de regulamentação, como redução e ou eliminação, quando possível, de direitos. Netto e Braz (2006) destacam que, diante da crescente informalização, há o discurso capitalista que a flexibilização e a desregulação das relações de trabalho ampliaria as oportunidades de emprego.

O setor industrial perde expressão a partir da crise estrutural do capital e sofre grandes transformações. Contudo, o mesmo não ocorre com o setor de serviços¹¹, que ao contrário, passa por um processo de expansão. Conforme Netto e Braz (2006, p.169):

O peso enorme dos serviços na economia do capitalismo contemporâneo é de tal ordem que alguns analistas pretenderam ver o surgimento de uma

¹¹ Antunes (2012) ressalta que a divisão da economia em setores é cada vez mais inexistente e menos aplicável atualmente, uma vez que se tem a penetração do capital em todos os setores.

sociedade “pós-industrial”, com atividades “terciárias” tornando-se o eixo da dinâmica econômica. Trata-se de um equívoco e o inverso é que o verdadeiro: controlados pelo grande capital, os serviços passam a obedecer uma lógica industrial [...]

Conforme aponta Antunes (2012), a expansão se deu dentro da lógica de acumulação flexível. Somado a esse cenário de desregulamentação, flexibilização e precarização se tem também a mercadorização dos serviços públicos, como os serviços de saúde, energia, previdência, etc, que evidenciam, conforme Netto e Braz (2006), um desmonte da seguridade social.

Diante dessa conjuntura, como apresenta Antunes (2012), ocorre a intensificação das formas de extração de trabalho, ampliação da terceirização. Alguns autores como Antunes (2020), Alves (2018) e Vasques (2018) defendem que atualmente já se tem um processo de quarteirização. As noções de tempo e espaço também são afetadas e tudo isso muda muito a forma como o capital produz mercadorias e se valoriza. Há uma erosão do trabalho estável, com profundas consequências sociais.

A flexibilização causa uma fragmentação no processo produtivo e nas formas de trabalho. Agrava a situação de alienação do trabalhador, uma vez que deixa de existir o “local de trabalho”, visto que trabalho vem sendo desconstruído, ganhando a possibilidade de ser desenvolvido em qualquer ambiente. Essa situação leva o trabalhador a perder a noção de ambiente coletivo onde se realiza o trabalho e se agrega valor a algo. Esse processo leva ao agravamento das formas de precarização do trabalho.

Essa desconstrução faz com que se ampliem ideias de distintas formas de trabalho, o que Vasapollo (2005) chama de expressões diferenciadas de trabalho atípico, que são o empreendedorismo, o cooperativismo, o trabalho voluntário, entre outras.

Toda nova condição de trabalho criada no momento do neoliberalismo no capitalismo visa atender as demandas da flexibilização que são impostas, dada a redução do ciclo produtivo e necessárias para a manutenção e reestruturação do modo de produção capitalista.

Essas estratégias de flexibilização e reestruturação produtiva acarretam um conceito que o cientista social brasileiro, Ruy Mauro Marini (1971), chama de a superexploração da força

de trabalho¹², que é a exploração da força de trabalho além da extração comum da mais-valia já existente no processo produtivo anteriormente.

Na fase atual do ciclo do capitalismo, para manter sua estrutura e suas bases desiguais, é necessário que os donos dos meios de produção, os grandes monopólios, explorem e extraiam do trabalhador o máximo de seu trabalho, seja diminuindo salários, aumentando a carga horaria, realizando alterações nas estruturas fabris, criando estratégias de flexibilização como as novas formas de trabalho, alterando as noções de lugar de trabalho e levando o trabalhador a realizar a venda de seu trabalho dentro de seu espaço privado, arcando sozinho com os custos da produção.

O modo de produção capitalista estará sempre pronto para criar estratégias a fim de se manter, driblará as crises inevitáveis por meio da flexibilização sempre crescente em nome da necessária e constante reestruturação.

A flexibilização impõe aos trabalhadores as piores condições de trabalho e os salários mais baixos possíveis, permeado pela falácia do crescimento da economia. Nesse movimento também se gesta o crescimento do mercado ilegal, que assume grandes proporções no pós-fordismo e com a mundialização econômico e produtiva.

A mundialização do capital permite que as grandes empresas saiam de seus limites nacionais e busquem, em todo o globo, investir em países com menores garantias e legislações trabalhistas mínimas, podendo assim baratear os custos da produção através do fortalecimento do trabalho irregular, precário, sem garantias ao trabalhador, novamente superexplorando a mão de obra mais barata possível, aumentando assim a competitividade entre os monopólios e lucrando cada vez mais.

Nesse sentido há a formação de um processo de precarização estrutural do trabalho, no

¹² A superexploração entendida como intensificação da exploração está, sem dúvida alguma, em Marx. E se integra a própria dinâmica do capital de contra restar a lei tendencial à queda da taxa de lucro. Para isto, o capital monopolista opera econômicos, política, culturalmente na construção de mecanismos que gerem na marra ou no marketing, dito entendimento de que todos e todas precisam fazer sua parte para a saída da crise. Nesse sentido, a exploração intensifica-se ao mesmo tempo em que avançam os mecanismos de opressão e controle para que ela seja efetivada. Mudanças no Estado de direito, ampliação das criminalizações e dos sistemas prisionais, reiteração dos estereótipos de crimes e criminosos apresentam-se cada vez mais como um pacto comum a ser perpetuado para todo o mundo. Uma nova política de relações internacionais assentada por bases comuns, mas que jamais deixarão de tomar em conta a particularidade territorial e humana dos países.

qual os capitais globais, sediados nos países de capitalismo central, tem exigido o desmonte das legislações sociais de trabalho e das políticas sociais conquistadas através de movimentos populares. Com isso, os países periféricos são levados a se ajustarem à lógica de acumulação flexível, caso ainda não estejam inseridos neste cenário.

Souza Filho (2016), em um estudo sobre os impactos do Estado dependente sobre o fundo público e as políticas sociais, expõe que o capitalismo latino-americano tem dentre as suas dimensões constitutivas a transferência de valor. De forma simplificada, pode-se compreender tal dimensão como a transferência do valor excedente produzido nos países de capitalismo periférico para as economias centrais. Esse movimento reflete de forma direta sobre a constituição do fundo público e sobre sua destinação, por conseguinte, repercute sobre as políticas sociais.

Em razão da transferência de valor o Estado dependente passa a destinar grande parte do fundo público para o capital a fim de compensar pela perda do valor que foi transferido aos países centrais ou para subsidiar o processo de industrialização. Com isso, os gastos com a área social são restringidos dificultando a constituição políticas universalistas, públicas e gratuitas de responsabilidade estatal e de direito de cidadania (SOUZA FILHO, 2016).

A precariedade das políticas sociais nos países periféricos e dependentes são traços estruturais advindos da posição de periferia que os mesmos ocupam na divisão internacional do trabalho. É necessário, diante de tais colocações, elucidar a inserção dos assistentes sociais nessa lógica, compreendendo os antagonismos presentes que está condicionado, delimitando direção social do exercício profissional, bem como o compromisso ético da profissão com a classe trabalhadora e os interesses universais, firmados através de uma longa bagagem teórico metodológica, construída no século XX, consolidada no Código de Ética profissional de 1993 que dá direcionamento ao exercício profissional dos assistentes sociais.

1.3. A Desresponsabilização do Estado na Garantia de Direitos e o (des)cuidado com a População em Função da Pandemia

A sociedade fixada pelo desemprego, pela exclusão e pela diferença entre ricos e pobres se estabelece como a principal contradição do sistema capitalista, atingindo a imagem do Estado de Bem-Estar democrata. A crise dessa política e a impossibilidade de se reerguer diante das

ofensivas liberais e neoliberais fazem com que as forças conservadoras criticarem as políticas destinadas a prover o bem-estar social, colocando-as como a causa da dificuldade da livre aplicação dos princípios do mercado. Nesse aspecto, defendem a ideia de Estado mínimo, com cortes nos gastos públicos, com uma pequena participação do Estado na economia, a ampliação do escopo do setor privado e a transferência de serviços universais a seletivos.

A ideologia neoliberal está centrada no conjunto de reformas de sistema de proteção social, que visa privatizar, restringir, descentralizar e focalizar a criação de programas sociais e de emergência destinados às populações de extrema pobreza. Esse aglomerado de ordenamentos impulsiona o crescimento da perspectiva de solidariedade, ajuda mútua, fundamentados na “divisão social do bem-estar” ou welfare pluralism. O pluralismo de Bem-Estar Social se configura a partir da transferência de responsabilidades, na qual instituições, principalmente a família, são convocadas a oferecer opções às funções sociais antes de responsabilidade do Estado.

Com o esvaziamento da política social como direito social e com o abandono da sua função de fundador e articulador do desenvolvimento social e econômico, o Estado passou a ser definido mais como gestor do que interventor. Assim, o bem-estar e o cuidado são funções transportadas para as famílias.

Segundo Alencar (2013), a realidade brasileira é marcada pela crise do trabalho, o que restringe e limita a atuação da família no cumprimento das funções. Assim, ao mesmo tempo em que há a centralidade da família nos esquemas de proteção social, ocorre a diminuição de políticas setoriais como a particularidade da saúde através de um desmonte funcional ao mercado.

Apesar das fragilidades e vulnerabilidades que as famílias enfrentam na atualidade, elas têm desempenhado papel preponderante, por vezes, o único amparo aos seus membros. Vivenciamos ao longo da última década crises políticas, identitárias e a partir de 2020, uma crise sanitária, decorrente da Pandemia pelo Novo Corona Vírus (COVID-19).

A política neoliberal e de extrema direita assumida por Jair Bolsonaro e comandada pelo Ministro da Economia, Paulo Guedes, tem dois aspectos principais: o primeiro deles é o enxugamento dos gastos através de contrações fiscais, sobretudo, através de cortes nos gastos

correntes, baseado na tese da “contração fiscal expansionista”. Em segundo ponto, um conjunto de políticas neoliberais que buscam “desamarrar” o chamado espírito empresarial do Estado através da desregulamentação dos mercados, dando protagonismo a iniciativa privada no comando da economia.

Há uma crescente retirada de direitos previdenciários e trabalhistas da classe trabalhadora. A reforma trabalhista (aprovada em 2016) permite diversas flexibilizações, desarticulação dos sindicatos através do imposto sindical opcional, mudanças nas regras demissionais, de férias e folgas, ampliação das jornadas de trabalho, contrato intermitente etc. Na reforma previdenciária, dentre as mudanças ocorridas, alterou-se idades para aposentadorias e as regras de pensões. Além disso, a reforma tributária e as privatizações de empresas estatais, a exemplo de subsidiárias da Petrobras, que são estratégicas para o país estão em constantes investidas de desmontes, destruindo o patrimônio público que é entregue às grandes empresas e conglomerados internacionais.

Quando tratamos da pandemia, percebemos um descaso com a população em geral, colocando sob responsabilidade da família inúmeros pontos que são de responsabilidade do Estado, como o direito a saúde. Carlos (2020) compreende que a Pandemia pelo Novo Corona vírus tem sido analisada pela ótica de números e estatísticas. É fundamental que a compreendamos também como um problema de saúde pública, que traz consigo inúmeros desdobramentos econômicos. Há ainda de ser considerado os aspectos do aprofundamento da crise urbana de grandes proporções, que nunca haviam sido vividas no país.

O momento de avanço da extrema direita, impulsionada pelo Neoliberalismo nas suas vertentes mais perversas contra a classe trabalhadora, com retiradas de direitos e bloqueios de recursos para a seguridade social faz com que a crise de saúde pública tomasse proporções ainda maiores, intensificando as já fracas relações de trabalho que podem gerar inúmeros processos de adoecimento, inclusive pela via do assédio moral.

Carlos (2020) afirma que o acesso à cidade está condicionado a uma hierarquia social, que se realiza como hierarquia espacial, impondo acessos diferenciados aos lugares da cidade, seja pela propriedade privada, seja pela não possibilidade de acesso às necessidades primárias. Em comunhão a todo esse cenário, temos a figura negacionista do atual presidente da república

que não acata as recomendações de órgãos internacionais e nacionais de saúde de prevenção e controle da pandemia. Aliado a esse desprezo pelas recomendações, o presidente e sua família se encontram envolvidos em acusações e denúncias de corrupção e desvios de verbas públicas. Há uma inversão importante: “o esquecimento e a manipulação da coisa pública em proveito do privado, ao mesmo tempo em que se restaura as condições de acumulação”.

No contexto da pandemia, o trabalho de uma parcela considerável da população passou a ser executado dentro das suas próprias casas, que se tornaram o centro das relações de produção. O home office subverteu a lógica e o uso do espaço privado da família. Novas configurações foram necessárias para atender as novas demandas, inclusive num reordenamento espacial, de modo que haja uma logística de trabalho e interação de todos os membros do núcleo familiar.

A necessidade de estar em casa, prevenindo a si próprio e às demais pessoas como única forma eficaz de proteção contra o vírus, e ainda sim, executando uma tarefa que em sua teoria é “extradomiciliar”, faz com que o espaço doméstico passe a ter um papel econômico mais ativo. As jornadas de trabalho que antes eram cumpridas em um espaço próprio, são postas no mesmo ambiente, o que gera custos que o capitalismo se apropria e faz com que os donos dos meios de produção lucrem ainda mais.

Outro ponto destacado é quanto a extensão das jornadas de trabalho. Quem antes trabalhava em uma duração de jornada de trabalho fixa, vê essa produção se estender por várias horas além do que é contratado, sem que se perceba essa extensão. A vida urbana, nas palavras de Carlos (2020, p.6) “vai fortalecendo a construção de uma identidade abstrata”, levada a uma intensificação do consumo, a exemplo do considerável número de compras online durante a pandemia, mas também ligado a um outro aspecto: a individualidade. O cada um por si toma proporções que coloca a vida como privação.

As cidades, no entendimento de Carlos (2020) já apresentam uma segregação que é reforçada pela desigualdade social. A grande parcela da população brasileira que vivenciou o isolamento social em decorrência da pandemia se viu presa dentro de suas casas, junto com os demais membros de suas famílias em uma situação que antes nunca imaginariam. E o destaque que precisa ser dado é justamente quanto às infraestruturas dessas casas.

Em geral, as pessoas se viram em isolamento em casas pequenas, onde “das torneiras nem sempre saem água” (CARLOS, 2020), com infraestrutura precarizada e com falta de alimentação. Segundo a autora, a crise de saúde pública revela um aspecto muito importante a ser pensado: não basta simplesmente estar em casa e ter acesso a hospitais. No Brasil, tais elementos não estão postos para todos, muito menos quando pensados a partir da ótica da saúde mental de um trabalhador adoecido. Quando tratamos esse adoecimento pela via do assédio moral no trabalho percebemos que o acesso a tratamentos adequados é ainda muito precário.

Se torna necessário, portanto, compreendermos as forças negativas à saúde do trabalhador assistente social e os impactos causados às pessoas no seu entorno, seja no próprio trabalho, bem como em suas relações pessoais e familiares. O tema do assédio moral é discutido na atualidade devido às seguidas transformações no Mundo do Trabalho (ANTUNES, 2018).

1.4. O Trabalho do Assistente Social na Cena Contemporânea e o Compromisso Ético

Iamamoto (2009) afirma que o serviço social é uma profissão inscrita na divisão sócio-técnica do trabalho e, portanto, uma especialização do trabalho coletivo na sociedade. Desse modo, é partícipe do processo de produção e reprodução das relações sociais dadas no interior da sociedade capitalista. Ou seja, o assistente social participa da reprodução da sociedade de classe e de seu movimento contraditório, integrando ainda a

[...] reprodução das forças produtivas sociais do trabalho e das relações de produção na sua globalidade, envolvendo sujeitos e lutas sociais, as relações de poder e os antagonismos de classe. Envolve a reprodução da vida material e da vida espiritual, isto é, das formas de consciência [...] por meio das quais os homens tomam consciência das mudanças ocorridas nas condições materiais de produção de vida material, pensam e se posicionam na sociedade. (IAMAMOTO, 2009, p.23)

Yazbek (2009), propõe analisar o serviço social como uma instituição inserida na sociedade, podendo ser compreendido a partir de dois ângulos indissociáveis e como realidade vivida e representada na e pela consciência de seus agentes profissionais e que expressa pelo discurso teórico e ideológico sobre o exercício profissional e; como atividade socialmente determinada pelas circunstâncias sociais objetivas que imprimem certa direção social ao

exercício profissional, que independem de sua vontade e/ou da consciência de seus agentes individuais.

Seguindo a autora supracitada, compreender a profissão de Serviço Social significa apreender que se trata de uma profissão polarizada pelos interesses das classes sociais contrapostas. Dessa forma, é necessário considerar as dimensões objetivas, ou seja, os determinantes sócios históricos do trabalho do assistente social em diversas conjunturas e, também as dimensões subjetivas, que significa identificar a forma como cada profissional incorpora em sua consciência o significado de seu trabalho e a direção que imprime ao fazer profissional. Nesse sentido, compreender o trabalho do assistente social

[...] supõe descartar visões unilaterais da vida social e da profissão, deixando de considerar, por um lado, as determinações históricas, economias, sociais, políticas e culturais sobre o exercício profissional e, por outro, o modo como o profissional constrói sua intervenção, atribui-lhe significado, confere-lhe finalidades e uma direção social. (YASBEK 2009, p.128).

Assim, o Serviço Social participa tanto do processo de reprodução dos interesses da classe dominante, quanto das repostas às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora. Essa contradição é inerente à profissão e os sujeitos profissionais não podem eliminar essa polarização de interesses do seu trabalho.

Iamamoto e Carvalho (2007) menciona o caráter contraditório da profissão, pois, ao mesmo tempo e pelas mesmas atividades reforça o modo de produção capitalista e as conquistas dos direitos da classe trabalhadora. Nesse sentido, o exercício profissional do assistente social é polarizado e mediado pelos interesses sociais das classes contrapostas, participando de um processo que tanto pode contribuir para a manutenção da sociedade de classes, quanto pode criar as condições de transformação para superá-la.

O Serviço Social, historicamente, se constitui como profissão liberal, ou seja, possui um Código de Ética Profissional, regulamentado pela Lei nº 8662 de 1993 que asseguram e legitimam a profissão, caracterizando-a como liberal. Entretanto, segundo Iamamoto e Carvalho (2007), o assistente social não se insere no mercado de trabalho, a priori, como autônomo: não exerce independentemente suas atividades, não dispõe automaticamente de condições materiais e técnicas para o exercício profissional, não possui autonomia para estabelecer a jornada de trabalho, assim como a faixa salarial e o público usuário dos serviços.

No entanto, ao reverso, os aportes legais, portanto, jurídicos que determinam o Serviço Social como uma profissão liberal abrem possibilidades para o profissional ter autonomia técnica no desenvolvimento do seu trabalho.

Nesse sentido, alguns elementos da profissão de Serviço Social devem ser levados em consideração. A construção e luta histórica pela constituição de um Código de Ética crítico e afinado com os valores e princípios da profissão, a possibilidade de imprimir um caráter não rotineiro na intervenção profissional e autonomia no estabelecimento de instrumentos utilizados na prática profissional. Para Iamamoto (2009B), a relação singular no tratamento com os usuários dos serviços, potencializa a autonomia técnica e estabelece formas de orientar a intervenção do profissional de acordo com a interpretação do papel da profissão. Nessa perspectiva, o profissional tem amplas e irrestritas possibilidades de intervir na realidade e apresentar propostas de trabalho para além do que é estabelecido institucionalmente. Para Iamamoto (2009):

[...] essa característica por vezes é apreendida como um estigma da profissão, mas pode ser reorientada no sentido de uma ampliação do seu campo de autonomia, de acordo com a concepção social do agente sobre sua prática. (IAMAMOTO, 2009, p. 80)

Conforme aponta Iamamoto (2009), o assistente social, ao se inserir em um espaço sócio-ocupacional, sua força de trabalho também é mercantilizada na mesma lógica da relação de compra e venda de mercadorias estabelecidas na sociedade do modo de produção capitalista. A atividade profissional do assistente social é estabelecida por meio de um contrato de trabalho, recebendo em troca, um salário pelo serviço realizado, sendo este o preço de sua mercadoria – força de trabalho, ingressando, assim no universo do valor. O trabalho do assistente social possui, portanto, valor de troca.

Nas palavras de Iamamoto (2009), uma das condições para a entrada no circuito do valor é, “a transformação de sua força de trabalho em mercadoria e de seu trabalho em atividade subordinada à classe capitalista, para efetivar-se à medida que [...], não se afirmar historicamente como profissão liberal” (p.85).

Ainda segundo a autora, essa mercadoria só se transforma em potência para a realização do trabalho, se houver os meios necessários para a sua realização, como recursos financeiros,

materiais e humanos, que supõem, além disso, programas, projetos e atendimentos diretos previstos pela política da instituição. Esses, na grande maioria, são de propriedade do empregador. Centra-se aí a autonomia relativa do assistente social: ao mesmo tempo em que possui conhecimento e qualificação, não possui os meios para efetivar sua ação.

Iamamoto e Carvalho (2007) aponta que o assistente social, ingressa no mercado de trabalho, como parte de um coletivo de trabalhadores que implementa ações institucionais, em que o resultado é produto de um trabalho combinado. Cabe destacar que em cada espaço sócio-ocupacional, o assistente social assume um perfil diferenciado, tendo que considerar as diversas políticas por ele executadas pelo assistente social, seus efeitos e significados diferentes no processo de produção e reprodução das relações sociais.

Conforme Iamamoto (2009) há uma ingerência direta, por parte dos empregadores, na definição do trabalho, se contrapondo a autonomia integral dos profissionais. Assim, o assistente social não possui autonomia plena para a consecução de suas atividades, há determinantes que o impedem em decorrência de sua condição de assalariado.

Cabe aqui, neste foco de análise, indicar alguns elementos para compreender a tensão entre o estatuto assalariado do assistente social e o projeto Ético-Político da profissão. Segundo Iamamoto (2009), por um lado, o assistente social apresenta relativa autonomia para a condução das ações profissionais, legitimados pela formação acadêmica e pelas legislações dos Conselhos representativos da profissão. Esta autonomia é tensionada pelas lutas hegemônicas existentes na sociedade, que podem estreitar ou ampliar as bases de sustentação da direção social impressa nas ações do profissional. Tais projeções são determinadas coletivamente pela categoria (e não no movimento de um único profissional), são apoiados em conhecimentos teórico-metodológicos, assim como na correlação de forças nas relações entre o Estado e a sociedade de classes. Noutras palavras,

[...] conhecimentos e princípios éticos alimentam projeções profissionais historicamente determinados, materializando a dimensão teleológica do trabalho do assistente social: a busca, por parte da categoria, de imprimir norte ao seu trabalho, afirmando-se como sujeito profissional. (IAMAMOTO, 2009, p.348)

Por outro lado, a realização do exercício profissional do assistente social é mediada pelo trabalho assalariado, tendo como maiores empregadores o Estado e organismos privados,

podendo ser empresarias ou não. Sendo assim, esta mercantilização de sua força de trabalho pressupõe o estatuto assalariado e sua consequente subordinação desta especialização do trabalho coletivo ao trabalho abstrato o impregnado de alienação, condicionando, dessa forma, a autonomia do profissional no desenvolvimento de seu trabalho (IAMAMOTO, 2009).

Em suma, verifica-se que o exercício profissional do assistente social é permeado pela tensão entre o projeto profissional que o afirma como um sujeito dotado de liberdade do ponto de vista ético para a consecução de suas atividades, capaz de realizar projeções e implementá-las na vida social e, a condição de trabalhador assalariado que faz com que suas ações sejam condicionadas ao poder dos empregadores.

Esta tensão impregna o trabalho do assistente social de desafios: primeiro deles, como menciona Iamamoto (2015), é romper com visões unilaterais de compreensão da profissão: por um lado, incorrer no risco de ter leituras fatalistas, qual seja, entender a realidade como pronta e acabada, sem possibilidades de mudanças, determinando a profissão e as ações numa vertente de comodismo, rotinização do trabalho, tendendo à mera prática até mesmo à mediocridade.

No Brasil, há uma contraposição entre os princípios da Seguridade Social, garantidos na Constituição Federal de 1988 com as políticas de ajuste neoliberais, que prevê o desmonte das Políticas Sociais, em decorrência da redução do tamanho do Estado.

É exatamente o legado de direitos conquistados nos últimos séculos que está sendo desmontado nos governos de orientação neoliberal, em uma nítida regressão da **cidadania** que tende a ser reduzida às suas dimensões civil e política, erodindo a **cidadania social** (IAMAMOTO, 2009: 360 – grifos da autora).

Com a Seguridade Social, os assistentes sociais são chamados a integrar equipes multiprofissionais para a elaboração, gestão, monitoramento e avaliação das políticas. Estes estão desempenhando também importante atuação junto aos Conselhos de Políticas. Essas novas inserções exigem novas qualificações, como o domínio de conhecimentos para realizar diagnósticos socioeconômicos de municípios, para a leitura de análises dos orçamentos públicos, identificando seus alvos e compromissos, assim como recursos disponíveis, domínio do processo de planejamento, competência no gerenciamento e avaliação de programas e projetos sociais, capacidade de negociação, entre outros (IAMAMOTO, 2009 p. 367).

A autora supracitada destaca que um dos desafios postos na cena contemporânea é a necessidade de os assistentes sociais inseridos em diversos espaços terem capacidade de particularizar as competências e atribuições profissionais nesses espaços, o significado social no processo de produção e reprodução das relações sociais, diante das profundas transformações postas na sociedade, rebatendo inclusive, no Serviço Social.

Segundo Netto (1996), o assistente social insere-se enquanto trabalhador assalariado, historicamente e predominantemente, na esfera estatal, enquanto executor terminal das políticas sociais. Contudo, expõe Raichelis (2009), com o contexto instaurado nos anos 1990 no cenário brasileiro no avanço desenfreado dos ideários neoliberais, com a regressão dos direitos sociais, as alterações profundas na esfera do mundo do trabalho, as contrarreformas do Estado, nos sistemas de proteção social pelas novas formas de enfrentamento da questão social, existem rebatimentos que reconfiguram os espaços sócio ocupacionais do assistente social e estabelece novas relações entre a esfera pública e privada.

A particularidade existente nesses novos processos de organização do Estado e da esfera produtiva é a recorrência da esfera pública à terceirização, para a execução da política de Assistência Social. A mediação desta com empresas ou ONG's, para a contratação de profissionais e prestação de serviços socioassistenciais, implica na relação de parceria entre o público e o privado. Esta obscurece a responsabilidade do Estado, na elaboração e execução das políticas sociais e garantidor de direitos da classe trabalhadora, deixando, portanto, de oferecer os serviços diretamente à população.

Segundo Raichelis (2009), o trabalho do assistente social se desenvolve além da esfera executiva, na esfera legislativa e judiciária, no âmbito do Estado. No âmbito do legislativo, a atuação deste profissional ainda é restrita, mas coloca-se como uma possibilidade crescente de elaboração de projetos e leis. É importante ocupar estes espaços no sentido de propiciar a luta pela universalização dos direitos. Já no judiciário, os profissionais de Serviço Social atuam nas diversas manifestações da “questão social”, propiciando aos sujeitos o acesso aos direitos e a justiça.

Para a autora supracitada, essas novas configurações colocam para os assistentes sociais, diversos desafios: um deles é a articulação e reflexão crítica no sentido de definir e elaborar

conteúdo para as políticas sociais, visando ampliar a garantia de direitos. E, outro, centra-se na defesa do caráter universalizante da Seguridade Social, em detrimento das parcerias público-privado, prezando pela primazia do Estado, combatendo o modelo de política destinado aos mais pobres, entre outros.

Segundo Yamamoto (2012), o processo de descentralização das políticas públicas, como dito anteriormente, tem exigido dos profissionais novas competências e atribuições, quais sejam: a requisição destes profissionais para formular, gerir, planejar e avaliar políticas sociais, exigindo a crítica e a criatividade; a ampliação de espaços de trabalhos na implantação de conselhos de políticas públicas, nas áreas de Saúde, assistência social, criança e adolescente, habitação, entre outros, na capacitação de conselheiros, elaboração de planos municipais, no monitoramento e avaliação de programas e projetos. Exige-se, dessa forma, a capacitação técnica e teórica continuada para a compreensão da realidade social.

Conforme a autora, cresce também a inserção dos assistentes sociais em equipes interdisciplinares. Esta exige capacidade de expor com clareza as propostas de ação particular de cada profissão, bem como delimitando suas especificidades no intuito de colaborar com conhecimentos e saberes habilitados e acumulados por cada profissional em específico. Para tanto, exige dos profissionais a maturação teórica e clareza do seu espaço de atuação, para não incorrer na mistura dos conhecimentos, e assim, não haver especificidade de cada profissão.

Para Raichelis (2009), em decorrência do refluxo dos movimentos sociais, torna-se necessário e é uma exigência posta para o assistente social, o trabalho de base junto à população, mobilizando e articulando nos movimentos sociais, sem abandonar os espaços institucionais como os conselhos de direitos.

Desde o segundo lustro da década de 1960, as empresas privadas constituem espaço de trabalho dos assistentes sociais. A inserção, neste contexto, justifica-se pela efervescência dos movimentos sindicais, de organização política, fundações de sindicato, partidos políticos, comissões de fábrica, expressando formas de resistência à expansão e consolidação do capital na cena brasileira. Assim, Mota (1985) afirma que:

[...] a presença do assistente social numa empresa, antes de qualquer coisa, vem confirmar que a expansão do capital implica na criação de novas necessidades sociais. Isto é, a empresa, quanto à representação institucional do capital, passa a requisitar o assistente social para desenvolver um trabalho

de cunho assistencial e educativo junto ao empregado e sua família. (MOTA, 1995, p.133)

Desta forma, segundo a autora supracitada, a empresa conseguia controlar e disciplinar a força de trabalho, controlar os níveis de produtividade do trabalhador. As atividades desenvolvidas pelo assistente social apresentavam caráter educativo, mudanças de hábitos, atitudes e comportamentos do trabalhador, buscando adequá-lo ao processo produtivo, responder questões que interferiam na produtividade, intervindo, inclusive, na vida privada dos trabalhadores buscando administrar problemas familiares, dificuldades financeiras etc.

Segundo Antunes (2000), a partir da reestruturação produtiva, nos anos 1990, novos traços são definidos na esfera produtiva: financeirização da economia, novas tecnologias, desregulamentação dos mercados, flexibilização do trabalho e as expressões de novas formas de contratação, regressão dos direitos sociais, novas formas de gestão do trabalho, desterritorização da produção, o chamamento do trabalhador a ser ‘colaborador’. Essa situação passa a exigir novas competências aos assistentes sociais, assim como passam a desenvolver novos programas e projetos.

O assistente social desenvolve ações inovadoras e em consonância com a nova forma de organização do processo produtivo. Há dessa forma, a combinação entre o velho e novo. Os novos programas desenvolvidos são: programas de treinamento e desenvolvimento versando sobre a requalificação da força de trabalho; programas participativos como qualidade total; programas de qualidade de vida, buscando o bem-estar do trabalhador; programas de clima ou ambiência organizacional.

O assistente social é chamado a atuar, ainda, em situações que interferem na produtividade do trabalho, na reprodução material e, portanto, com os novos projetos há possibilidades de desenvolver ações, ampliando seu potencial crítico e exaltando a autonomia técnica, teórica, política, garantindo assim, os interesses fundamentais dos trabalhadores.

Segundo Netto e Braz (2012), a sociedade é atravessada por projetos sociais diferentes em busca de hegemonia entre as forças sociais em disputa na sociedade. Nesse cenário são construídos os projetos profissionais, que indissociáveis dos projetos societários, se conformam a partir da construção dos sujeitos coletivos, bem como das respostas dos agentes profissionais. Assim, os projetos profissionais são mutáveis e dinâmicos, sendo determinados a partir das

transformações econômicas, históricas e culturais da sociedade além do desenvolvimento teórico e prático da profissão.

Na visão desses autores, os projetos societários na sociedade classista, relacionam-se e são constituídos pelas práticas e ações que perpassam as relações sociais e apresentam um caráter político, de defesa de interesse sociais. Nesta perspectiva, os projetos profissionais, ou ainda, as práticas profissionais são projetos políticos e suas ações têm rebatimentos e influência nos comportamentos e atitudes dos homens.

Em suma, segundo Netto (1999), os projetos profissionais vinculam-se diretamente aos projetos societários e, portanto, é determinante da transformação da sociedade ou manutenção da ordem social vigente, qual seja: a sociedade de classes. Assim, na intervenção profissional, o assistente social imprime uma direção social nas suas ações, que favorecem o projeto de conservação da ordem ou ao fortalecimento de uma proposta alternativa, de transformação da sociedade. Para o autor, os projetos profissionais:

[...] apresentam a autoimagem da profissão, elegem valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam requisitos (técnicos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem balizas de sua relação com os usuários dos seus serviços, com outras profissões e com as organizações e instituições, públicas e privadas (entre este, também e destacadamente o Estado, o qual coube historicamente, o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais). (NETTO, 1999, p.95)

Segundo Iamamoto (2015), desde meados da década de 1970, a profissão passou por transformações radicais no que diz respeito aos aportes teórico-metodológicos e político. Gradativamente rompeu com o lastro conservador e tradicionalista, imprimindo um caráter crítico à ação profissional por meio da qualificação acadêmica. Em relação à dimensão ética, construiu-se democraticamente com o conjunto da categoria o Código de Ética Profissional de 1993. Este estabelece os direitos e deveres aos usuários do Serviço Social, mas também aos próprios profissionais assistentes sociais.

A gênese do Projeto Ético-Político ocorreu no final da década de 1970, apresentando como marco o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), ocorrido São Paulo, em que a mesa de abertura composta por representantes da ditadura militar, foi substituída por

nomes advindos do movimento dos trabalhadores. Este movimento foi fruto da organização de uma vanguarda profissional, marcando a ruptura do Serviço Social tradicional para o renovado.

Este mesmo projeto avançou nos anos 1980, materializando Código de Ética de 1986, demarcando a defesa política dos assistentes sociais. O Projeto Ético-Político consolidou-se na década de 1990, com a clara expansão dos centros de formação (pós-graduações), ampliando a produção de conhecimentos, verificando ainda, nesse período, a maturidade político-organizativa. Ele, portanto, está em construção, fortemente tensionado pelos rumos neoliberais da sociedade e por uma reação conservadora no seio da profissão nos anos 2000.

Consubstanciando o projeto profissional do Serviço Social, historicamente concebido como Projeto Ético-Político, além do Código de Ética de 1993, tem-se a Lei de Regulamentação Profissional de 1993 e as Leis de Diretrizes Curriculares/1996 proposta pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

Para Iamamoto (2015), o projeto profissional do Serviço Social ultrapassa as barreiras corporativas da profissão – embora abarque também interesses desses agentes profissionais, porque é dotado de caráter ético-político, englobando interesses da universalidade dos trabalhadores.

Nas palavras de Netto, o Projeto Ético-Político do Serviço Social apresenta:

[...] em seu núcleo o reconhecimento da liberdade com valor ético central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolher entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais. Consequentemente, o projeto profissional vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero. (Grifos do autor) (NETTO apud TEIXEIRA e BRÁZ, 2009, p. 74).

Nesta perspectiva o Projeto Profissional do Assistente Social é uma direção, um norte, um guia para a operacionalização do trabalho dos assistentes sociais. Existem elementos que constituem este Projeto, podendo, conforme serem elencados dessa forma:

- 1) Explicitação dos valores ético-políticos e princípios;
- 2) Afirmção da matriz teórico-metodológica em que se afirma;
- 3) Crítica radical a sociedade capitalista, reprodutora da desigualdade de classe;
- 4) Manifestação das lutas e posicionamentos políticos acumulados pela categoria por meio de lutas coletivas e organização política em aliança com setores mais progressistas da sociedade brasileira. (TEIXEIRA;

BRÁZ 2009, p.76).

Conforme os autores, esses elementos são materializados, se objetivam e se expressam na realidade por meio de componentes construídos historicamente pela categoria dos assistentes sociais. É por meio desses componentes que a profissão ganha visibilidade social.

Iamamoto (2015) ressalta ainda que há outro elemento que consubstancia o Projeto Ético-Político, a saber: o trabalho profissional desenvolvido nos diversos espaços sócio-ocupacionais pelos assistentes sociais, com vistas a garantir à qualidade dos serviços prestados além do fortalecimento junto aos usuários do Serviço Social a concepção de direito e a força da ação coletiva para a defesa dos serviços públicos. Para tanto, a autora enfatiza a necessidade e o desafio da formação continuada dos assistentes sociais e destes prezarem pela pesquisa como um dos constitutivos da prática profissional.

Para Teixeira e Braz (2009), o Projeto Ético-Político não se efetiva integralmente na realidade, apresentando dois determinantes. O primeiro diz respeito a não relação entre identidade entre o que é projetado e o que é realizado, isso porque coexiste “*uma relação não identitária entre a consciência e ação*” (Grifos dos autores) (TEIXEIRA; BRÁZ, 2009, p.79), ou seja, entre sujeito e objeto. Assim, embora não haja ação prática sem a impressão de finalidades - projeção dos resultados, o resultado da ação é sempre diferente do visualizado na consciência, porque “a realidade objetiva é diferente do plano subjetivo, e, portanto, daquilo que se idealiza realizar” (Grifos dos autores) (TEIXEIRA; BRÁZ, 2009, p.79).

Além disso, é preciso considerar os elementos decorrentes do movimento da realidade, pois as alterações e mudanças não dependem somente das ações e atos dos assistentes sociais. Segundo Teixeira e Braz (2009), o segundo determinante mantém relação com o primeiro e, diz respeito aos valores e princípios que compõem profissão. Sendo assim, os princípios elucidados no Código de Ética Profissional/1993, como a liberdade, a democracia, o pluralismo, as lutas políticas, ampliação da cidadania, a defesa da equidade social e justiça social, eliminação de todas as formas de preconceito. Esses princípios estão na contramão da sociedade do capital, apresentando assim, impossibilidade de sua plena realização. Mas, é claro que os profissionais de Serviço Social podem (e devem), “escolher caminhos, construir estratégias político-profissionais e definir os rumos de atuação e, com isso, projetar ações que demarquem

claramente os compromissos (ético-políticos) profissionais”. (TEIXEIRA; BRÁZ, 2009, p.209).

São muitos os desafios postos na cena contemporânea para a concretização do Projeto Ético-Político do Serviço Social, tornado oportuno destacar: a precarização das condições de trabalho dos assistentes sociais, a expansão da graduação à distância em Serviço Social colocando em xeque a expressão da capacidade crítica dos profissionais, a retração do Estado diante de suas responsabilidades sociais, dentre vários outros pontos que levam os profissionais de uma maneira geral a um processo de adoecimento e, não diferente, o assistente social. Dentre esses processos, encontra-se o assédio moral, acarretando consequências nefastas ao trabalhador vítima dessa violação de direito no ambiente de trabalho. Tal processo de adoecimento perpassa não somente a este, mas consequentemente às suas famílias que acabam sendo inseridas e vítimas do mesmo processo.

CAPÍTULO 2

ASSÉDIO MORAL NO TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS

Este capítulo atende ao terceiro objetivo da pesquisa. Discute as relações de poder entre os superiores hierárquicos, assistentes sociais e usuários das políticas públicas. Contextualiza o processo de formação sócio-histórica do Brasil e sua inserção tardia no Modo de Produção Capitalista, perpassando pela herança cultural do mandonismo, nepotismo e primeiro-damismo para compreender os elementos que explicam o fenômeno do assédio moral enquanto estratégia de controle da classe trabalhadora.

Discute como o assédio moral incide na categoria profissional dos assistentes sociais, afetando a qualidade de vida desses profissionais, a qualidade dos serviços prestados, a relação com o usuário culminando em processos de adoecimento.

2.1. As Consequências do Capitalismo Tardio na Formação Nacional

Muitos autores ao longo do Século XX se preocuparam em pensar a formação econômica, social e histórica do Brasil e quais fatores foram determinantes para o desenvolvimento das especificidades de seu capitalismo.

Prado Jr (1966), é um dos pioneiros a fazer dura crítica ao paradigma até então hegemônico para a compreensão do Brasil, a chamada, segundo ele, Teoria Consagrada da Revolução¹³. Seu objetivo era compreender o real sentido da colonização brasileira, buscando entender em que medida os traços desse período histórico ainda se faziam sentir no Brasil de meados do século XX, o que impedia a consolidação do Brasil enquanto nação.

Segundo Prado JR (1966), o ponto de partida da ciência deveria partir da análise dos fatos tais como se apresentam, e, para eles derivar a elaboração teórica. A teoria deveria corresponder ao real. Para ele, procedia-se de forma diferente no Brasil. A teoria até então

¹³ Em seus termos, o desenvolvimento histórico das sociedades humanas é apreendido como um processo evolutivo que passaria necessariamente pelas etapas do comunismo primitivo, escravismo, feudalismo, capitalismo e comunismo. Fundamento da tática do bloco das quatro classes, que apregoava a formação de um bloco antifeudal e anti-imperialista entre a classes trabalhadora e setores nacionalistas das burguesias coloniais, a teoria dos cinco estágios promoveu a cristalização de uma estratégia rígida para as seções nacionais dos países latino-americanos. Em detrimento das diretrizes exíguas postas anteriormente, elimina-se por completo as condições responsáveis por fomentar a aparição de análises criativas e originais das realidades locais.

hegemônica na esquerda brasileira era estranha à nossa realidade, pois fora elaborada a partir da análise de outras experiências históricas e transplantada para nosso país. O autor faz referência aqui às ideias da III Internacional Comunista (IC), representada no Brasil pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), que em 1928 elaborou um conjunto de análises e orientações para os países dependentes, coloniais e semicoloniais, que teriam como modelo a experiência histórica dos países orientais¹⁴. Para Caio Prado, haveria, portanto, uma desconexão entre teoria e prática.

[...] A saber, partindo de conceitos rígidos e dogmaticamente estabelecidos, isto é, decalcados nos textos clássicos e adotados a priori sem maior crítica e confronto com a nossa realidade, a fim de nesses conceitos petrificados e hieráticos ajustar os fatos observados. Assim se procedeu, ao em vez de partir desses fatos. E sobre sua realidade e maneira como efetivamente se apresentam elaborar e construir a conceituação teórica deles e a sua interpretação. (PRADO JR, 1966, p. 44)

As ideias transpostas para o Brasil, e até então amplamente difundidas e aceitas como inquestionáveis pela esquerda brasileira, dado a autoridade moral e política que possuía a IC, fazia abstração das particularidades dos diferentes países, ignorava o desenvolvimento histórico, cultural, social e econômico. Não se levava em conta nem ao menos a particularidade indígena na América Latina. Apoiado em semelhanças superficiais, a análise afirmava tratar-se, tanto na América Latina, África e Ásia, de nações com capitalismo insuficiente, obstaculizado pela existência de resquícios feudais ou semifeudais, bem como ingerência do imperialismo, que atingiria igualmente esse conjunto de países.

Segundo Fernandes (2008), o Brasil recebeu influências estruturais de ordem global para a expansão do seu capitalismo e originou-se para a história moderna como parte da expansão do mundo ocidental, de modo que coincidiu com a crise do mundo medieval. A formação do Brasil independente estabeleceu-se sem alteração significativa na organização da economia da sociedade. Logo, os laços coloniais apenas mudaram de caráter jurídico-político, para puramente econômicos. Essa nação emergente, não era independente, do ponto de vista econômico. Esse novo contexto apenas mascarava os novos laços de dependência, na qual

¹⁴ Trata-se do Programa da Internacional Comunista, adotado pelo VI Congresso Mundial em 1º de setembro de 1928, em Moscou. (PRADO JR, 1966, p. 47)

haverá a transportação do modo de vida europeu; e essa nação será moralmente, emocionalmente presa ao mundo colonial.

O Brasil passou por diversas fases e influências externas sobre sua população, economia, negócios e política. Essas influências moldaram e continuam a promover "ajustes" no comportamento, nas crenças e valores do povo brasileiro.

Portugal, que não acusa em seu passado étnico nem social predomínio algum de raça, encontrou em terras brasileiras contingências propícias à continuidade de sua capacidade de hibridização. Mesmo na Europa do século XVI, Portugal representava e acolhia o antagonismo entre Europa e África. Marcada pela plasticidade, flexibilidade e oposições que se alternavam, equilibravam-se ou hostilizavam-se mutuamente. A cultura colonizadora do Brasil subsidia o delineamento dos traços brasileiros para a análise da cultura organizacional.

Fernandes (2008) aponta que é de difícil demarcar o início da queda da influência portuguesa sobre o Brasil. Nos primeiros 250 anos de história, tudo o que aqui ocorreu remonta ao estrangeiro português. Após esse período, essa influência cai de maneira lenta e gradual, culminando com o final do reinado de D. Pedro I.

Fernandes (2008) aponta que com a chegada da Família Real em 1808, o Brasil passa a receber influências técnicas e intelectuais de Paris e Londres. Para países como França e Inglaterra, modelos de sucesso, eram mandados os filhos de nobres em busca de educação e de ideais burgueses que poderiam ser aplicados em terras brasileiras.

Logo após a independência brasileira, que já nasceu dependente, pois no acordo o país assumiu a dívida da Coroa Portuguesa com a Inglaterra, o EUA se arvora à posição de entes civilizadores do mundo em desenvolvimento, defendendo uma tradição "democrática e igualitária", através de justificativas econômicas, políticas, religiosas e culturais. Em 1823, o presidente americano James Monroe declara que as potências europeias não poderiam continuar colonizando o continente americano. Frisa que não deveriam intervir nos assuntos das recentemente emancipadas repúblicas latino-americanas. Opõe-se a qualquer tentativa que os estados europeus viessem a fazer no sentido de imporem monarquias nas nações americanas independentes, mas acrescenta que os Estados Unidos não empreenderiam ação alguma nas colônias europeias existentes, nem na própria Europa. No entanto, esses princípios passam

concretamente a ser disseminados a partir de 1845 e torna-se preciso deixar claras as diferenças entre América e Europa.

A consolidação da influência americana corrobora-se ao final da Primeira Guerra Mundial, quando os EUA emergiram como potência mundial. Na década de 1940, essa influência foi intensificada com apoios econômicos ao continente americano, em prol da "solidariedade hemisférica". Nas décadas de 1950 e 1960, essa aliança econômica e ideológica se consolida e, no rastro dela, a tecnologia, o capital, os hábitos sociais, estéticos e de consumo são também influenciados.

Prado JR (1966) afirma que o antagonismo cultural de que se originou o Brasil é consolidado em sua trajetória histórica e com ele identificam-se: o caráter mutante e multifacetado do estrangeiro, nesse imaginário; e a flexibilidade da sociedade brasileira em adaptar-se ao diferente, ao novo e ao conveniente no momento. Essa capacidade em absorver influências, nos fez plurais, paradoxais e ambíguos e, ao mesmo tempo, plásticos e permeáveis a essas interferências externas.

Vale ressaltar que, mesmo com estas alternâncias de ingredientes culturais, a base das relações entre líderes e liderados (senhores/escravos, patrão/funcionário, lei/cidadão, público/privado) é ainda identificada na submissão e distância dos centros de poder no século XXI, como observado nos grandes números de municípios de pequeno porte, característicos dos estados federados no Brasil.

Com base nessa miscelânea de referências identitárias e culturais, Caldas e Motta (1997) sugerem cinco traços básicos ao processo de análise organizacional no contexto brasileiro, os quais em absoluto esgotam as possibilidades na caracterização deste povo ambíguo e plural, mas definem uma linha mais consistente e objetiva que pode atuar como subsídio ao processo de reflexão na concepção estratégica do fenômeno do assédio moral: hierarquia, personalismo, malandragem, sensualismo e espírito aventureiro.

A distância dos centros de poder, a submissão e a flexibilidade verificadas nas proposições de Caldas e Motta (1997) são facilmente relacionadas com características históricas da colonização brasileira ou, ainda, com características comportamentais pró-hibridação do colonizador português. As relações sociais no Brasil "surtem com base na força de trabalho

escravo, ordenado e reprimido, separado e calado, gerando uma estratificação social e rígida hierarquização de seus atores, estabelecendo uma distância quase infinita entre senhores e escravos” (CALDAS; MOTTA, 1997)

O personalismo é representado pela contaminação relacional que se formou ao longo da história brasileira. Nossa unidade básica não está estabelecida no indivíduo, mas na relação. O que vale, aqui, não é a figura do cidadão, mas a malha de relações estabelecidas por pessoas, famílias e grupos de parentes e amigos.

A relação perverte e cria variações da cidadania, hierarquizando e criando níveis de proximidades do centro de poder e suas reproduções. Aqui, são ressaltados os traços do personalismo e da malandragem brasileira, que mais tarde também fica conhecida como o “jeito brasileiro” (DA MATTA, 1997). A desigualdade no tratamento dos indivíduos, estratificada pelo paternalismo e patrimonialismo possibilitou um modo de navegação social baseado nas relações, ou seja, em laços de família ou amizade. Assim, quando nos deparamos com leis ou situações universais e homogêneas que ignoram nossas personalidades, apelamos para as relações e para a intimidade.

Segundo Caldas e Motta (1997), ser aventureiro é também outra característica identificada nos colonizadores portugueses. Há de se considerar a travessia de um oceano e a determinação expansionista, precedendo a ocupação das terras.

No Brasil, o sistema escravocrata reforçou a tendência herdada de seus colonizadores. Aos escravos eram destinadas as tarefas braçais e manuais, que mais tardiamente, segundo Caldas e Motta (1997), criou associações entre o trabalho manual e desqualificação profissional.

Nessa perspectiva, Fernandes (2008) elucida que os países periféricos de inserção tardia no cenário mundial possuem características do capitalismo que mescla o sistema social do capital com estruturas arcaicas e conservadoras. São mantidos muitos traços conservadores em nossa sociedade, presentes até os dias de hoje, no século XXI.

2.2. A Herança Cultural do Mandonismo na Formação Sócio-histórica do Brasil

Dentre os variados caminhos possíveis para se pensar o conservadorismo, autoritarismo e o mandonismo na sociedade brasileira há a via da formação sócio-histórica, econômica e

política do país. Essas características tão marcantes no processo de formação nacional e ainda não superadas são evidenciadas em obras de grande relevância da literatura brasileira como *Evolução Política do Brasil – Colônia e Império* de 1933, *Formação do Brasil Contemporâneo – Colônia* de 1942, ambas de Caio Prado Júnior, e em *Raízes do Brasil* de 1936 de Sérgio Buarque de Holanda.

Para Beras (2016) é possível identificar traços de autoritarismo desde o Brasil Colônia, pois o sistema de poder instituído no período, fundamentado na exploração da propriedade rural, comercialização no mercado externo e num sistema escravocrata e senhorial, se caracterizava como vertical de cima para baixo.

A partir das colocações de Queiroz (1956) é possível compreender que é também durante o período colonial e imperial que encontramos a base do mandonismo e do coronelismo¹⁵, uma vez que a distribuição de terras sob a configuração das capitânias hereditárias e das sesmarias que mais tardiamente se transformaram na grande propriedade caracteriza-se como o fundamento do exercício do poder e domínio de um indivíduo e/ou família sobre a população.

Segundo Duarte (2006), com a ausência do Rei em terras brasileiras, havia uma grande dificuldade em uma gestão centralizada da colônia. A distância entre Portugal e Brasil, separados por uma viagem de navios que durava cerca de trinta dias, fazia com que as decisões da Coroa fossem em muitos casos desviadas, contornadas de modo a atender os interesses das famílias que detinham o poder das terras nas capitânias.

É salientado, portanto, derivações para compreensão do fenômeno em terras brasileiras: a oposição entre o público ou mais geral (Estado) e o privado ou mais particular (família). Nessa ótica, Duarte (2006) chama atenção para a necessidade de uma compreensão sistêmica de poder.

O autor supracitado inclina-se a entender a política como uma dimensão por excelência do poder. Algo que evidentemente não envolve em considerá-lo uma demonstração ausente em

¹⁵ Importante salientar que esses conceitos não são sinônimos: o coronelismo caracteriza-se como um momento específico do mandonismo que, por sua vez, refere-se à existência de estruturas oligárquicas e personalizadas de poder, na qual o mandão detém do controle de alguma estratégia e/ou instrumento estratégico que o garante exercer sobre a população um domínio arbitrário (CARVALHO, 1997).

distintas extensões da vida social, mas que culmina em entender que é apenas na política que o poder é percebido não apenas como um resultado, ou um meio e sim como o seu próprio fim.

No período colonial o donatário era “de jure e herdade” dono das terras de sua capitania. Todas as decisões eram tomadas de acordo com seus próprios interesses. Em suas terras, esses “proprietários” se tornaram a presença do Rei, ainda que este estivesse do outro lado do Atlântico. Como donatário, tinha jurisdição civil e criminal em terras de sua propriedade, não podendo entrar em seus domínios nenhuma espécie de corregedor ou outras autoridades reais, bem como, a cobrança de impostos e tributos. Havia, portanto, “imunidade feudal” (DUARTE, 2006, p.44).

Havia o anseio por parte da Coroa Portuguesa que as vontades de ambas as partes andassem em conjunto, ou seja, que houvesse parceria e que os interesses não se tornassem conflitantes.

Nessa via, em 1549, com a instalação do governo geral, há uma tentativa de organização mais sistêmica, inaugurando, por exemplo, um exército real que tem como prerrogativas exercer o poder real, antes entregues aos colonos, mas sem extinguir por completo as amarras oriundas das capitanias. Buscou, contudo, reafirmar a autoridade e o poder estatal que por quase cinco décadas estava descentralizado.

“... sendo iguais os poderes dos donatários, estando as capitanias na condição de estados estrangeiros umas relativamente às outras, impossibilitava qualquer ação coletiva...” (CAPISTRANO. O. Apud. In. DUARTE 2006, p.46).

Era justamente essa descentralização do poder, referida pro Capistrano que se tratava a grande confusão na gestão da colônia. Segundo Duarte (2006, p.47), havia uma “anarquia intercapitania” decorrente de conflitos de interesses e jurisdições concorrentes na função de governo. Entretanto, muitas das capitanias se desenvolveram e conseguiram criar uma estrutura de gestão que foi capaz de estruturar a sociedade colonial.

Os nossos historiadores, mesmo que divirjam no analisar a importância desse empreendimento no Brasil, não esquecem de salientar que o regime capitania fincou entre nós os marcos e as traves de uma organização definitiva. Com ele se fixa solidamente o europeu no Brasil, interrompendo o verdadeiro nomadismo aventureiro dos primeiros colonos e das feitorias dispersas do

chamado período pré-colonial, e se inicia uma forma de exploração econômica que implica atividade econômica organizada pela condição superior do sedentarismo agrícola (DUARTE, 2006, p.48).

Esse ponto é enfatizado por diversos autores (DUARTE, 2006; FREYRE 1976; HOLANDA 2015) como o primeiro estabelecimento de uma sociedade constante e duradoura no Brasil.

O sistema das donatarias transmitiu a organização da sociedade o estilo e a forma de uma ocupação do solo. Essa, segundo Holanda (2015) se fez presente por meio da apropriação privada, assegurados pela própria Coroa, garantindo a hereditariedade da terra.

A instalação do governo geral teve muito mais um caráter militar do que propriamente de governança para a colônia. O governador geral é um chefe militar que não se confundiu com um chefe político. Com essa postura, buscou-se esforços, por exemplo, nas tentativas de urbanização. Essa urbanização, contudo, teve como horizonte fortificações que garantissem a segurança litorânea, desenvolvendo a seus redores, pequenas cidades (SOUZA apud. In. DUARTE 2006).

Holanda (2015) afirma que os donatários foram os primeiros governantes das terras brasileiras, pois a eles e suas famílias foi dado o poder de representar a Coroa, de mandatários do Rei, pelo sentimento de proximidade, fruto da doação Real.

Ao Rei, caberia cuidar e administrar os territórios inocupados, uma vez que o território social, estava atrelado aos donatários e regidos pela propriedade privada. Foi a necessidade de entrelaçar os governos das capitanias que levou a Coroa a instalar o governo geral, criando assim uma unidade. Foi muito mais um poder político de coordenação do que subordinação das capitanias hereditárias.

Duarte (2006) aponta que a organização social que surgiu daí. É a formação do que o autor denominou como o espírito e a índole própria à natureza da sociedade brasileira posterior, em meio ao vazio deixado pela realeza portuguesa.

A igreja, nesse contexto esteve subordinada ao poder patriarcal, a única organização sólida, que serviu de base à vida colonial era a organização familiar. A família colonial brasileira tinha funções sociais, econômicas e políticas, tendo papel central na formação do país

por reunir sobre a base econômica da riqueza agrícola e do trabalho escravo (FREYRE, 1994, p. 22).

A força da família patriarcal se explica a partir da própria estrutura colonial, como já mencionado anteriormente. O Governo português não efetivava sua presença em todo o extenso território, permitiu que o proprietário tomasse as rédeas, favorecido também pelo sistema de parentesco, forma pela qual os indivíduos se reconheciam no mundo. Ser filho, parente, compadre, escravo do senhor, proprietário etc. caracterizava os limites e possibilidades para cada um. Desta maneira, o poderio patriarcal foi gestado na ausência de um Estado forte e, no caso, ausente.

A família colonial exerce um tríplice função: procriadora, econômica e política. Na família nuclear moderna, o Estado penetra cada vez mais na unidade doméstica, absorvendo suas antigas funções. Seu declínio, contudo, se efetivaria quando o Estado assumisse seus papéis.

Tal fato se deu somente na segunda metade do século XIX, quando há o enfraquecimento do poder familiar. A importância, representatividade e poder, conforme apresenta Vianna (1973) passa ser outorgada pelos cargos políticos, ocupados pelos representantes das grandes famílias proprietárias, que desta forma, continuaram à frente do poder político, originando as oligarquias familiares. Promoveu-se uma homogeneização histórica para todo o país, ignorando toda e quaisquer diferenças regionais e temporais.

Na nossa noção de povo – nação, os universos público e privado, doméstico e político se imbricaram em uma dialética, como marco da nossa identidade nacional. “Na apreciação da organização social da colônia, o português, não há dúvida, deve ser considerado como um fator modificado em muitos pontos. Ele e as demais raças” (DUARTE, 2006, p.89).

São essas modificações, bem como o que é apontado por Vianna (1973) como a parte irreduzível de sua personalidade, que formarão mais tarde os elementos importantes do caráter brasileiro.

Duarte (2006) mostra que os antecedentes históricos do Brasil centrados no poder familiar (personalismo e familismo) e os laços de dependência patriarcal se estendem à esfera pública, reverberando no nosso fazer político mandonistas, coronelista ou clientelista que

impedem a consolidação de uma ordem política. “O brasileiro político é, assim, o resultado de um produto histórico irregular, deformado e incompleto, como irregular e deformado é o curso de vida do Estado brasileiro” (DUARTE, 2006, p.116).

É durante o período da Primeira República (1889-1930) que o coronelismo se torna uma expressão do mandonismo na política brasileira (ARAÚJO, 2003), pois nesse momento, conforme destaca o autor, a República buscou garantir seu domínio político, social e jurídico a partir da força efetiva já existente, isto é, os coronéis. Assim, esse período caracteriza-se como demonstra Queiroz (1956) pela existência de um poder central e do mandonismo local.

Necessário ressaltar que a própria República é uma expressão do autoritarismo brasileiro, uma vez que se caracteriza como um movimento das elites (sem nenhuma participação popular), o qual os militares realizaram um movimento de transição de cima para baixo e como uma democracia parcial, visto que se tratar de um sistema censitário (BERAS, 2016).

Dessa maneira, o sistema político do país neste momento caracteriza-se por uma relação entre os coronéis e o governo, que se subdivide em estadual e federal. Carvalho (1997) demonstra essa relação

O governo estadual garante, para baixo, o poder do coronel sobre seus dependentes e seus rivais, sobretudo cedendo-lhe o controle dos cargos públicos, desde o delegado de polícia até a professora primária. O coronel hipoteca seu apoio ao governo, sobretudo na forma de votos. Para cima, os governadores dão seu apoio ao presidente da República em troca do reconhecimento deste de seu domínio no estado.

O governo de Getúlio Vargas (1930-1945) se por um lado foi cruel com os coronéis – muitos foram perseguidos e presos - por outro, garantiu sua permanência no jogo político, especialmente, na Constituinte de 1934 e no Estado Novo (ARAÚJO, 2003). Nesse sentido, Lins (1988) apresenta que o coronelismo não teria morrido em 1930 como considera Carvalho (1997), uma vez que não houve uma derrota do setor agroexportador. Pelo contrário, como demonstra Fernandes (1973), a arcaização do moderno, manifesta na manutenção de elementos econômicos, políticos e sociais “atrasados” a fim de garantir uma compensação a subordinação ao capitalismo internacional, é um dos traços característicos do capitalismo dependente do Brasil.

Dessa maneira, Lins, et al. (1988) colocam que o coronelismo não foi derrotado e sim reconfigurado: deixando de existir na figura do coronel (indivíduo) e se expressou na lei e nas práticas do mandonismo. Nessa direção, Leal (1976) aponta o mandonismo como característica da política tradicional, aqui referida como “política marcada pelo autoritarismo, personalismo, jogo de influência, cooptação, abuso de poder econômico, nepotismo etc.

Por conseguinte, os coronéis saem de cena e entram outros mandões que operam dentro das instituições que deveriam ser administradas a favor do interesse público e se beneficiam da estrutura do Estado e dos seus recursos financeiros, de modo que constituem como obstáculos para a efetivação dos direitos da população.

Uma das grandes expressões do mandonismo na atualidade são as práticas clientelistas, que se referem a troca de benefícios públicos por apoio político. Consideramos que essas práticas reforçam o assistencialismo, trata-se de uma negação dos direitos. A essa situação se soma o filhotismo, que se classifica como:

o favoritismo em relação aos amigos do governo, com fechamentos dos olhos para as mazelas de seus apadrinhados políticos, contribuindo, assim, para a desorganização da administração municipal, sob a “vista grossa” dos governos estaduais, ainda mais quando se considera o despreparo técnico dos parentes e amigos e a utilização do dinheiro, dos bens e dos serviços do governo municipal nas campanhas eleitorais, entendidas como verdadeiras “batalhas eleitorais” (OLIVEIRA, 2004)

Assim, observamos que ao longo de toda a história brasileira o traço conservador-autoritário se mantém, de forma, que na esfera política as classes dominantes mantêm práticas autoritárias a fim de preservar seus privilégios e, conseqüentemente, provocam tensões e fragiliza os períodos democráticos (FERNANDES, 1973).

No século XXI notamos a presença do conservadorismo nas figuras dos prefeitos e demais autoridades políticas nos pequenos municípios, característica presente fortemente nos municípios de análise desta pesquisa. Os relatos dos entrevistados que evidenciam que os chefes do poder executivo se apresentam como os novos coronéis, através de práticas mandonistas, paternalistas para com a população e que tem como gatilho, o assédio moral praticado contra os assistentes sociais, por estarem na condição de executores de políticas públicas.

Segundo Magalhães (2017, p.12), há notadamente na particularidade brasileira uma continuidade do “(des) serviço público, embora haja posicionamento diverso a respeito da

aplicação deste princípio nos casos de flagrantes violações a direitos e princípios igualmente importantes”. Um dos pontos de análise, é justamente a apropriação da máquina pública em favor de si próprio. Os relatos dos assistentes sociais mostram que existem duas possibilidades nesta apropriação, onde ambas podem levar a casos de assédio moral.

A primeira delas está ligada a ausência de concursos públicos municipais de forma a garantir que a ocupação dos cargos esteja atrelada aos interesses dessas figuras. Apesar das contratações irregulares, o Sistema Judiciário entende que o serviço deve ser prestado e as contratações mantidas, em obediência ao princípio da continuidade do serviço público (Lei 8.987/95), que dispõe sobre a necessária contratação de pessoal mediante contratos temporários, quando na verdade deveriam realizar concursos públicos.

Magalhães (2017) afirma que as contratações indiscriminadas de servidores via contratação direta, ou seja, sem a realização de concursos públicos, serve diretamente aos interesses coronelistas, que envolve a diminuição da remuneração destes funcionários públicos, de modo a beneficiar interesses pessoais.

O segundo fator está sedimentado no aumento de controle (leia-se: abuso de poder) que os superiores hierárquicos exercem sobre os funcionários submetidos a este regime.

Esta conjuntura permite que os “coronéis” da administração pública, resquícios da República Velha, exerçam abusos e arbitrariedades contra referidos servidores, tendo em vista que referidos funcionários sentem-se compelidos a executar os serviços, ainda que de forma ilegal ou sob ordens ilegais, para preservar a estabilidade na função (MAGALHÃES, 2017, p.13)

Desta forma, surgem várias contratações nessa modalidade que bloqueia e não permite, de maneira geral, nenhuma condição de exercer ou reclamar melhores condições de trabalho da administração pública que os remunera, ante o temor da exoneração, abrindo inúmeras brechas para a possibilidade de reiterações que levam à prática do assédio moral.

A reiteração é um requisito importante ao analisar o assédio moral nas relações de trabalho. O termo diz respeito a violência que se torna regular, sistemática, com durações de tempo, ou seja, não é algo esporádico.

Os autores abordados divergem quanto a uma cronologia ou mesmo duração do terror psicológico que caracterizaria o assédio moral. Leymann (2017), por exemplo, considera que, para ser

considerado assédio moral, é necessário que os ataques se verifiquem pelo menos uma vez por semana, com durações que fique na casa dos seis meses, minimamente. Já Hirigoyen (2016) defende que buscar uma cronologia temporal para os ataques, pode, por vezes, desqualificá-lo e fazer com que o assediado fique ainda mais adoecido. Deve ser levado em conta, portanto, a gravidade da situação e não somente a duração.

Na particularidade do serviço social há diversas formas de expressão do fenômeno do assédio moral. Há profissionais que são colocados em evidência perante uma equipe multiprofissional, por exemplo, como os vilões de um trabalho. Outros profissionais são constantemente desqualificados por suas chefias e por seus colegas e até mesmo por usuários, materializado na célebre frase: “assistente social não resolve nada” (SIMÕES, 2016). Situações que visam humilhar, violentar e desqualificar o assistente social são, como aponta Antunes (2006) estratégias de fragmentação, heterogeneização e complexificação da classe trabalhadora.

2.3. O Primeiro-Damismo na Particularidade do Assédio Moral de Assistentes Sociais

Três das entrevistas desta pesquisa apontaram para a presença da figura da mulher do prefeito como assediadora, intervindo nas ações dos assistentes sociais de forma arbitrária e impositiva. O primeiro-damismo se faz presente de maneira muito significativa na particularidade política brasileira atual, como já aconteceu em tempos passados no processo de nossa formação sócio histórica. Atualmente essa prática é muito viva nas políticas de assistência social, sobretudo, nos municípios de pequeno e médio porte, como se caracterizam a microrregião de Viçosa, tendo a figura dessas mulheres como secretárias e gestoras de políticas sociais.

O ressurgimento do primeiro-damismo interfere diretamente na gestão das políticas socio assistenciais. Há nessa ação, uma fusão da imagem da então gestora com a política pública, gerando conflitos de interesses, pois a atuação da primeira-dama ao longo da história está atrelada a caridade, contrária à noção de direito.

Dessa forma, a função da primeira-dama e a forma como essa interfere na efetivação da política de assistência, enquanto direito dos cidadãos, pode criar tensões com os técnicos de uma equipe de trabalho.

Torres (2002) afirma que o primeiro-damismo¹⁶ no Brasil tem uma função política desde sua gênese. As mulheres dos governantes são chamadas a intervir nas práticas assistenciais voltadas para a população em situação de pobreza, descaracterizando a função do Estado enquanto garantidor de direitos via políticas públicas de caráter universal.

As mulheres foram designadas primeiras-damas na particularidade nacional a partir do governo do presidente Getúlio Vargas, cuja esposa Darcy Vargas foi uma figura atuante em ações voltadas para a caridade e a filantropia. “[...] Getúlio cria uma instituição de bem-estar social para a atuação da primeira-dama. Ele institui a sua esposa na presidência da Legião Brasileira de Assistência – LBA, com o objetivo de buscar a legitimidade do seu governo mediante a tática do assistencialismo como mecanismo de dominação política” (TORRES, 2002, p.86).

Segundo Iamamoto (2009), as atribuições das primeiras-damas foram se ampliando, ao longo do tempo, sendo que muitas delas passaram a apoiar instituições sociais e a criar seus próprios planos de trabalho. A partir dos anos 1940, a figura das primeiras-damas desponta como peça fundamental para prolongar o poder e a popularidade do marido, passando a ocupar espaços que estes não chegam por serem considerados espaços da mulher, produzindo discursos e imprimir opiniões que são melhores entendidos oriundos da figura de uma mulher. A lógica era a seguinte: uma vez que a primeira-dama ajudou a população, logo seu marido irá ajudá-la também.

Torres (2002) afirma que Darcy Vargas não se preocupava em escrever ou falar de si, tampouco de ser analisada por terceiros. Contudo, foi descrita por sua família que deixaram registros de como era enquanto primeira-dama. No seu tempo, Darcy Vargas representava o modelo predominante de ser feminina, que era basicamente uma mulher que cuidava da casa e dos filhos. Entretanto, acompanhou o marido desde o início em sua carreira política, participando ativamente no mandato de Getúlio Vargas. O que evidencia uma contradição entre representação e prática.

Desse modo, embora a Legião Brasileira de Assistência (LBA) fosse “[...] uma instituição

¹⁶ Segundo Torres (2002) não se há registros de trabalhos exercidos das primeiras-damas no período do Império (1822-1889). O papel social das esposas dos mandatários brasileiros coincide com papel semelhante desempenhado por Eva Perón na Argentina, nas décadas de 1930 e 1940. Eva Perón cuidava dos pobres através de práticas assistencialistas que também tinham como pano de fundo, o viés político e autopromoção do esposo. Tal característica não é exclusiva dos países latino-americanos, a exemplo de Jacqueline Kennedy, esposa de John Kennedy, 35º presidente dos EUA. Ela teve um papel bastante ativo na campanha. Como primeira-dama, ela foi forçada a entrar no foco público com tudo em sua vida sob escrutínio.

criada com o objetivo de amparar e prestar assistência aos soldados mobilizados pela Guerra e aos seus familiares” (SIMILI, 2004, p. 03), na prática seu objetivo tinha mais uma importante função: colocar as esposas dos políticos como estratégia governamental para que pudessem arquitetar um elo entre os eleitores e o candidato, beneficiando sua administração. A LBA, ampliou-se em nível nacional no Brasil, criando ramificações e difundindo seus valores e interesses.

Torres (2002) expõe que no período da Ditadura Militar o primeiro-damismo federal ofusca-se na figura de Yolanda Costa e Silva, havendo um maior protagonismo das primeiras-damas dos estados. As ações assistenciais desenvolvidas eram o puro ato de fazer caridade para a população, de ajudar as pessoas que viviam em situação de pobreza, sob a ótica da bondade.

No governo de Fernando Collor de Melo, após o processo de redemocratização do país, o fenômeno ficou novamente em evidência. O país assume uma postura definitiva de inserção no capitalismo mundializado e neoliberal, agravando as desigualdades sociais. Silva e Quiroga (2009) relatam que Rosana Collor andou pelo território nacional com a intenção de transmitir a imagem de cuidado e atenção às mazelas da sociedade. Fez discursos afirmando que sua preocupação era romper com essa realidade e proporcionar melhores condições às parcelas mais carentes da sociedade.

As primeiras-damas tinham características maternas, representada na benevolência de suas ações. Sustentavam os usuários dos serviços, induzindo à passividade, abordando esses sujeitos como seres dependentes. A influência dessas mulheres primeiras-damas e a forma como conduzem suas ações exercem um papel fundamental no ciclo de dependência dos serviços prestados. Dessa forma,

[...] a representação social da atuação das primeiras-damas assume padrões arcaicos de relações sociais, que tomam natural a exclusão e potencializam a dependência dos subalternizados, implicando uma baixa ação de cidadania (TORRES, 2002, p.106).

Diante desse fenômeno, fica visível a intenção ao se estabelecer tais relações. Não há uma busca por protagonismo social, mas um ciclo de dependência, marcado pela subordinação dos sujeitos e das políticas. Tais ações afetam diretamente a qualidade dos serviços prestados e as relações de trabalho dos profissionais envolvidos na garantia de direitos da população (CARVALHO, 2019).

As esposas de autoridades quando ocupam cargos de gestores de políticas públicas no Brasil, podendo ainda exercer influências em grande parte das decisões referentes aos projetos voltados para o social, inclusive atribuídos pelo poder de persuasão e mobilizações de setores empresariais, valendo-

se de apelo pela “responsabilidade social” destes.

Segundo Amaral (2007), mesmo que a primeira-dama não muito atuante, ela será por vezes lembrada e citada pela população e até mesmo pelos servidores de alguns municípios, marcando presença em eventos oficiais ou comemorativos, sendo mencionada, como motivo de congratulação. Em primeira análise, a impressão que se constrói é de que as mulheres primeiras-damas ainda têm um importante papel na gestão de seus maridos, uma vez que elas se tornam a personificação da bondade do governante para com o povo.

A influência do primeiro-damismo nas políticas públicas da atualidade

Sposati (2003) afirma que a assistência social caminha por dois caminhos ao longo da história: em determinados momentos como a única forma de combater as múltiplas expressões da questão social e, ora para minimizar a pauperização dos trabalhadores. Há ainda, as responsabilidades do Estado que são repassadas à sociedade civil.

Na relação entre capital e trabalho, percebe-se uma das faces do Estado, como possível mediador para mitigar as mazelas sociais. Assim, diante da extrema pobreza, o Estado intervém na busca para garantir condições de vida e de trabalho.

Silva (2009) afirma que o desenvolvimento da política social no contexto brasileiro é cercado de fenômenos característicos do nosso processo de formação, como o clientelismo, a demonstração de amor ao próximo e a ajuda. Tais fatos ajudam a desconfigurar a política pública como um direito social. Essas características estão intimamente ligadas ao primeiro-damismo.

Conforme Oliveira (2003), o clientelismo no Brasil está ligado umbilicalmente com o modo de fazer política de um determinado momento da história, sendo arma para a manutenção e protelação das elites no poder através de votos e apoios políticos. Em troca nessa relação que está viva até os dias atuais, se conferem cargos de confiança a quem presta esse tipo de apoio.

A autora supracitada afirma que o clientelismo no Brasil não se dissolveu com o tempo, mas sim, se adequou às novas demandas e realidades da sociedade, com novos atores políticos. Compreende-se que o clientelismo não necessariamente está condicionado a uma relação entre ricos e pobres, mas em uma relação entre quem tem poder.

A evolução da assistência social ao patamar de política pública afastou parcialmente as

características que demarcavam ações clientelistas, paternalistas e de benesse. Os anos posteriores à criação da Política Nacional de Assistência Social – PNAS (2004) apontam para o reposicionamento dessa política no Brasil, que incorporou conceitos como o de vulnerabilidade, que delimita sua atuação a uma população selecionada pelo recorte de renda. A política de assistência social avança impregnada de preceitos sócio liberais, com maior expressividade política mediante o Programa Bolsa Família, ganhando destaque nos governos do Partido dos Trabalhadores, com a ascensão de Lula ao Planalto.

Segundo dados da Pesquisa do Perfil dos Municípios Brasileiros (IBGE, 2009), dos 5.561 municípios que declararam ter órgão gestor da assistência social, 1.352 deles (24,3%) responderam que tal política era conduzida pela primeira-dama. O referido documento apresenta esses dados por região do país, o que se comparado ao total de municípios por região, evidencia que o fenômeno do primeiro damismo está presente na atualidade. A microrregião de Viçosa acompanhou a tendência destes dados. Dos dez municípios contemplados na pesquisa, os assistentes sociais entrevistados apontaram que três deles possuem a figura da primeira-dama como gestora da política de Assistência Social e em um, a filha do prefeito.

Segundo Silva e Quiroga (2009), a reatualização e permanência do primeiro-damismo na assistência social repõe o patrimonialismo como determinante na condução dessa política, referenciando suas origens. No atual cenário político do país, mergulhado na faceta mais severa do neoliberalismo e em um governo de extrema-direita do presidente Jair Bolsonaro, renascem o sentimento da ajuda e de filantropia em consonância com a redução da política social e um aumento significativo da vulnerabilidade social e da extrema pobreza.

Uma grande parcela da população, sobretudo dos municípios de pequeno e médio porte, se torna público-alvo de ações das políticas de assistência e também objetos de desejo de manipulação política, como salienta Fidelis (2005).

Essa característica de gestão da Política de Assistência Social nos municípios vai na contramão do que define o Princípio da impessoalidade no serviço público. De acordo com a Lei Federal nº 9784 de 1999, o dever de imparcialidade na defesa do interesse público é uma forma de impedir discriminações e privilégios indevidamente dispensados a particulares no exercício da função administrativa. Além do mais, a atuação dos agentes públicos é imputada ao Estado, portanto, as realizações não devem ser atribuídas à pessoa física do agente público, mas à pessoa jurídica estatal a

que estiver ligado.

As raízes do traço patrimonial são tão fortes na nossa atualidade brasileira que, mesmo após a criação de diversos mecanismos legais que reprimem o uso dessa conduta no serviço público, os cargos de confiança do Estado Brasileiro têm como característica principal o grau de parentesco e de pessoalidade com os representantes dos poderes.

A ocorrência dessa prática, que não é apenas presente na Assistência Social, sendo encontrada nas demais políticas públicas desconsiderando as violações à Carta Magna, envolve também uma discussão do que hoje é denominado de nepotismo.

Dentro desse contexto, fica evidente que a figura da primeira-dama ganhou destaque dentro da política de Assistência Social. As ações das mulheres dos prefeitos são, em geral, padronizadas na intenção de propagar um tipo de governo, que descaracteriza as políticas públicas em prol do favor e do apadrinhamento político.

Quando analisamos a figura das primeiras-damas enquanto gestoras de políticas públicas e, por conseguintes, gestoras de assistentes sociais, percebemos que há uma tensão pré-estabelecida: de um lado, os assistentes sociais que buscam a efetivação de direitos de usuários e do outro, em alguns casos, a presença de interesses de terceiros, que pode estar relacionado a interesses políticos. Segundo Simões:

A condição de assalariado do assistente social, seja na esfera pública ou privada, requer um contrato de trabalho que expresse os parâmetros institucionais ou trabalhistas como reguladores das relações de trabalho. Os empregadores estabelecem ainda as funções e atribuições conforme a normatização do trabalho coletivo e disponibilizam os recursos materiais, financeiros, humanos e técnicos, indispensáveis à realização do trabalho. Os empregadores ainda fazem um recorte das “expressões da questão social que podem se tornar matéria da atividade profissional”. Neste sentido, as exigências impostas pelos variados tipos de empregadores condicionam o conteúdo do trabalho realizado pelo assistente social e limitam as possibilidades de efetivação de seus objetivos profissionais. (SIMÕES, 2016, p. 93-94)

O trabalho do assistente social, portanto, está condicionado às tensões entre os interesses de seu público, a população usuária das políticas sociais e, os interesses do empregador, em larga escala, o próprio Estado. A figura da primeira-dama como gestora de políticas públicas aqui analisado, em especial nas políticas de Assistência Social, acarreta determinadas situações que se agravam ainda mais esse embate.

O assédio moral pode ser uma dessas situações, como de fato ocorreu com as assistentes sociais Virgínia, Ana e Joyce que em distintos municípios, estão inseridas na política de Assistência Social, geridas pela figura da primeira-dama.

Dentre os relatos de situações de assédio moral sofridos por Virgínia, destaca-se a pressão por atender aos anseios do prefeito do município, travestidos de orientação por parte da primeira-dama e secretária de assistência social. Ao se recusar a atender um pedido pessoal do prefeito em conceder uma cesta básica sem qualquer critério a um usuário, sofreu retaliação. Diante de todas as investidas anteriores, a profissional foi mudada de setor, sem qualquer aviso prévio, rompendo o vínculo de trabalho que vinha sendo construído. Como agravante, ainda foi impedida de retirar de sua sala seus objetos pessoais e seu material de trabalho.

Não consigo mais fazer o que é meu trabalho, como é planejado, pois cada vez mais colocam serviços e interesses que visavam a campanha eleitoral. E eu vejo que enquanto isso não passar [eleições municipais de 2020] não terei paz. A forma como eles quer continuar no poder é fazendo mais pra quem é deles. E eu tenho que lutar pelos direitos de todos, sem discriminar. É pra quem votou nele e para quem não votou também (Virgínia, 40 anos).

Segundo Raichelis e Silva (2012), o vínculo existente entre o profissional de Serviço Social e os usuários é algo muito importante para o desenvolvimento do trabalho profissional, pois nele consiste: a troca de experiências e de saberes; o conhecimento da história de vida das pessoas atendidas; o fornecimento de informações importantes para os usuários que poderão, de alguma maneira, trazer impacto para as suas vidas, na medida em que ele acessa um direito que, anteriormente à intervenção profissional, desconhecia; o favorecimento da organização coletiva e a identificação de necessidades a serem supridas. Além disso, o vínculo é construído ao longo de uma relação profissional e gera expectativas de continuidade.

A chefia em questão, ao impor a transferência de Virgínia sem ao menos deixá-la fazer o comunicado à população atendida, e deixasse encaminhamentos para quem for assumir o seu local de trabalho, fez com que a imagem da profissão na instituição fosse prejudicada. A população dificilmente toma conhecimento do motivo que ocasionou a sua saída. Portanto, essa atitude prejudica a profissional, a profissão, os usuários e a política como um todo, porque se trata de uma violência perpetrada contra a assistente social e contra a população com a qual estabeleceu uma relação de compartilhamento e confiança profissional.

Outro aspecto importante no depoimento de Virgínia relaciona-se ao impedimento de retirar seus materiais. Quando o profissional ocupa um local de trabalho, ele ocupa um espaço necessário à execução do trabalho. Não só no caso de Virgínia, os profissionais levam para aquele ambiente objetos pessoais que refletem a sua individualidade, produtos de higiene pessoal e outros objetos que o ligam à sua memória afetiva. Segundo Silva (2012), ser impedido/a de retirar seus materiais é algo que viola os direitos fundamentais do ser humano. Portanto, o o assédio moral viola direitos humanos na medida em que provoca rupturas que expõem o trabalhador a situações degradantes e humilhantes.

Além disso, o material que produzido por assistentes sociais é confidencial e não pode ser violado até mesmo por outros profissionais sem uma autorização prévia. A resolução CFESS 556 de 2009 regulamenta e orienta quais os procedimentos que devem ser feitos tendo em vista a saída do profissional do serviço social de seu espaço de trabalho e os procedimentos para efeito da Lacração do Material Técnico e Material Técnico-Sigiloso do Serviço Social. Em seu artigo 4º:

Art. 4º – Entende-se por material técnico o conjunto de instrumentos produzidos para o exercício profissional nos espaços sócio-ocupacionais, de caráter não sigiloso, que viabiliza a continuidade do Serviço Social e a defesa dos interesses dos usuários, como: relatórios de gestão, relatórios técnicos, pesquisas, projetos, planos, programas sociais, fichas cadastrais, roteiros de entrevistas, estudos sociais e outros procedimentos operativos.

Parágrafo Único – Em caso de demissão ou exoneração, o assistente social deverá repassar todo o material técnico, sigiloso ou não, ao assistente social que vier a substituí-lo (CFESS, 2009).

Portanto, em caso de demissão ou transferência, sem que haja uma imediata substituição, esse material, não pode ter livre acesso de terceiros, uma vez que contém particularidades e individualidades da população assistida.

Além disso, no serviço público, a transferência de um servidor de um local de trabalho para outro sem a concordância do mesmo, é considerada como uma forma de puni-lo, mirando mostrar o poder da política organizacional, ainda que, no caso em questão, tenha-se evidenciado uma atitude de não submissão ao abuso de poder.

Como o setor público está voltado para o bem público, dentro de um esquema social, os abusos que lá ocorrem parecem chamar muito mais a atenção. Nota-se geralmente que o assédio moral não está relacionado à produtividade, mas às disputas de poder [...] (HIRIGOYEN, 2002, p. 125).

Quando analisados os casos de Ana, percebemos a prática do nepotismo, personificado na

figura da filha do prefeito. Ana também foi trocada de posto de trabalho, sendo lotada em um CRAS situado em um dos distritos do município onde trabalhava.

O agravamento da situação de Ana se deu quando lhe foi exigido o cumprimento de horários impraticáveis para a profissional, tendo em vista o deslocamento necessário até o distrito em que se situa o equipamento da assistência. Foi questionado também pela filha do prefeito com quem Ana conversava, impedindo-a de se expressar.

Segundo Raichelis e Silva (2012), a imposição de horários injustificados ou o monitoramento exacerbado dos horários de entrada e saída no local de trabalho, o cerceamento da liberdade de conversar com outros/as colegas de trabalho e o isolamento proposital do espaço físico expressam características do assédio moral que degradam deliberadamente o ambiente de trabalho. Tal situação afeta não somente a profissional assediada, mas todos que a cercam, podendo abalar o desempenho e a saúde do conjunto de trabalhadores.

De uma forma mais inusitada, temos também a manifestação do fenômeno do assédio moral sofrido por Joyce. A profissional foi “colocada na geladeira” por sua gestora, esposa do prefeito da cidade em que trabalha. O assédio se fez presente quando a profissional relatou que ficava numa sala isolada denominada de “quartinho” sem que tivesse acesso aos demais colegas de equipe e também dificultando o acesso dos usuários à sua sala. Nesse sentido, Hirigoyen (2002, p. 128) fala sobre as “geladeiras”:

Colocar na ‘geladeira’ corresponde a uma forma de assédio no vazio. A pessoa é rejeitada porque não se adapta mais ao cargo, mas ao mesmo tempo não existe nada de específico contra ela ou porque, devido a um conflito com a hierarquia, torna-se claro que ela não é mais adequada ao espírito da organização [...].

Na ocasião do assédio, Joyce contou com o apoio dos/as colegas de trabalho. Com relação às estratégias de resistência contra as práticas de opressão vividas no trabalho, ela destacou como importantes as discussões coletivas, o cumprimento do código de ética e as participações nas atividades sindicais.

Ao falar sobre o sentimento de isolamento, Joyce deixa explícito que não ficou sozinha neste processo. Ter apoio dos colegas tornou-se fundamental para a profissional desenvolver suas atividades e sentir-se integrada à equipe de trabalho.

Para construir estratégias de resistência, o assédio moral precisa ser publicizado,

principalmente entre as categorias profissionais que lidam com situações dolorosas de denegação de direitos, como é o caso do Serviço Social. Contudo, a discussão coletiva ainda é tímida no que se refere ao assunto. Há necessidade de conhecer com mais profundidade esse fenômeno social, a fim de combatê-lo.

No serviço público, são frequentes as situações em que os/as trabalhadores/as são submetidos/as aos desmandos da hierarquia, predominando abusos que, raramente, são punidos, permitindo que a prática do assédio dure muito tempo sem haver uma forma de interrompê-la.

O nepotismo como combustível para o assédio moral

É de suma importância compreender o elemento reiteração como aquelas atitudes não isoladas, não eventuais, mas que tem como objetivo último a destruição do outro, da sua dignidade, quer seja por censuras constantes, quer por agressões aparentemente isoladas, que são humilhantes.

A falta de apoio acaba propiciando situações de assédio moral contra a categoria profissional, como no caso relatado pela profissional Ana (32 anos), concursada em um município de pequeno porte e trabalhadora da assistência social há seis anos.

Durante a entrevista, a profissional demonstrou possuir um enorme receio em descrever o assédio moral sofrido em seu local de trabalho, uma vez que ainda sofre perseguições por parte da antiga gestora, secretária de assistência social e filha do então prefeito de uma família muito influente na cidade. O relato de assédio moral sofrido pela assistente social Ana é bastante contundente, ao falar as razões pelas quais deram origem, na visão da própria entrevistada, às perseguições, mas um outro fato nos chamou bastante atenção, em sua fala inicial:

Não tem nada na estrutura daquele lugar, até hoje que lembre uma política de Estado. Tudo que vem sendo desenvolvido é somente no intuito de garantir que haja repasses de recursos federais, porque você sabe né, prefeitura pequena como aquela, sobrevive disso. Se eles pudessem, não tinha nem um CRAS na cidade e distribuíam cestas básicas na porta da prefeitura, pelo próprio prefeito. Mas aí eles descobriram que se tivessem mais CRAS, o recurso aumentaria, que teriam mais demandas. Assim fizeram um novo equipamento dentro da cidade e depois mais um, em um distrito, onde trabalho (Ana, 32 anos).

A falta de estrutura administrativa relatada pela profissional nos faz refletir sobre a necessidade de gestores competentes e compromissados com a máquina pública, de modo a desenvolver ações que

sejam pensadas para os seus “clientes”, ou seja, ações voltadas para o povo, de modo a atender as mazelas da população por meio de políticas públicas de Estado. Segundo Souza Filho (2016), a administração é a utilização racional dos recursos de modo a atingir um fim definido nas relações entre o homem com a natureza e na relação dos homens com outros homens. E para atingir determinadas ações, é necessária a utilização de recursos públicos, cuja finalidade é prestar assistência social.

A fala da profissional, a particularidade da burocracia que está condicionada ao Estado, fazendo com que haja inúmeras amarras que propiciam gestores a fazerem dos funcionários públicos, ou seja, funcionários do Estado para servir à população, reféns das suas vontades particulares ou ainda de seus interesses políticos partidários quando os gestores não reconhecem a importância dos equipamentos de assistência social nos municípios. Em algumas situações de governos municipais mais radicais à direita, criminalizam as promoções de transferência de renda, da assistência social e até mesmo do campo da educação.

Segundo Souza Filho (2016), o Estado, enquanto estrutura jurídica e política não é a expressão da universalidade, mas sim, “a expressão das relações sociais de produção existentes na sociedade” (p.39). Nesse sentido, o Estado brasileiro, inserido na lógica neoliberal está estruturado tendo como gênese as relações de exploração estabelecidas pelo capital. O Estado representa assim, o principal elemento de dominação de classe para garantir a manutenção, ampliação e reprodução das relações sociais de exploração da classe trabalhadora. Dessa forma, fundamenta-se a fala da profissional Ana ao se queixar que os interesses da prefeitura onde desenvolve suas atividades está muito aquém do que de fato as legislações colocam.

O fato de Ana defender que suas ações sejam embasadas nas legislações e no compromisso ético-político da profissão deram origem às investidas sofridas por ela. A profissional relata que defendeu o direito do usuário que de fato, foram realizados estudos sociais realizados por ela e por toda a equipe, constataram a necessidade de fornecimento de cesta básica para uma família carente do município. Por questões puramente políticas a gestora negou o acesso a esse usuário. Ana questionou a chefe, o motivo da negativa. Ana considera que esse fato em específico, corriqueiro em qualquer ambiente de trabalho, foi a origem de todo seu desgaste.

Eu não aceitei que aquele usuário que todos nós havíamos acompanhado, que recebe bolsa família, que tem todos os cadastros sociais e acesso a outros benefícios, mas que são poucos, você sabe, né, ficasse sem a cesta básica. Isso é tão pouco para nós, mas para uma família de 6 pessoas que só vive com bolsa família porque o pai está

desempregado, ajuda muito. Não é a solução dos problemas, mas ajuda (Ana, 32 anos).

A fala da profissional evidencia que sua ação é algo que qualquer profissional comprometido com seu trabalho faria. A busca pelo direito do usuário não evidencia desrespeito para com o superior imediato. Contudo, a sua procura foi vista como afronta por parte da secretária de assistência social que tão logo lhe respondeu com más palavras, como relatado no trecho a seguir:

Quando eu cheguei na sala dela [a secretária de assistência social] parecia que já sabia que eu fui falar sobre o caso que ela havia barrado. Já tinha esse costume de fazer coisas do tipo, sabe, mas dessa vez parecia alguma coisa muito maior. Tinha uma raiva pessoal contra essa família. E depois acabei descobrindo que realmente tinha, mas não vem ao caso. Ela disse que as coisas naquele lugar funcionam como o pai dela e ela querem que funcionem, porque ele é o eleito, ele foi escolhido para governar e sabe o que é melhor. Para completar me disse a primeira afronta, falando que era bom eu saber de como as coisas funcionam, porque se não eu seria um problema e ela não gosta de problemas, ainda mais numa segunda-feira de manhã, que foi quando eu procurei a secretária (Ana, 32 anos).

Comportamentos administrativos desse tipo, em que agentes públicos que desrespeitam e desacatam os seus pares e seus subordinados, como se ele próprio fosse o Estado, estão presentes desde a formação sócio histórica do Brasil, conforme já exposto no início deste capítulo e continua até os dias atuais. Ana relatou que isso se repetiu algumas vezes ao longo de sua trajetória com a secretária em questão. Houve uma situação em específico que a profissional se sentiu ofendida e ao mesmo tempo confortada, nas palavras dela, por ter estabilidade profissional e poder executar seus serviços e cobrar determinadas demandas. Ao procurar a secretária pela segunda vez foi recebida com as seguintes palavras: *“Você aqui de novo e eu não posso nem te dispensar porque é concursada. Qual a sua reclamação agora?”*. Ao mesmo tempo que essas palavras e atitudes a deixou bastante magoada, serviu de estímulo para seguir em defesa de seus princípios e os princípios da profissão.

Amparada pelo Instituto da Estabilidade do Servidor Público (EC nº19/1998) a profissional Ana se sente privilegiada em relação a outros postos de trabalho ocupados por assistentes sociais que são contratados por processos seletivos e ou contratos temporários. Independentemente da vontade e do arbítrio de quem ocupa os cargos superiores o seu emprego é onde está a confiança e a vontade de seguir na profissão.

Ana mencionou que com o passar do tempo, intensificaram as investidas da secretária, havendo inúmeras retaliações. A última delas, como forma de silenciar a profissional, foi a transferência para o

CRAS situado em um distrito do município que fica cerca de 17 km da região central. Sem que houvesse uma justificativa plausível, uma vez que outra assistente social havia sido contratada para a realização das atividades neste local. Em sua percepção, há uma clara conveniência pela profissional contratada com a secretária, o que facilitará que seus mandos vigorem sem que haja intervenção do que ela se autodenomina como “assistente social atrevida”.

Ana é uma assistente social comprometida com o Projeto Ético Político da profissão, comprometida com os valores morais com os usuários que atende em seu local de trabalho e justamente por confrontar práticas antiéticas no contexto de uma administração pública mandonistas e antidemocrática, se torna alvo de ataques. Segundo Barroco (2010. p.54) “os valores são sempre objetivos, mesmo quando se apresentam na forma de normas abstratas”, tais como se dão no exercício profissional dos assistentes sociais que são permeados por intervenções que fujam a tais padrões, como se apresenta na particularidade de Ana.

A consciência de pertencimento a classe trabalhadora, a clareza de que tais conflitos atingem não somente o assistente social, mas também outras modalidades do trabalho coletivo, integrantes da classe-que-vive-do-trabalho (ANTUNES, 2000; 2006) motiva a profissional a seguir na luta por justiça social junto aos usuários da política que está inserida, buscando o fortalecimento de lutas coletivas contra o assédio moral e contra todo tipo de opressão oriunda das relações de trabalho, como a perseguição sofrida por ela.

2.4. Constrangimentos Praticados por Autoridades Municipais e Judiciais

Há casos em que assistentes sociais são demandados a executar funções que não são propriamente do serviço social. Além disso, recorrendo, ainda que contrariamente ao uso de autoridade exacerbada. São demandados a realizarem tarefas de cunho policalesco, investigativo e até mesmo punitivo. Essas ações fazem com que assistentes sociais se tornem via de acesso à concessão de benefícios que já são garantidos constitucionalmente, a exemplo do acesso ao BPC (quando demandados a realizarem visitas domiciliares), acesso a remédios à população e, na particularidade dos municípios, exercer um papel de fiscal até mesmo de colegas de trabalho ao solicitarem licença para acompanhamento de familiares hospitalizados e/ou em tratamentos de saúde.

Nesse processo os assistentes sociais se tornam reféns de mandos e desmandos de diversas

origens, o que compromete a imagem perante seus usuários, tornando-se algo coisificado, uma peça da engrenagem atrapalha o seu desenvolvimento profissional. O desenvolvimento tido como ideal para os assediadores vai à contramão do compromisso ético-político dos assistentes sociais.

No âmbito jurídico, há o amparo legal para a categoria profissional, conforme exposto na Lei de Regulamentação da Profissão, no Código de Ética Profissional e resoluções e pareceres do Conjunto CFESS – CRESS. A exemplo, temos o Parecer Jurídico nº10 de 2012 do CFESS que trata a respeito do trabalho colocado a encargo de assistentes sociais de forma excessiva e sem remuneração, bem como o assédio moral sofrido por profissionais, sobretudo ligados aos equipamentos de assistência social, como os CRAS e CREAS dos municípios de pequeno porte por parte do sistema judiciário brasileiro.

Nas falas dos assistentes sociais entrevistados há recorrentes queixas de juízes e promotores demandarem solicitações de laudos e pareceres de indivíduos que sequer tinham acompanhamentos juntos aos equipamentos assistenciais dos municípios. Funciona da seguinte forma: ao haver uma judicialização de um determinado caso, não tendo a disponibilidade de um assistente social junto ao Sistema Judiciário, os juízes e promotores fazem solicitações junto aos secretários dos municípios que encaminham tais pedidos aos assistentes sociais e psicólogos, como uma determinação, especificando inclusive data limite de resposta, seguido do “cumpra-se”.

Dessa forma, o conflito está instaurado, essa demanda ocorre de maneira autoritária, na medida em que a determinação de “cumpra-se” ocorre a partir de atos que constroem a equipe, como: gritos, palavras ofensivas, pressão que leva ao estresse coletivo.

Não se trata aqui de personalizar esse tipo de situação, como se a equipe fosse perseguida por um chefe perverso que pretende fazer cumprir suas ordens a qualquer custo, já que a concepção adotada é a de analisar o tema do assédio moral como algo intrínseco à organização de trabalho na atualidade, a qual também as chefias intermediárias estão submetidas. A forma de gestão tornou-se um instrumento de poder, como afirma Gaulejac (2007, p. 33) para impor algo com o qual a equipe discorda. Nesse sentido, até o posicionamento coletivo de um grupo de trabalhadores/as representa uma ameaça ao poder.

Durante a pesquisa, os entrevistados queixaram-se do curto prazo para o estabelecimento de um estudo social, a imposição para realizá-lo em sete dias corridos, bem como prazos de dez, doze ou

quinze dias.

Esses estudos podem envolver complexidades que demandam de maior tempo para apreender os aspectos envolvidos. É preciso, compreender o problema de todos os aspectos, retornando e verificando todas as ações, questionando o que está aparente, em busca do concreto, da essência do problema, como propõe Marx (2013), que parte da produção material, socialmente determinada, e demonstra que ela é um todo orgânico, dinâmico, rico de totalidades e relações diversas, na qual seus momentos constitutivos estão conectados entre si, formando uma unidade sistêmica, embora contraditória e não desprezível.

Segundo Verônica Donato (2006), o magistrado brasileiro experimenta um mix de funções que estão atreladas até os dias atuais, às velhas práticas do período colonial, em conformidade a velhas práticas e comportamentos que dificultam o processo de transformação da sociedade. Em comunhão a tais fatos, a Constituição Federal de 1988 impôs aos magistrados uma relação de superioridade a lei, transformando-o não somente no controlador das leis, mas também como controlador dos abusos do próprio Estado.

Donato (2006) ressalta ainda a diferença que há entre o sistema judiciário e os poderes legislativo e executivo na particularidade brasileira. Estes dois últimos, de tempos em tempos são avaliados através da participação popular, havendo a possibilidade da não continuidade de seus poderes através do povo, com o poder do voto. Já o sistema judiciário passa por uma seleção, um concurso, através de inúmeros critérios e capacidades técnico-operativas, contudo, não dá opções de avaliação do papel desempenhado, tornando-os, superiores nas três esferas de poder.

Há, portanto, a possibilidade de duas vias a serem seguidas pelos representantes da Justiça: interpretações a risca da lei, em caráter conservador e radical e outra vertente que pode se constituir reformadora, rompendo com traços coloniais e conservadores que buscam a emancipação humana. O uso da autoridade judicial de forma impositiva e arbitrária pode vir a ser fonte de assédio moral praticado contra assistentes sociais no âmbito do exercício profissional.

Diante de tais abusos, o Conselho Federal de Serviço Social e os Conselhos Regionais sentiram a necessidade de levantar tal demanda através da realização de diversos espaços de debate com profissionais, cursos de capacitações envolvendo vários setores onde trabalha o assistente social. Esses investimentos culminaram em um Parecer Jurídico (Parecer nº10 de 2012) que embasasse as ações e,

sobretudo, as queixas dos profissionais perante as solicitações e determinações oriundas do Sistema Judiciário Brasileiro.

Esse documento afirmou a necessidade de haver uma separação de tais funções e atribuições dos respectivos equipamentos de trabalho, de modo a resguardar o trabalho do assistente social no serviço público municipal e estadual, em consonância com a Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8.662/1993) e com a Lei 12.317/2010, que estabelece a jornada de trabalho do Serviço Social em até trinta horas semanais. Esse parecer busca também resguardar uma possível exposição dos assistentes sociais em seus respectivos locais de trabalho, seja perante os próprios colegas de equipe, mas sobretudo, resguardar as relações com os usuários das políticas públicas.

Há uma linha muito tênue que precisa ser respeitada no que diz respeito a relação do assistente social com os usuários, que é constituída através de vínculos de confiança. É através de suas habilidades técnico-operativas (SANTOS, 2013) que se desenvolve o trabalho profissional e permite uma boa execução das políticas públicas que efetivem as necessidades da população pauperizada. Qualquer ação que ultrapasse a barreira dessa confiança, pode acarretar em prejuízos ao bom êxito do trabalho do assistente social. Pode desencadear ainda relações conflituosas que geram a ocorrência de assédio moral.

Os depoimentos desta pesquisa evidenciaram que há casos de assistentes sociais que após atenderem determinações judiciais romperam vínculos não somente com um usuário, mas com uma série de trabalhos em andamento, justamente pela arbitrariedade imposta em processos judiciais. Nesses casos, os assistentes sociais se tornaram vítimas de assédio moral duplamente: por parte de imposições ao seu trabalho, feitas pela justiça e por usuários, que ao desenrolar das ações, passaram a ver no profissional, um inimigo, originando situações de assédio moral.

Tal fato aconteceu com Lorena, assistente social concursada em uma prefeitura municipal. Após responder a inúmeras solicitações judiciais, se vendo esgotada pela sobrecarga de trabalho e não ter nenhuma motivação para tal, se queixou junto ao Secretário de assistência que tão logo se prontificou a atender sua reivindicação, pois percebia o desvio das funções que sua subordinada era obrigada a desempenhar. Durante a entrevista evidenciava-se o desgaste sofrido pela profissional ao abordar o assunto, pois, como em outros casos aqui já relatados, sente receio de sofrer ainda mais represálias por parte do poder municipal.

Quando o secretário de assistência encaminhou o caso para a discussão com o prefeito do município, através do secretário de assistência, para a surpresa de ambos, a notícia não foi recebida com bons ouvidos pelo chefe do executivo. O mesmo, nas palavras de Lorena o prefeito *“tem medo do Juiz e de todos lá no Fórum”*, não deixando expectativas de que a situação pudesse ser mudada. Contudo, para a surpresa não só da profissional, e também do secretário, a solicitação de uma possível intervenção do prefeito foi respondida com vários ataques e ameaças a ambos os servidores.

A situação desencadeou uma série de eventos que se caracterizam como assédio moral praticado pelo prefeito, ou seja, que se enquadra também como um caso de assédio moral praticado por um superior hierárquico, por parte de profissionais do Fórum em questão, sobretudo, na pessoa do Juiz.

Por fim, o assédio moral praticado por usuários contra a profissional e o secretário de assistência social. De forma a sintetizar as ações, analisaremos o relato da assistente social sobre o assédio moral sofrido pela assistente social Lorena em três pontos: a figura do prefeito, o juiz (o Sistema Judiciário) e, os usuários das políticas sociais.

Ao receber a reivindicação de uma possível intervenção para que cessassem as demandas judiciais ao trabalho dos profissionais dos equipamentos municipais de assistência social, em conformidade com o que consta no Código de Ética dos Assistentes Sociais (1993) e também no Parecer Jurídico nº10/2012, o prefeito se armou contrariamente às reivindicações:

O secretário e eu fomos ao gabinete do prefeito, explicando tudo que vem acontecendo nos últimos anos. Não é uma demanda um mês, uma demanda no outro, outra no outro não. Tem semanas que eu recebo duas ou três solicitações com prazos muito curtos. É desumano. Eu não dou conta de trabalhar as minhas demandas para atender o que o Fórum pede. Falamos isso tudo ao prefeito e mostramos as legislações. Não fui desprevenida. Mas aí, ele que é estúpido demais, praticamente me mandou sair da sala. Pediu para o secretário ficar e na porta escutei o papo dos dois. Ele disse que isso é um absurdo, que se eu não dou conta do meu trabalho, que é para o secretário me dispensar. Afinal, onde já se viu alguém não fazer o que é paga pra fazer? Mas o secretário disse que eu sou concursada e ele ficou mais bravo ainda e ameaçou a me mandar para um outro lugar que me exigisse mais, já que eu era reclamona. Eu ouvi tudo, porque foi aos berros (Lorena, 26 anos).

Há no relato de Lorena falta de empatia e respeito a assistente social. Suas palavras sinalizam que, caso ela pudesse ser dispensada, teria sido feito imediatamente após aquela conversa. O depoimento evidencia também a forma arbitrária em que são postas as ações. Segundo Lorena esse foi o primeiro de muitos episódios de repulsa que sofreu junto ao então prefeito do município. A partir

daquele momento, nos foi relatado que a profissional se sentia ameaçada todas as vezes que algum encaminhamento passava pelas mãos do gabinete do prefeito. Ao perceber que as situações se tornariam sempre conflituosas, a assistente social criou uma barreira de autodefesa e o prefeito passou assediá-la arduamente.

O Parecer Jurídico nº10 e 05 de março de 2012 deixa claro que demandas como essa, advindas dos juízes

Trata-se, portanto, de um trabalho de natureza técnica profissional que é imposto ao assistente social, em detrimento de sua atividade no órgão público em que é lotado e por mais que possamos compreender a carência dos recursos humanos; a deficiência do serviço público; a “superioridade” do interesse público não podemos, com toda a certeza, atribuir tal “colaboração” a um dever que emerge da “cidadania”, como sustentado por alguns magistrados (CFESS, 2012. Parecer Jurídico nº10 de 05 de março de 2012).

Não havendo um encaminhamento positivo e muito menos apoio do poder executivo de modo a romper as requisições judiciais, ao responder uma demanda que lhe havia sido encaminhada para elaboração de um Estudo Social longo e detalhado, Lorena fez uma reclamação formal e em suas palavras, sempre respeitosa ao Juiz, mas negando-se àquele caso. Ela argumentou ser incapaz de realizá-lo por se tratar de uma demanda singular muito sensível e que envolvia muitas partes

Ao falar sobre a resposta da autoridade judicial, em sua fala evidencia que se tratava de uma situação traumática para a profissional, tanto pela situação em questão, quanto por todas as demandas que foram impostas anteriormente que culminaram em um esgotamento físico e mental, do que propriamente o caso em si. Lorena foi intimidada por meio do uso de autoridade pelo Juiz, que, ao respondê-la, novamente encaminhou a solicitação de Estudo Social, apesentou as penalidades para o não cumprimento de ordem judicial, inclusive destacando que a profissional poderia ser detida.

Como já era previsto pela profissional, o caso que originou seu embate com a autoridade judicial e que preferimos não dar detalhes por questões éticas, trouxe prejuízos para a figura da profissional perante os usuários do equipamento onde trabalha. Assim, destacamos o terceiro ponto no assédio moral sofrido pela assistente social Lorena, praticado pela parte interessada no processo mencionado anteriormente.

Ao ser publicizada a sentença do referido processo, sendo uma cidade de pequeno porte, tão logo a notícia correu por todo o município que culpabilizou a assistente social pelo tal fato. Tornou

uma situação insustentável para a execução do trabalho com as demais demandas que surgiam. Lorena se sentiu intimidade em realizar suas atividades rotineiras e também exposta diante de comentários e rumores.

Essa situação, evidencia o compromisso de Lorena com seu trabalho e também a coragem da profissional em questionar uma ordem judicial que lhe fora imposta. Por outro lado, possibilita compreender os impactos que a ação acarreta em sua vida pública e até mesmo privada, devido ao jogo de poder desigual. Outro ponto fundamental para toda a situação experienciada foi o apoio que a assistente social teve do seu gestor. Infelizmente algo incomum no meio político, sobretudo se tratando de um cargo de confiança e também por este não ser um assistente social de formação.

Lorena sofreu ataques de diversos lados em decorrência do seu exercício profissional. Muitas foram as tentativas para que ela desistisse de seu posto de trabalho e até mesmo abandonasse a profissão.

O propósito de destruir o outro é neutralizar todos os meios da realização de um bom trabalho. O assediador pode enxergar na vítima um perigo que precisa ser eliminado, combatido e que precisa se retirar do ambiente do trabalho. Induzem profissionais a cometer erros que culmine em seu despedimento, tornam o ambiente de trabalho insustentável para a saúde mental do assediado, levando a afastamentos para tratamento de saúde, demissões, e inclusive aposentadorias precoces.

A imposição da autoridade dos prefeitos no processo de assédio moral

O processo de assédio moral comporta forte carga de estresse, mas é um estresse de natureza diversa do estresse próprio e exclusivo das condições rotineiras de trabalho. A pressão que conduz ao estresse tem o propósito de aumentar a eficácia ou a rapidez da realização de uma tarefa, causando danos à saúde por uma alteração imprevista da rotina de trabalho ou por uma dosagem excessiva de trabalhos. Melhores condições de trabalho permitindo ao trabalhador o recomeço.

Segundo a referida autora, a gestão por injúria se torna perceptível por todos, onde, sem distinção há maus-tratos, tornando-se um tratamento indigno, impiedoso, sem quaisquer medidas partindo de chefias despreparadas, desqualificadas para liderança que submetem seus subordinados a situações vexatórias. Hirigoyen (2005) aponta que pode se tornar casos de assédio moral, quando

tais tirânicos promovem conflitos que colocam a equipe de trabalho, uns contra os outros.

As más condições de trabalho em desacordo ao Código de Ética Profissional (1993) dos assistentes sociais e a Resolução CFESS nº493/2006, exige um espaço privativo de trabalho que lhe garanta o sigilo profissional, bem como esse espaço com boa iluminação e ventilação natural, equipamentos e material para desenvolvimento de suas atividades, por si só não caracteriza assédio moral. Entretanto, a partir do momento em que tal situação é colocada somente para o assistente social em um equipamento social, ou ainda havendo diferenciação de tratamentos a profissionais em um mesmo local de trabalho, nesse tocante, pode ser caracterizar como assédio moral.

Tal fato apresenta-se no relato de Cássia (53 anos), assistente social concursada que nos últimos anos vem sofrendo ataques velados. Ela é tida como uma adversária política da gestão que se encerrou no ano de 2020, mesmo sem, nas suas palavras, nunca ter se envolvido com política partidária no município. E por essa razão, segundo nos relatou durante a entrevista, desencadearam inúmeras perseguições que aos olhos de um expectador desavisado, pode até passar despercebido.

O prefeito tá terminando o segundo mandato dele, sabe? Então meus problemas são antigos, porque eu tenho 17 anos de prefeitura. E começamos bem mal, há oito anos atrás, porque quando ele assumiu já me mudou de setor. Antes eu trabalhava dentro da própria secretaria, que fica no mesmo prédio da prefeitura, mas aí me colocou para o CRAS. Achei bom de início, mas depois percebi que isso já era uma forma de me tirar de perto dele, ou sei lá de quê” (Cássia, 53 anos).

A profissional sente que tal mudança só ocorreu por motivos pessoais e não por uma questão profissional ou mesmo de reorganização da estrutura administrativa. Em poucos meses sua hipótese foi confirmada em uma conversa com a gestora da política de assistência social do município, com quem tinha certa proximidade.

Como abordado no caso anterior, Cássia também teve em sua chefe, amparo para lidar com tais situações que foram se desencadeando ao longo dos anos e considera isso como peça fundamental para não ter desistido do trabalho, conforme relatado por ela.

Após o primeiro ano de governo do prefeito em questão, Cássia percebeu que muitos dos usuários que ela acompanhava enquanto assistente social na Secretaria de Assistência, que a tinham como referência, passaram a buscá-la no CRAS, mesmo a profissional explicando que

tais locais tinham atribuições e demandas diferentes. Era preciso que as demandas de determinados usuários fossem resolvidas na própria Secretaria, com a nova assistente social, encaminhando-os para o local, de forma a respeitar as particularidades de cada espaço.

Compreender as atribuições do assistente social e dos equipamentos de políticas públicas é fundamental para os gestores, de modo a nortear as ações que devem ser desenvolvidas enquanto dever do Estado. Entretanto, há muitos conflitos, sendo que alguns deles, ocorre por inexperiência e não conhecimento das legislações. Tal falha acarreta numa série de eventos negativos para a execução das políticas públicas com qualidade, inclusive, podendo gerar relações conflituosas, como as relações de assédio moral que analisamos no caso da profissional Cássia.

O que já se apresentava como uma relação tensa, se ampliou ainda mais quando Cássia deu alguns encaminhamentos de forma correta para a Secretaria e à nova assistente social. O assédio moral sofrido por Cássia passou a ser executado por parte do prefeito e de outros secretários, como o secretário de saúde do município, que também vê a profissional como adversária, assim como o prefeito.

Durante o primeiro mandato do prefeito, Cássia relata que foram muitas as perseguições que trouxeram prejuízos inclusive para os usuários do CRAS.

Antes de terminar o primeiro ano ficou claro pra mim que eu era um problema. Brincava com a minha chefe que eu era a assistente social problema dela. E tudo que eu demandava, que é direito do usuário era visto como um problema, como se eu tivesse pedindo um favor pra mim, pessoal. Até mesmo direito de transporte para ir à agência do INSS resolver documentos de BPC ou aposentadoria que a gente ajuda o povo, se eu pedisse, ele negava. Teve uma época que nem papel higiênico tinha no banheiro do CRAS e a prefeitura com uma sala lotada até o teto” (Cássia, 53 anos).

As perseguições não pararam por aí. Seu trabalho foi boicotado por várias frentes, até o ponto de ela buscar auxílio junto ao Conselho de Serviço Social, que correspondia a “um pedido de socorro para largar tudo”. Mas ela considera que tal fato só serviu como combustível para novos ataques, pois compreendido como uma afronta ela recebeu uma visita de representantes da instituição que representa a categoria profissional.

Assim, o assédio moral sofrido por Cássia acarretou um desgaste mental em que a profissional já não via mais saída para o vinha sofrendo no seu ambiente de trabalho. A

desmotivação tomou conta da sua rotina de trabalho, uma vez que foram muitas as investidas e também as impossibilidades de execução de suas atividades.

O assédio moral é um fenômeno que ocorre de maneira nem sempre sutil, dando a impressão de que nada seja predeterminado, mas a atitude de um pode modificar a do outro na relação. Assim, uma pessoa pode ser muito produtiva e agradável, mas em um ambiente hostil, tornar-se inapta e desagradável.

Na contramão dos casos citados pelos superiores hierárquicos, há também a presença dos casos onde assistentes sociais são vítimas de assédio moral praticados pelos próprios usuários das políticas públicas, que acarretam diversos malefícios aos assistentes sociais.

2.5. O Superior Hierárquico da Instituição na Gestão de Conflitos e Assédio

A autoridade exercida pela instituição empregadora é de fundamental importância quando se verifica a existência de situações de assédio moral, que se perpetuam ao longo do tempo e se tornam uma prática rotineira, na visão de Hirigoyen (2006, p. 103), “quando o assédio moral se instala, é porque a empresa deixou que chegasse a esse ponto”.

Ávila (2015) afirma que tal processo acontece em uma empresa/instituição que não tem comprometimento com a saúde mental de seus trabalhadores, uma vez que a situação se instala de início como uma brincadeira ingênua, sem maldade até mesmo aos olhos do assediado. Entretanto, tal fato começa a ser irritante para o assediado e a instituição não faz nada para que tal fato acabe, culminando com o surgimento de expectadores. Assim, o profissional assediado tem como fim último, em alguns casos, a única saída visível o seu pedido de demissão, ou ainda sua aposentadoria total por invalidez frente a todos os ataques sofridos e “do reconhecimento de patologia mental irreversivelmente instalada” (ÁVILA, 2015, p.54).

A autora supracitada afirma ainda que se não há um padrão para as vítimas dos ataques, em contrapartida, há contextos profissionais que propiciam os mecanismos para a instalação do assédio moral, não apenas pelo nível de estresse, má organização e gestão, mas especialmente, por mecanismos de funcionamentos gerenciais frágeis ou incertos.

Há várias formas de agir do agressor. Leymann (2000) apresenta quarenta e cinco comportamentos baseados em seus estudos e pesquisas. Já Hirigoyen (2005), por sua vez, os agrupou em quatro categorias: “deterioração proposital das condições de trabalho; isolamento e recusa de comunicação; atentado contra a dignidade e violência verbal, física ou sexual”.

Segundo Hirigoyen (2005), as atitudes relacionadas à deterioração proposital das condições de trabalho encerram em si situações mais difíceis de substituir. Normalmente são atitudes que partem dos superiores hierárquicos, ou seja, são ações que partem de cima para baixo. São casos em que procedimentos sutis são deflagrados de modo que a pessoa visada pareça incompetente, tais como retirar a autonomia da vítima, contestar sistematicamente todas as suas decisões, retirar o trabalho que lhe compete e ao mesmo tempo, dar-lhe funções totalmente incompatíveis com sua função. Tarefas essas que tem como objetivo único ofender, desqualificar, diminuir.

O isolamento e a recusa, aponta Hirigoyen (2005), são sentidos profundamente pela vítima, de modo a banalizar o profissional assediado. É colocando-o de fora das decisões que a deveriam ser coletivas, não o chamado para participar de formações continuadas, palestras, eventos, etc. Quando a vítima busca expor sua opinião ou ainda seu conhecimento técnico privativo é logo desqualificado, cortando de prontidão o diálogo.

Eu não posso participar de nenhuma capacitação mais. Quando tem capacitação fora do município, seja em Belo Horizonte ou mesmo em Juiz de Fora, eu sou a única que não posso ir com a desculpa de que não tem outra assistente social para ficar no meu lugar. Na verdade, isso é só um argumento para me atingir. É não é cisma minha. Já disseram ao psicólogo sobre isso (Melissa, 32 anos).

Tudo que eu faço tem de passar pelo coordenador. Tudo é fiscalizado, sabe? Ele nem lê, mas é para me intimidar. É pra eu saber que estão de olho no que faço e nos encaminhamentos que dou (Juliete, 34 anos).

O atentado contra a dignidade da pessoa humana é descrito por Hirigoyen (2005) como aqueles comportamentos que normalmente são percebidos por todos, mas a vítima é considerada responsável. Frases ofensivas como “Ela é muito sensível e não tem senso de humor, e Ele é paranoico e só enxerga maldade por todos os lados” (HIRIGOYEN, 2005, p.110) surgem de vários os lados no ambiente de trabalho, passando não mais a ser algo exclusivo do assediador, como justificativa dos atos perpetrados contra o assistente social vítima dos ataques.

Passo sempre como a louca, a histérica. Até falaram isso com um usuário uma vez. Que não era para levar em consideração o fato de eu estar nervosa quando o usuário chegou aqui. Mas não falam o porque de eu estar nervosa. O motivo é justamente essas pessoas que nos colocam pra baixo. Meu chefe é o cabeça, mas o palhaço só faz palhaçada porque tem platéia, né?” (Maria de Lourdes, 43 anos).

A fala de Maria de Lourdes revela um grande incômodo perante os profissionais que trabalham com ela, mas sobretudo, com seu chefe. Há uma clara perda de identidade com seu trabalho. Segundo o entendimento de Barroco (2010), quando a atividade humana é alienada, perde-se seu caráter social e consciente no processo. A humanização do homem, que é uma conquista histórica do gênero humano é deixada de lado, perdendo toda a sua capacidade de atribuir sentidos ao seu fazer. Só resta ao processo a violência.

A violência verbal, física ou sexual, surge quando o assédio está declarado e visível por todos, estando à vítima já estigmatizada como louca e que não merece ser ouvida. São exemplos disso empurrões, fechar a porta na cara, falar com a vítima aos gritos, invadir sua vida privada com ligações telefônicas, segui-la na rua, assediar ou agredir sexualmente e não levar em conta possíveis problemas de saúde, citados por André, Maria de Lourdes, Cecília e Joyce.

Ávila (2015) menciona que as técnicas para destruir a vítima psicologicamente são variadas e criativas, e envolvem à intenção de incomodar, caluniar, atacar o trabalho, seu saber técnico do profissional e suas convicções. Deste modo, o agressor consegue eliminar ou reduzir a empregabilidade da vítima, sua capacidade de ser útil para ocupar um cargo de outro profissional. No caso dos assistentes sociais, essa situação esteve presente nos relatos de Juliete e Melissa.

Tudo que eu faço é motivo de piada. Mas não é brincadeira sadia, mas sim, na intenção de me diminuir, me ofender. Eles acham que eu não percebo, mas eu percebo (Juliete, 34 anos).

Quanto mais tentam me diminuir, me colocar pra baixo, mais raiva eu faço neles agora. Mas minha raiva é fazendo um serviço bem-feito, do jeito que eu fui contratada para fazer. Defeitos eles colocam aos montes, sabe como é, né? (Melissa, 32 anos).

Existem várias formas de manifestação do assédio moral, com métodos que visam humilhar, vexar, constranger e por fim, destruir os profissionais de serviço social. Não há,

portanto, um estilo específico de agressão, até porque, criar um padrão único implica sobrepô-lo perante os demais.

Ao analisarmos a entrevista do assistente social Luiz temos uma clara manifestação de assédio moral segundo a classificação de Hirigoyen (2016), como violência manifesta. O profissional vivenciou um período em que havia falsas comunicações que foram prejudiciais ao seu exercício profissional, impedindo o intercâmbio com os outros profissionais, de modo a deixá-lo cada vez mais isolado e deslocado dentro da equipe.

Nessa fase, da violência manifesta, conforme expõe Ávila (2015), o assediado que era somente um objeto útil na engrenagem, passa a ser visto como uma ameaça. Torna-se um perigo a ser combatido, seja por qual meio for tornando-se a repulsa por parte do assediador visível, na tentativa de acuar o outro. O desenrolar no caso de assédio sofrido por Luiz, graças a sua capacidade de percepção e argumentação, revelado durante a entrevista, o levaram a buscar estratégias de combate que cessassem o assédio moral após um curto período.

Dentre muitas as situações em que a superior de Luiz o importunava com funções que não eram demandas do Serviço Social, uma tornou-se traumática para o profissional após realizar o atendimento de um usuário que demandaria uma prótese. Luiz fez o atendimento e deliberou positivamente pela necessidade do usuário, de modo a dar andamento e solubilidade ao caso. Contudo, ao encaminhar seu parecer, foi solicitado pela Secretária de Saúde a necessidade de Luiz realizar as cotações para posterior compra da prótese do usuário, fazendo com que ele se queixasse, pois essa não é uma atribuição do assistente social:

[...] ela [a secretária de saúde] me atribuiu que eu fizesse uma tomada de preço, que eu ligasse pro lugar, porque assim só pra você entender, todo processo licitatório precisa de trâmites referentes para escolher o mais barato enfim, só que isso não tem relação com a minha função nem com o meu cargo, isso quem tem de fazer é quem faz a licitação, mas aí ela me pediu eu fui tentei descobrir na internet lugares onde fabricavam esse tipo de coisa e assim fiz um trabalho de investigação mesmo porque eu não tenho nenhum tipo de experiência com esse tipo de coisa.” (Luiz, 31 anos)

Conforme o CFESS (2012b), há na atualidade inúmeros serviços e programas que demandam a presença do assistente social, vinculados à diferentes políticas sociais que precisam ser interpretadas à luz das prerrogativas e competências profissionais. São parâmetros institucionais que norteiam o que cabe ao assistente social de modo a não empobrecer sua função, seja em uma frente de trabalho

desempenhada somente pelo Serviço Social, seja o profissional como partícipe de uma equipe. Notamos que na particularidade do caso citado, há a presença de um desvio de função, mas também uma falsa comunicação, de modo a colocar o profissional como antagonista dos direitos sociais do usuário.

Luiz foi cobrado pela agilidade do serviço que não é de sua competência após a secretária de saúde receber uma queixa por parte do próprio prefeito, fazendo com que o assistente social sofresse mais uma investida de sua superior, após o usuário ter se queixado diretamente com a esposa do prefeito quanto a da demora do processo:

Ela foi e falou comigo assim, por ligação, “Não, é que a pessoa reclamou com a esposa do prefeito e eu sou cargo comissionado se eu não resolver isso meu nome tá na reta e eu posso ser mandada embora, você tem de resolver isso”. Então, tipo assim eu percebi que ela se sentiu acuada e tentou me acuar aí eu tentei explicar pra ela e ela disse assim “Luiz, será que eu vou ter de descer aí em baixo e te explicar como trabalha?”. Isso foi uma das coisas que ela falou, eu fui e tomei um susto e falei assim “Não, não vai ser necessário. Eu estou tentando resolver, não estou me negando a atender nem a você e nem o usuário. Não tem nenhum motivo pra você está falando assim comigo” (Luiz, 31 anos).

O assistente social relata que a sua superior se sentiu ameaçada e tão logo tratou de reproduzir a ameaça para um outro elo dessa corrente, assediando André. Conforme o CFESS (2012b), que os desafios presentes na atuação profissional, exigem um domínio de informações para identificação dos instrumentos a serem acionados, que requerem habilidades técnico-operacionais, permitindo um proficiente diálogo com os diferentes segmentos no espaço de trabalho. O profissional em questão, apresentou tal capacidade para sair das amarras as quais fora colocado por parte de sua gestora. Percebemos também que há, de sua parte, um anseio por sempre investigar quaisquer que sejam suas ações, de modo a não realizar um fazer mecânico, mas reflexivo.

Ao terminar toda a tensão e conseguir dar seguimento a demanda do usuário, Luiz teve a possibilidade de chamar sua gestora para uma conversa, pois não havia considerado uma boa abordagem a forma como os fatos se desenrolaram. O assistente social se preparou para a conversa, inclusive se fundamentando na Resolução CFESS nº443/2003 que regulamenta os procedimentos para o desagravo público, quando ferida a honra profissional do assistente social em razão ou decorrência de sua atividade profissional, de acordo com a alínea “e” do artigo 2º do Código de Ética do Assistente Social.

Gaulejac (2007) afirma que as falsas comunicações ocorrem com a finalidade de dissimular a violência arbitrária das decisões e individualizar e dissolver os coletivos. Assim, a decisão coletiva de uma equipe em não aderir a uma ordem representa uma ameaça a esse poder. O relato a seguir expressa e demonstra a arbitrariedade das decisões e o fechamento para o diálogo, a partir de ridicularizações da categoria profissional.

A dificuldade de comunicação é elemento presente nas relações humanas, especialmente nas estruturas institucionais verticalizadas e hierarquizadas. No entanto, há inúmeros instrumentos de administração das relações sociais em organizações complexas a serem acionados por gestores que tenham competência para desempenhar suas funções de comando e coordenação. Contudo, o gestor, também pressionado para gerar resultados, fecha a porta do diálogo impossibilitando uma administração democrática, já que ser democrático demanda empenho, tempo e discussões, a fim de chegar-se a um consenso.

Até aqui, constatou-se que o assédio moral no trabalho é uma conduta de natureza abusiva, que atenta contra a dignidade dos assistentes sociais de forma repetida e prolongada, expondo o assediado intencionalmente a situações constrangedoras, causando-lhe ofensas a sua integridade. Nesse processo, as perdas vão muito além da saúde da vítima, tendo reflexo na saúde desse trabalhador, como veremos no capítulo seguinte.

Perfil do Assediador dos Assistentes Sociais

Ávila (2015) aponta a necessidade de traçar o perfil dos assediadores, a fim de oferecer elementos para uma cuidadosa reflexão, especialmente por parte das instituições, tendo em vista o perfil do agressor, bem como o da vítima que se torna alvo dos ataques.

Alguns fatos concretos evidenciam o assédio moral, tais como: receber instruções confusas e imprecisas; bloquear o andamento do trabalho; atribuir erros imaginários à vítima; ignorar a presença da vítima na frente de outros funcionários; pedir trabalhos urgentes sem necessidade; desmoralizar a vítima em público; sobrecarregar a vítima de trabalho; não cumprimentar a vítima e não lhe dirigir a palavra; impor horários injustificados; fazer circular boatos maldosos e calúnias sobre a pessoa da vítima; forçar o pedido de demissão; insinuar que

a vítima tem problemas mentais ou familiares; transferir a vítima de setor para isolá-la; não atribuir tarefas à vítima; retirar os instrumentos de trabalho (telefone, fax, computador, mesa); submeter a vítima a agressões, principalmente quando está a sós com o/a agressor/a; proibir os colegas de falar e almoçar com a vítima; enviar cartas de advertência protocoladas; mandar a vítima executar tarefas sem interesse; fazer circular calúnias e maldades sobre a vítima.

Hirigoyen (2006) afirma que o perfil do agressor é bem delineado. Em suas experiências, conclui a referida autora que existe em todo agressor perverso uma personalidade narcisista. Perversos narcisistas são pessoas que fazem o mal por não encontrarem outro modo de existência. São considerados psicóticos sem sintomas, que buscam seu equilíbrio descarregando em outro a dor e as contradições internas que tentam mascarar.

Pode ser considerado ainda, conforme expõe Ávila (2015), como um sujeito que é egocêntrico, que tem um sentimento de grandeza exacerbado, possuindo fantasias de sucesso e poder ilimitado, acreditando ser alguém especial, singular, onde tudo lhe é devido e que relações interpessoais, explora o outro.

O propulsor da ação perversa é a inveja, o objetivo é a apropriação. O perverso narcisista é movido pela inveja que sente dos outros, seja por estes possuírem coisas que o perverso não tem, seja simplesmente por saberem extrair prazeres de suas próprias vidas: tenta destruir a felicidade que lhe passa perto; tenta destruir a liberdade que a rigidez de suas defesas não lhe permite; tenta impedir o prazer que os outros têm com seus corpos, por não conseguir retirar a plena satisfação do seu próprio; tenta destruir a simplicidade de uma relação natural, por ser incapaz de amar (HIRIGOYEN, 2006, p.142).

O manipulador do assédio moral é movido por fatores diversos, adequando-se a situações desde a simples inveja até a busca pelo poder, sendo que a motivação mais constante é a discriminação.

Um aspecto relevante na particularidade do serviço social está ligado ao fato de que, os assediadores dos assistentes sociais, em geral, não são pessoas capacitadas em suas formações para exercerem a gestão de políticas ou mesmo a coordenação de equipamentos públicos, como os Centros de Referência da Assistência Social – CRAS e Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS. Nessa via, acabam fazendo uso de sua autoridade enquanto chefes e tentam impor suas vontades ou de determinados setores ou superiores, como o padrão a ser estabelecido.

Além dos gestores que se tratam de um cargo político, as coordenações e supervisões de serviços das políticas públicas são entregues a promessas eleitoreiras e troca de favores, tornando-se um verdadeiro “cabide de empregos” e não como de fato, deve-se: nesses casos, o protecionismo impede a contratação de profissionais qualificados em suas áreas de conhecimento em condições de desenvolverem as atividades de forma ética e comprometida e que visam à expansão da garantia dos direitos universais, buscando superar a mera execução da política.

O fato é que, qualquer que seja a motivação do assediador, releva um desvirtuamento de caráter; “deixa de praticar certas ações que contemplam a ética e a moral, para realizar propósitos mesquinhos” (ÁVILA, 2015, p.47). Assim, o agressor é um indivíduo desprovido de ética, que se alimenta em ver sua vítima fraquejar diante de seus ataques.

Ávila (2015) expõe que embora não exista um perfil específico para as pessoas assediadas, existem contextos profissionais e situações em que as pessoas correm mais riscos de se tornarem visadas. Um exemplo é daquelas pessoas cujas personalidades perturbam por serem diferentes, por resistirem a padronizações, tais como pessoas extremamente honestas, excessivamente éticas ou dinâmicas demais. Hirigoyen (2005) relata que essas pessoas teriam as maiores dificuldades em se adaptar ao grupo, por resistirem em perder sua personalidade e se tornarem iguais aos outros.

No assédio moral, não há uma relação simétrica como no conflito, mas uma relação dominante-dominado, na qual aquele que comanda o jogo procura submeter o outro, até fazê-lo perder a identidade. E quando se trata de assédio descendente, quando há uma relação de subordinação, transforma-se em abuso de poder hierárquico. A chefia busca legitimar um poder que vai muito além da autoridade dentro do ambiente do trabalho, buscando dominação do assediado, inclusive em sua vida pessoal. A vítima só tem interesse para o perverso quando é utilizável e aceita a sedução, quando se torna útil ao assediador. “Passa a ser objeto de ódio quando escapa ou não tem mais nada a dar” (HIRIGOYEN, 2005, p. 30).

Na particularidade desta pesquisa, dentre os vinte e um entrevistados, constatou-se que o perfil dos assediadores de assistentes sociais no ambiente de trabalho, em sua maioria (quatorze) tem como algoz o superior hierárquico, direto ou indireto. Os ataques aos assistentes

sociais partem dos coordenadores de equipamentos, secretários das políticas públicas e ainda, os próprios chefes do poder executivo.

Os assediadores dos assistentes sociais, em suma, são indivíduos que tem apego ao poder, que demonstram a todo instante sua autoridade de forma impositiva, exagerando em sua importância perante os demais. Constatou-se também que há uma excessiva necessidade de se sentir aprovado e admirado. Tem como característica a arrogância, nutrida de um sentimento de que tudo lhe é permitido. Para isso, nutre uma rede de relações de forma que haja sempre espectadores ao seu redor.

Ávila (2015) aponta que em um ambiente profissional pode ser grande o número de pessoas indiretamente envolvidas com o assédio moral. Colegas, superiores que querendo, ou não, participam de algum modo essa violência, ou que a vivencie, são os chamados pela referida autora de expectadores. Em geral, o expectador não toma nenhuma atitude em prol da vítima de forma a cessar o problema, mas em alguns casos, em um caminho oposto, se torna ele próprio um agressor. Na visão da autora, quanto mais novato é esse expectador nesse ambiente de trabalho mais facilmente influenciado pelo assediador de forma a torná-lo um discípulo, a fim de propagar a exclusão da vítima.

Quando uma pessoa sofre humilhações, há um grupo que assiste a tudo e se cala; um grupo que faz que nada vê para não se angustiar; um grupo que tenta, de início, apoiar a vítima, mas, logo é desestimulado e não toca mais no assunto; um quarto grupo, muito pequeno, de pessoas que emprestam solidariedade à vítima e que, se preciso, poderão servir como testemunhas; e um quinto grupo, formado por aqueles que só tiram proveito da situação que, por medo ou simplesmente para imitar o chefe, tratam de hostilizar a vítima, pois a chefia estimula e até aplaude esse comportamento. (ÁVILA, 2015. p.53)

O ambiente de trabalho onde há diferentes profissionais, de diversas áreas do saber e diferentes formas de inserção, como por exemplo, profissionais que são concursados, contratados, cargos comissionados (de confiança), terceirizados, eleitos para determinada função e até mesmo estagiários pode se tornar uma grande arena para se assistir cenas vexatórias entre assediadores e assediados.

Antunes (2001) ressalta que a organização do trabalho resultante do modelo toyotista, apresenta como característica básica a produção vinculada a demandas heterogêneas, embasada

no trabalho em equipe e ainda, a exigência de trabalhadores polivalentes e multifuncionais. Nessa via, no trabalho dos assistentes sociais são encontradas várias situações que ferem os princípios éticos da profissão.

Quando eu passei pelo meu processo de adoecimento, o principal motivo foi causado por uma colega de profissão. Ela achava que todo mundo era inimiga dela, só porque havia se tornado a secretária. Acho que o poder subiu à cabeça, sabe? (Joyce, 33 anos).

Minha assediadora foi minha colega, assistente social. Eu nunca imaginei que ela se tornaria uma pessoa assim. Fomos amigos durante muito tempo. Olha no que deu (André, 36 anos).

Muitas vezes, o assédio moral vindo do superior em relação a um trabalhador pode acarretar mudanças negativas também no comportamento dos demais trabalhadores, que passam a isolar o assediado. Com a finalidade de proteger seu próprio cargo, pode até mesmo reproduzir a conduta do assediador. Passa a haver, assim, uma rede de silêncio e tolerância às condutas arbitrárias, bem como a ausência de solidariedade para com o trabalhador que está exposto ao assédio moral.

Há assistentes sociais que se tornam espectadores das situações de assédio moral com os colegas de profissão. Em vez de buscarem alternativas para romper com o fenômeno, se tornam indiferentes às ações praticadas pelos assediadores, tornando-os mais fortes e também mais encorajados a praticar esse ato ilícito.

O Código de Ética Profissional em seu artigo 10 alíneas “a”, “c”, “d” e “f” que trata das relações com os assistentes sociais e outros profissionais, afirma como dever do profissional ser solidário com os demais colegas no ambiente de trabalho, não se eximindo de denunciar quaisquer tipos de desacordos com os princípios legais. Expõe também a obrigatoriedade de assistentes sociais ao ocuparem cargos de chefia, dar igual tratamento a todos os profissionais, sem que haja privilégios e discriminações, permitindo e incentivando a contínua formação de toda a equipe, bem como, sempre que possível, a realização de trabalhos interdisciplinares. Por fim, destaca a necessidade do cuidado com o colega. Ao realizar crítica pública, fazendo-a sempre de maneira objetiva, construtiva e comportável. Desse modo, percebe-se como é um dever ético dos assistentes sociais se posicionar contra a situação de assédio vivenciada pelo colega profissional.

É necessário haver uma conscientização dos envolvidos e da sociedade através da realização de campanhas nas empresas e órgãos públicos, e a divulgação de informações sobre a prática do assédio moral, conforme veremos a seguir.

2.6. Relação Assistente Social e Usuário: Entre a Proteção e o Assédio

Fator importante no estudo do assédio no trabalho diz respeito às condutas abusivas, muito próximas do caso relatado anteriormente. Segundo Hirigoyen (2016), conduta abusiva é aquela que pode gerar danos à personalidade da pessoa, bem como em sua dignidade ou à integridade física ou psíquica e pôr em perigo seu emprego ou degradar o ambiente de trabalho. Essas condutas

Manifestam-se, sobretudo, por comportamentos, palavras, atos, gestos e escritos, constrangimento, podendo ir desde o isolamento, passando pela desqualificação profissional, até chegar ao terror com destruição psicológica da vítima (GUEDES, 2003, p.33)

Segundo Ávila (2015), a conduta consubstanciada em assédio moral traz implícitos os requisitos do ato ilícito. Nessa espécie de relação jurídica, existe a peculiaridade de que nem sempre haverá isonomia entre as partes, pois, o empregador é juridicamente subordinado às diretrizes organizacionais e as normas do empregador. “Conduta abusiva, íncita do conceito de assédio moral, pressupõe ato doloso do agente. O ato doloso do agente é componente do assédio moral” (p. 71).

Ao longo das entrevistas constatou-se que, diferente do que soldado fraco, o assédio moral praticado contra assistentes sociais está cada vez mais presente em profissionais combativos e que estão preocupados com o bem-estar da população a que servem, como no caso de Ana. Essa é uma característica muito marcante ao longo de diversas entrevistas e que nos permite inferir tal dado.

Quando analisamos o caso da assistente social Ruth (49 anos), percebemos a presença de uma conduta abusiva como relatado no caso anterior, por buscar garantir o direito de um usuário, em uma atividade rotineira, que se transformou em um grande transtorno. Tal situação, que culminou no seu desligamento da instituição, trouxe um forte desgaste emocional para a assistente social.

Ao realizar atendimento a um idoso que vivia sozinho no município onde atuou por

muitos anos através de vários contratos temporários de trabalho, Ruth se viu diante de uma questão, ela considerou como, *“algo muito delicado, pessoal, moral e até mesmo ético”*. Ela considera que se tornou cada vez mais necessário a institucionalização do idoso, de idade muito avançada. Ela afirmou que não havia mais possibilidade de o idoso permanecer morando sozinho em sua residência, diante de sua baixa mobilidade e capacidade de executar tarefas rotineiras, como banho e alimentação. Dessa forma, enquanto profissional responsável pelo caso, ela solicita a institucionalização em um abrigo, para que o idoso recebesse cuidados mínimos de saúde e alimentação. Isso não aconteceu e ele ficou a mercê da boa vontade de vizinhos e conhecidos que iam até sua casa lhe prestar ajuda.

A situação de assédio moral aconteceu teve sua origem no momento em que a assistente social buscou efetivar os direitos e acesso desse senhor junto as instâncias cabíveis. Partiu, primeiramente da gestão e, em seguida, passou a ser reproduzido por outros membros da administração municipal, a figura do prefeito e em seguida, ao ser judicializado, até mesmo no juizado.

O assédio moral teve duração de algumas semanas, repetitivamente e em público, seja com os seus pares, colegas de trabalho, seja na sede da prefeitura e ainda com a promotoria e a juíza que atende as demandas da cidade. Trata-se de assédio moral praticado por um superior hierárquico, vindo diretamente do prefeito do pequeno município. A profissional desde a primeira investida foi acusada de estar causando custos a máquina pública, uma vez que, feita a transferência do idoso para uma instituição de longa permanência, parte das despesas seriam pagas pelo governo municipal.

Ao saber da situação, o assediador (o prefeito) convocou Ruth até seu gabinete de forma a tomar conhecimento dos fatos. Mas segundo a profissional, já havia por parte do chefe do executivo, todo um conhecimento prévio de todos os encaminhamentos feitos por ela e pelos demais membros da equipe, e pela sua colega de trabalho psicóloga. Ainda sim, tal fato foi responsabilizado somente para a assistente social.

Ao ser convocada para comparecer ao gabinete do prefeito, ela ficou surpresa e tensa, imaginando que seria demitida por algum motivo, mas sem saber ao certo qual a razão, como ela relata no trecho a seguir:

Eu cheguei na sala dele já sabendo que boa coisa não era. Imaginei que fosse ser dispensada, mas não por esse motivo. Jamais imaginei que eu ter pedido uma institucionalização que é um direito do idoso, que já tinha aceitado, já tinha passado por todos os trâmites, inclusive legais, como nesse caso é preciso, seria o motivo. Cidade pequena a gente sabe como é, e ele [o prefeito] sabe que não sou fã nem dele nem do partido dele, logo pensei que fosse me dispensar por isso, mas não por conta de estar fazendo o meu trabalho. E te digo, um trabalho bem feito, sem falsa modéstia (Ruth, 49 anos).

Ao saber do real motivo de estar no gabinete do prefeito, Ruth relatou que se sentiu revoltada com a situação. Durante a entrevista houve um momento em que ela se emocionou. Ao relatar o episódio, após fazer uma pausa, Ruth mencionou que sentiu enorme impotência no seu fazer profissional que estava sendo colocado em xeque. Sua consciência perante a situação foi determinante nesse primeiro momento, fazendo com que ela não se intimidasse com as investidas sofridas por ela, como mostra a sua fala:

Eu não acredito que ele [o prefeito] me chamou na sala dele, eu cheia de serviço, cheia de trabalho importante para dar andamento no CRAS por conta desse senhorzinho que é querido por todos, mas que não tem filhos, não tem irmãos e ninguém mais no mundo. Sabe aquela história de ficar para semente? Pois então, é ele. O último da família vivo, coitado. O prefeito brigar comigo porque eu estou dando prejuízo ao município? Isso não está certo! Não pode ser assim. Ele disse que na próxima vez que eu fizer ele pagar conta que é pra eu perguntar se ele quer e pode pagar e disse que estou dispensada (Ruth, 49 anos).

Há nessa fala diversos elementos que permitem uma análise. Um deles é o uso da máquina pública para interesses pessoais. Outro aspecto é a intimidação de um funcionário público no gozo pleno de seu exercício e atividades, objeto de nossa investigação e constitui como o primeiro passo do assédio moral sofrido por Ruth em decorrência de seu trabalho.

Além do desrespeito com a assistente social, o fato em análise tem implicações na saúde da profissional. Hirigoyen (2005), a situação de assédio moral praticado por um superior hierárquico acarreta ao assediado, efeitos muito mais severos, inclusive de saúde, como debateremos no capítulo seguinte. O profissional, sobretudo no caso de Ruth, que é contratada, sente-se ameaçada duplamente: a situação em si, que se torna objeto de investidas e assédio e em segundo lugar, a possibilidade da perda de seu emprego.

Após esse primeiro momento em que Ruth se sentiu ameaçada, ela menciona ter acontecido outros fatos em decorrência da situação relatada. Ruth se sentiu exposta perante os

demais membros da equipe, bem como com a população da cidade, em que, “[...] todo mundo conhece todo mundo. Meu nome estava na boca do povo por algo que foi feito certo”.

Depois de diversas investidas por parte do prefeito e também do secretário de saúde e assistência, exposição da profissional junto ao judiciário e até mesmo com sua família, onde o problema tomou proporções ainda maiores, a profissional foi dispensada de suas atribuições. Passados aproximadamente dois anos do fato, até a entrevista, a profissional que reside no município, passou a trabalhar em um equipamento de outro município, tendo de se deslocar diariamente cerca de 40 km para trabalhar como assistente social.

Há um trauma em decorrência a situação vivenciada por Ruth, de modo a não se sentir confortável em retornar ao município diante das investidas e exposição feitas pelo seu superior. Mas é importante pensarmos também, como se dá esse processo que é tão doloso.

Assédio Moral Praticado Por Usuários de Políticas Públicas

Há em alguns casos de assédio moral a presença de uma intenção que marca o assédio moral originado a partir de um objetivo e uma meta traçada. Nos casos de assédio é importante a investigação do elemento intencionalidade do ato. Deve-se perquirir se o agressor tinha a intenção de violentar, pois é ela que vai determinar se o ato configura ou não assédio moral.

Assim, Hirigoyen (2016) compreende a intenção ao assédio em duas fases: a sedução perversa e a violência manifesta. Na primeira fase o agressor desestabiliza a vítima, fazendo-a perder progressivamente a confiança em si própria, agindo contra a dignidade da pessoa humana. A finalidade do agressor é atrair irresistivelmente o outro que o admira, corrompê-lo, subordiná-lo, para captar seu desejo, com objetivo de destruí-lo, pois ele representa uma grande ameaça, contudo, mas não o destruir definitivamente, como forma de mantê-lo em suas mãos, preso em uma teia de armadilhas. A segunda fase se dá quando o agressor utiliza de mecanismos que dão a ilusão de que está tudo bem, sendo esta não como algo que agrega, mas sim, uma comunicação que visa à coerção, que impede o intercâmbio, com a finalidade de poder usar o outro, para que este continue a não entender nada do processo e fique ainda mais confuso.

Embasando em Hirigoyen (2016), é possível identificar em nossas entrevistas os casos dos assistentes sociais Laura e Luiz, respectivamente na sedução perversa e na violência manifesta,

causando muitas consequências às relações de trabalho de ambos os profissionais cujos casos serão analisados a seguir.

Um dos municípios da microrregião de Viçosa, possui somente uma vaga para assistente social na política de assistência, onde Laura trabalha por regime de contrato temporário, há três anos. Até o ano de 2020 ela não havia tido nenhum problema junto ao seu exercício profissional, seja por parte dos usuários da política, ou de seus superiores hierárquicos.

Sua fala, evidencia um contentamento com seu local de trabalho e com as atividades que desenvolve junto com seus colegas de equipe. Ela relata também que possui boas condições de trabalho e recebe respeito por parte da gestão municipal de atendimento as demandas que lhe são postas. Nota-se a satisfação e reconhecimento pelo trabalho desenvolvido. Entretanto, ela menciona investidas que sofreu que se caracterizam como assédio moral, que teve como origem interesses políticos partidários.

Na percepção da profissional, o fato de ela ser a única assistente social na assistência, gera inveja e disputa pelo seu emprego. Com o advento da Pandemia do Novo Corona Vírus, ao ser instalado por parte do Governo Federal o programa de transferência de renda, via auxílio emergencial¹⁷, em determinadas situações, muitos dos usuários das políticas, bem como pessoas que sequer frequentavam o equipamento de assistência, procuraram a assistente social, de modo a conseguir informações e até mesmo, apoio para se cadastrarem no sistema. Laura ressalta que alguns destes sequer sabiam ler e escrever, muito menos, tinham acesso as tecnologias eletrônicas para fazer o cadastro. E esse foi o motivo da perseguição sofrida por Laura.

Quando a Laura estava realizando um atendimento dentro de sua sala, ela foi abordada por uma pessoa até então, desconhecida que lhe perguntou o que estava fazendo, inclusive, interrompendo o atendimento, ferindo o direito de confidencialidade e sigilo do usuário e também do dever do assistente social, conforme assegura a Resolução CFESS nº493/2006 e o Código de Ética Profissional de 1993. Dessa forma, a profissional se sentiu importunada por um indivíduo que não tem nenhuma relação com o poder municipal, muito menos com a profissão, mas que estava em constantes tentativas de desestabilizá-la.

O rapaz entrou na minha sala quando estava realizando um atendimento de um casal

¹⁷ O auxílio emergencial aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado pela Presidência da República é um benefício de R\$ 600,00 para garantir uma renda mínima aos brasileiros em situação mais vulnerável durante a pandemia do Covid-19 (novo coronavírus) quando muitas atividades econômicas foram gravemente afetadas pela crise sanitária. O valor corresponde a pouco mais de meio salário-mínimo vigente no ano de 2020 que tem o valor de R\$1040,00.

desempregado, que não tinham conseguido fazer o cadastro do Auxílio Emergencial do governo. Ele bateu uma vez na porta e abriu. Pedi que esperasse, mas ele já chegou dizendo que queria entender o que eu estava fazendo. Vê se pode isso! Com que autoridade? Eu pensei que ele fosse parente do casal, mas não justificaria também. Até perguntei aos dois e eles disseram que sabiam quem era, mas não falaram nada. Eles também ficaram assustados. E isso não parou, porque eu descobri que na verdade ele é cabo eleitoral do candidato concorrente a prefeitura e estava acusando o prefeito de fazer do auxílio, propaganda para si e que eu era o instrumento. Depois de uns dias fui ameaçada na rua que iam me denunciar no CRESS por fazer campanha política dentro do meu serviço” (Laura, 29 anos).

A ameaça, evidenciada na fala de Laura, veio desvelada, de maneira direta e com objetivo de desestabilizá-la, ainda que o foco fosse o atual prefeito do município que se candidataria a reeleição nos meses seguintes. A profissional ao relatar a ameaça que havia sofrido se emocionou, tomando um momento de bastante tensão na entrevista e de desconforto para ambas as partes. Sugerimos que fosse parado, contudo, ela disse ser importante para ela falar sobre o acontecido, até mesmo como, em suas palavras, uma forma de desabafo.

O caso se desenrolou durante algumas vezes, fazendo com que ela própria procurasse o Conselho Regional de Serviço Social, com objetivo de esclarecer suas dúvidas e ter um embasamento legal de suas ações. Segundo Laura, esse se tornou o seu consolo, pois percebeu que não estava fazendo nada que violasse os direitos dos usuários, tampouco infringindo os seus deveres enquanto profissional.

Seligmann-Silva (2011, p. 492), ao discutir a violência no mundo do trabalho, afirma que “as condições indutoras da violência atualmente podem ser encontradas nos dois espaços – trabalho e sociedade -, assim como a inversão de valores éticos e morais: o individualismo, o acirramento da competitividade e o apagamento da confiança e da sensibilidade”.

O assédio moral sofrido por Laura foi pontual, específico e tinha como fim, a perversidade. Desestabilizar não somente a ela, mas criar um clima ruim para a gestão municipal com foco na assistente social. Um indivíduo externo, neste caso, foi seu algoz. No capítulo seguinte será apresentado como o fenômeno do assédio moral pode impactar diretamente na saúde e na qualidade de vida dos assistentes sociais, que assim como no caso apresentado, se vêm adoecidos em decorrência do trabalho.

CAPÍTULO 3

PROCESSOS DE ADOECIMENTO DO ASSISTENTE SOCIAL

Este capítulo atende ao terceiro e quarto objetivo da pesquisa. É apresentado um breve panorama da saúde no Brasil, com enfoque nas doenças acometidas pelo trabalho. Em um primeiro momento, discutiremos os impactos da superexploração dos trabalhadores, cujas consequências ultrapassam a saúde física. As condições de trabalho afetam intimamente a saúde mental dos trabalhadores que acabam por sofrer afastamentos e até mesmo exclusão do mundo do trabalho. É apresentado também os processos de adoecimento acometidos contra assistentes sociais através do assédio moral. É discutido as formas de enfrentamento e organização da categoria profissional, elaborando estratégias de ação. Por fim, é apresentada a questão do suicídio como medida extrema de contenção ao sofrimento que também atinge os assistentes sociais.

Desse modo, para compreendermos os impactos do assédio moral na saúde do trabalhador de forma a totalizar as dimensões, se faz necessário problematizar os reflexos desse processo de adoecimento no ambiente familiar. Discutiremos em um primeiro momento, a política de saúde dos trabalhadores no Brasil e o papel central da família enquanto apoio no processo de bem-estar do membro adoecido e as tensões das relações intrafamiliares, ao passo que essa cumpre uma lacuna deixada pelo governo e pelo mercado.

3.1. A Política e Saúde dos Trabalhadores

Em uma sociedade onde a classe trabalhadora dispõe da venda de sua força de trabalho para sobreviver, o corpo e a mente são seus principais instrumentos de trabalho. Desta maneira o trabalhador resiste ao máximo para não se afastar do trabalho, ao ponto de executar suas tarefas diárias, mesmo com problemas de saúde em decorrência das condições de trabalho. Segundo Souza e Veras (1982, p.11), “a situação socioeconômica afeta a própria percepção da doença, fazendo com que ela seja negada enquanto isto for possível”.

Diante da situação de assédio, o trabalhador estabelece uma batalha interna, negando seu estado de saúde e de um modo geral, consegue atenuar os efeitos, porém, não por muito

tempo. Entretanto, ao intensificar os sintomas, ele acaba sendo levado a procurar ajuda médica, buscando resolver seus problemas e se manter no mercado de trabalho.

As condições de trabalho podem impactar demasiadamente na saúde do trabalhador. Um dos aspectos de análise dos dados desta pesquisa é justamente o adoecimento mental que prejudica o trabalhador.

Em geral, quanto menor o salário, maior será a jornada de trabalho, de maneira que os trabalhadores que permanecem por mais tempo no trabalho tendem a apresentar maiores riscos de problemas de saúde relacionados ao labor, seja por maior tempo de exposição à agentes que possam causar o adoecimento, por excessos na jornada de trabalho, por fatores pontuais, e o assédio moral, desgastando suas energias físicas e mentais.

Os problemas de saúde que afetam as distintas classes sociais são diferentes, e dizem respeito às condições gerais de vida. Quando estudamos os problemas de uma das classes sociais, por exemplo, da classe trabalhadora, encontramos as repercussões da qualidade de vida na susceptibilidade a determinadas situações agressivas à saúde, tais como as formas de exploração e a organização técnica do trabalho. (PICALUGA, 1982, p. 39).

Conforme Picaluga (1982), os trabalhadores com maior capacitação técnica tendem a ocupar trabalhos onde a exigência de força física seja menor, mas a outra parcela com menor capacitação técnica, normalmente estão lotados nas tarefas que demandam mais força física do que mental, ficando estes ainda mais suscetíveis aos problemas de saúde, bem como expostos a maiores riscos.

Cabe enfatizar que os problemas da saúde da classe trabalhadora não se resumem somente aqueles trabalhadores braçais, mas todos estão sujeitos ao adoecimento face as condições laborais, assim como o assistente social.

Segundo Lourenço (2011) há um aumento nas discussões pela saúde da classe trabalhadora na atualidade, comparados ao século passado, uma vez que, ao ser acometido por uma doença ocupacional, este trabalhador passa a significar aumento dos custos em relação aos impostos para o empresariado e maiores custos para o Estado.

Conforme a doença adquirida pelo trabalhador, ele não consegue provar que a adquiriu através do trabalho, dificultando demasiadamente seu retorno e adaptação, ocasionando em muitos casos seu desligamento do emprego. Normalmente estes trabalhadores doentes, sem

emprego dependem das políticas públicas e/ou da ajuda de familiares, já que não conseguem voltar ao mercado com a mesma desenvoltura de antes do processo de adoecimento, pois não estão enquadrados no padrão estabelecido pelo sistema capitalista.

O modo de produção capitalista pode ter grande impacto sob as condições de trabalho, trazendo consigo as doenças e acidentes aos trabalhadores, mas o Estado e até mesmo o movimento sindical não aprofundam o debate sobre as condições de trabalho das pessoas.

As ações no campo da saúde da classe trabalhadora conforme Lourenço (2011), têm sido marcadas pela fragmentação e descontinuidade. Na prática, não foi implementada uma Política Nacional de Saúde e Segurança do Trabalhador. O que temos são diversos órgãos com atuações difusas no enfrentamento ao adoecimento dos trabalhadores e, por não possuírem um discurso afinado as ações, permanecem fragmentadas.

Os números de trabalhadores afastados para tratamento de saúde no Brasil não são precisos, uma vez que uma parcela considerável de trabalhadores se encontra em atividades informais, desempregados ou são funcionários públicos, militares e empregadas domésticas. Desta forma, não passam pelos órgãos governamentais que contabilizam este afastamento e/ou acidente. Nessa parcela, portanto, encontram-se os assistentes sociais, que tem como maiores empregadores o próprio Estado, em suas três esferas de poder.

Conforme nos aponta Lourenço (2011) por um longo período os acidentes e doenças relacionadas ao trabalho não possuíam destaque. Mas tinham o desprezo das autoridades do Estado, diferentemente das doenças infectocontagiosas. No início do século XX os casos de acidentes de trabalho eram registrados nas delegacias policiais, onde posteriormente eram esquecidas nas gavetas do poder público.

Segundo Lourenço (2011) somente em 1930 com a criação do Ministério do Trabalho¹⁸, extinto (2019) pelo presidente Jair Bolsonaro, que entre suas incumbências, tinha que fiscalizar e monitorar os sindicatos das categorias profissionais.

As doenças que não ofereciam riscos aos negócios da burguesia brasileira eram descaracterizadas e deixadas de lado, assim como ocorre atualmente, motivo pelo qual não há

¹⁸ Atualmente, com a extinção da pasta, todas as ações estão centralizadas no Ministério da Economia do Governo do Presidente Jair Bolsonaro.

nenhuma política contundente de combate às doenças e acidentes de trabalho, uma vez que estas podem penalizar as empresas causando redução de suas altas lucratividades, além de manchar suas imagens perante a sociedade.

Se compararmos os dados de doenças e acidentes de trabalho da década de 1970 até os dias atuais, há uma expressiva redução dos números. No entanto não podemos considerar como positiva, uma vez que houve drásticas demissões de trabalhadores, ocasionando também a elevação dos trabalhadores informais, autônomos, terceirizados e empreendedores, que perfazem uma parcela importante, mas que são simplesmente ignorados pelo sistema governamental. Motivo pelo que impactou diretamente nos números, trazendo uma falsa impressão de melhoria da saúde da classe trabalhadora.

É preciso questionar se essas quedas nas estatísticas se devem as mudanças qualitativas nas condições e ambientes de trabalho ou se devem a ausência de notificação e reconhecimento do evento como relacionado ao trabalho. Se fosse devido as mudanças qualitativas nas condições de trabalho, os números não voltariam a subir, como ocorreu em relação ao total geral dos agravos, o que revela que não se trata de mudanças qualitativas nos ambientes de trabalho e da implementação de políticas públicas de controle e vigilância deste problema, mas sim, da não notificação dos agravos, e da mudança de estrutura de empregos no país. (LOURENÇO, 2011, p.19).

Segundo Souza Filho (2016), o processo de desgaste emocional praticado no ambiente de trabalho para cumprir os audaciosos objetivos das empresas e suas metas inatingíveis, bem como do Estado que incorpora a lógica gerencial, tem provocado enormes perdas para os trabalhadores, principalmente após a década de 1970 com os primeiros movimentos do sistema capitalista para a implantação da reestruturação produtiva, mas que no Brasil, tornou-se presente mais precisamente a partir da década de 1980.

Seligmann, Heloani (2017, p. 283) destacam que ao ser implantado o NTEP, os casos de aumento da incidência dos transtornos mentais têm causado enormes preocupações dos governos. Nos países com maiores índices, esta preocupação é provocada pela elevação dos “custos econômicos e sociais acarretados por essa problemática”. Mais uma vez, a questão dos custos são percussores das preocupações do Estado.

O cálculo dos custos indiretos torna-se especialmente desafiante – pois inclui a aferição da perda de produtividade e de qualidade na produção; dos investimentos perdidos em capacitação e treinamentos; além de despesas com indenizações, entre outros itens. Sem esquecer os custos intangíveis, de difícil aferição, que vêm sendo destacados dos indiretos por alguns autores – que são os custos derivados dos impactos humanos que se estendem à família dos assalariados, acarretando perdas e danos de todo tipo. (SELIGMANN; HELOANI, 2017, p. 283).

O local de trabalho passou a ser composto por amplas linhas de enfrentamentos e competições entre os trabalhadores como forma de manter sua empregabilidade, impossibilitando os mecanismos de resistência. Desse modo, há uma perda da razão social do trabalho ocasionando um abalo psíquico a ponto de levar os trabalhadores ao estágio depressivo.

O sistema capitalista conseguiu quebrar os laços que ligavam as pessoas nas mais diversas rotinas e percalços surgidos no ambiente de trabalho. Anteriormente mesmo com a necessidade de continuar empregado, havia uma relação mais próxima e de relativa amizade no local de trabalho. No entanto, segundo Seligmann; Heloani (2017, p. 287), “os estímulos à competição e ao individualismo caracterizam os ambientes de trabalho submetidos à ideologia neoliberal”. Os trabalhadores sofreram influência do modo de produção a ponto de terem como única e exclusiva preocupação a manutenção do seu trabalho, à custa de sua convivência social, familiar e à própria saúde.

Seligmann e Heloani (2017) enfatizam que a polivalência, rotatividade aumentada e outras expressões da flexibilização, provocaram a insegurança nos trabalhadores assalariados, quanto a própria capacidade de atender as demandas e ritmos impostos aos mesmos. Tal situação ocasionou a constante insatisfação pessoal, bem como a sensação de incapacidade enquanto ser humano, resultante dos mecanismos que buscam moldá-lo às necessidades infindáveis do mundo do trabalho.

O adoecimento mental ocasionado por assédio moral relacionado ao trabalho tem sido tema debatido nas diversas academias, sindicatos e nos variados espaços de defesa da classe trabalhadora, uma vez que esta doença se encontra disseminada entre todas as categorias profissionais na contemporaneidade.

Obter o reconhecimento do problema como originário das condições de trabalho não tem sido tarefa fácil por parte do trabalhador e de suas entidades de representação, pois há uma diversidade de barreiras, entre elas a culpabilização do indivíduo pelo seu adoecimento em face de pouca resistência ao mercado corporativo empresarial.

O trabalho convertido como meio de subsistência do trabalhador e propriedade do capitalista traz o medo do desemprego. Desta forma, o trabalhador pode apresentar adoecimento psíquico, fator este de expressivas causas de afastamentos para tratamento de saúde dos trabalhadores. No caso específico da categoria profissional dos assistentes sociais, a doença psíquica tem sido expressiva. Segundo Antunes (2006, p. 21) ao tratar da classe trabalhadora de modo geral, “as mudanças apontadas nas características pessoais e profissionais são, portanto, expressões da adequação da reestruturação produtiva e curso de seus movimentos de tecnificação e racionalização do trabalho.”

Dessa maneira, torna-se fundamental debater as especificidades dos adoecimentos físicos e mentais na categoria profissional dos assistentes sociais. Há inúmeras expressões de assédio moral praticados contra profissionais em razão do seu exercício profissional, que acarretam fortes traumas.

3.2. Os Processos de Adoecimento dos Assistentes Sociais

O adoecimento psíquico ou mental pode não ser detectado em um primeiro momento. Inicialmente o trabalhador pode apresentar diversas alterações em seu organismo, em face das condições do trabalho.

Os ambientes com metas abusivas, cobranças desproporcionais, medo do desemprego e de uma razoável condição futura de vida, constroem situações que podem levar o adoecimento do trabalhador. Rigotto (1990, p. 149) cita como exemplo, aquelas relacionadas ao estado emocional, o aparecimento de “úlceras no estômago, da pressão alta, do enfarte, do câncer ou de outras doenças agrupadas como psicossomáticas. [...] crescem junto com o processo de industrialização, a partir de 1930. São as chamadas doenças do desenvolvimento”.

Ao contrário de outras doenças ocupacionais clássicas, que podem ser caracterizadas com maior facilidade por estarem mais conectados ao trabalho exercido, os distúrbios psíquicos,

por estarem afinados com o processo de reestruturação produtiva e sob a mundialização do capital, imputa ao trabalhador desafios desproporcionais. Desempregos, terceirizações, subempregos e novas tecnologias, geram sobrecarga no trabalhador e consequentemente o adoecimento, muitas vezes imperceptível, mas destrutivo.

Os assistentes sociais não escapam dessa situação, uma vez que cresce cada vez mais as taxas de desemprego, bem como os frágeis vínculos trabalhistas e a exploração do trabalho na categoria profissional. Entretanto, segundo Schneider e Marangon (2016), uma grande parcela da classe trabalhadora em geral, sequer sabe que está sendo vítima de assédio moral.

Dejours (1994) lembra que o trabalhador não é uma máquina programada. Onde quer que atue, levará consigo suas experiências vividas, decorrentes da sua história. Suas crenças, seus valores, desejos e aspirações em um fazer singular na sua construção enquanto um sujeito sócio-histórico.

Schneider e Marangon (2016) menciona que o assédio moral causa a perda do interesse do trabalho, desestabilizando emocionalmente e provocando não somente o agravamento de doenças já existentes, bem como o desenvolvimento de novas comorbidades. Além disso, as perdas atingem não somente a si, mas pode também atingir os colegas de trabalho e todo o desenvolvimento das ações em um determinado espaço. O assédio moral, acarreta prejuízos, portanto, a toda uma organização, indo além do assediado.

O Assédio Explícito e o Assédio Sútil

O aspecto da violência no mundo do trabalho apresenta-se como estratégia de dominação do capital sobre o conjunto de trabalhadores/as, desorganizando-os enquanto classe social e despolitizando-os na medida em que ocorre o esvaziamento do potencial revolucionário dessa classe. Com isso, ocorre a individualização da violência assimilada como culpa do trabalhador e não como forma de violentar os direitos humanos dos trabalhadores. Nesse sentido, a solidariedade de classe desaparece para dar lugar à culpabilização individual em relação a questões que afetam a coletividade.

O assédio moral se tornou uma estratégia de gestão para a administração das relações de trabalho. Sendo a ideologia gerencialista parte do processo de dominação dos/as trabalhadores/as no contexto da reestruturação produtiva.

Dentre os casos analisados na presente pesquisa, verificou-se a presença do que Seligmann-Silva (2011) chamou de a “repressão explícita” e “dominação sutil” que levam os assistentes sociais a um processo de adoecimento.

A repressão explícita, é também denominada repressão selvagem. Tem o medo como seu principal combustível, sendo gerado e manipulado à comodidade do assediador, que leva a um intenso processo de adoecimento de assistentes sociais. Durante as entrevistas, os assistentes sociais relataram que os chefes imediatos eram vistos como um inimigo e em um caso específico, como um “feitor”, expressão que reporta o período em que seres humanos foram escravizados, denominando os que “comandavam”.

Eu reconheço que cheguei a um grau de adoecimento tão grande que via na pessoa do meu gestor, um inimigo, Ele é pra mim até hoje uma ameaça. Pensa numa pessoa ruim? Ele é muito mais! Se fosse no tempo da escravidão esse ser humano era um feitor, que comandava os escravos. Isso não é gente não (Júlia, 31 anos)

A forma de controle quando há a repressão explícita leva aos profissionais um enorme desgaste, pois a tensão está presente em todo o processo de trabalho, sempre pensando que as suas ações serão correspondidas com investidas. Percebemos na fala da assistente social Júlia total temor e traços marcantes de adoecimento ocasionados pelo trabalho.

Contudo, conforme aponta Seligmann-Silva (2011) há casos que a dominação não é aparente, podendo ser inclusive civilizada, mas que traz traços de assédio moral no desenvolver das ações. Na dominação sutil as máscaras variam, podendo haver um sentimento de paternalismo, em que domina a manipulação através do afeto e da gratidão, mas que em determinados momentos, se transforma em sentimento de culpa e provocação. Há também uma característica que é perfeitamente compatível com a região em que estamos analisando, caracterizada de municípios muito pequenos, que é a obediência aos mais velhos, trazida em alguns pontos, até mesmo como lealdade aos “chefes” e ao que é tido como o interesse coletivo.

Algumas falas dos assistentes sociais entrevistados evidenciam um sentimento de gratidão pelo cargo que ocupa justificado, como por exemplo, a partir da vitória nas urnas de

candidato A, sobre o candidato B, que garantiu seu emprego. Somente por tal motivo não está desempregado ou desempenhando outra função diferente de suas formações. Esse tipo de relação bloqueia algumas das ações destes profissionais, pois é colocado sempre em questão o que o outro, no caso, o chefe pensaria de determinado posicionamento.

Hoje eu tenho medo de fazer qualquer reivindicação que não esteja prevista no orçamento, ou ainda que não tenha já aqui na prefeitura. Imagina a trabalhadora que é pedir algo que não tem aqui, nesse fim de mundo. E eles são medrosos porque a administração passada comprava tudo de maneira irregular. Sinto que quando a gente pede, eles colocam na gente um medo que na verdade é deles. Parece que sentem que estamos querendo ferrar com eles (Joyce, 33 anos).

Fui pedir um remédio na secretaria de saúde que o próprio médico do município receitou e isso virou um caos na minha vida. Imagina. Não tem diálogo. Tudo aqui é resolvido do jeito que querem. E querem que a gente tenha medo deles. Mas eu não tenho. Não estou fazendo nada errado (Hélen, 36 anos.)

Nas falas dos profissionais, evidenciaram que há casos em que no momento de reivindicações por melhores condições de trabalho e pela busca da garantia de direitos de usuários, era criado no assistente social, sentimento de culpa, gerando adoecimento.

Há claramente o que Roberto da Matta (1997) denominou em seus estudos como o “Jeitinho Brasileiro” presente nas falas das duas assistentes sociais. O autor acredita que por termos leis geralmente drásticas e impossíveis de serem rigorosamente acatadas, acabamos por não cumprir a lei. E, assim sendo, utilizamos o clássico jeitinho que nada mais é do que uma variante cordial do “Você sabe com quem está falando”¹⁹ e outras formas mais autoritárias que facilitam e permitem pular a lei ou nela abrir uma honrosa exceção que a confirma socialmente. Mas o uso do jeitinho e do “Você sabe com quem está falando?” acaba por engendrar um fenômeno muito conhecido e generalizado entre nós: a total desconfiança nas regras e decretos universalizantes.

Essa característica presente no fazer profissional dos assistentes sociais acaba criando muitos empasses na busca pela garantia dos direitos sociais das populações assistidas. A

¹⁹ Segundo Roberto da Matta a expressão busca criar uma intimidade social, de forma a atender as expectativas do interlocutor, podendo embaraçar conflitos que podem derivar uma diferenciação social e política. Segundo o autor essa expressão está ligada ao processo de formação brasileiro em que os indivíduos são denominados a partir dos papéis que empenham e os cargos que ocupam.

exemplo do caso de Joyce, percebe-se que há um rigor no cumprimento das legislações e tramites legais que se questiona o que de fato está por de trás dessa ação.

Segundo Da Matta (1997) há na nossa particularidade nacional um misto entre o arcaico e o moderno. Qualquer situação, se nota o amplo espaço que se pretende impor entre a lei geral e a pessoa que se rotula como especial e que necessita, portanto, de um tratamento especial. Com alguns casos extraídos do cotidiano brasileiro, o autor mostra algumas situações em que o “Você sabe com quem está falando?” torna-se um imperativo.

Quando analisada a situação da assistente social Hélen vemos o pessoalismo de uma maneira muito clara na situação narrada. Criam-se obstáculos de modo a não garantir acesso a direitos de determinadas parcelas da população de modo a favorecer ou até mesmo retaliar. Um dos pontos elencados nesse cenário, pode ser ainda, a desinformação como uma estratégia para ataques.

A Desinformação Como Estratégia Para Ataques

As duas técnicas de dominação mencionadas – a grosseria e a sutil – utilizam, em graus correspondentes, uma segunda técnica fundamental: a desinformação. Essa é funcional ao assediador para que perpetue suas ações, seja de forma transparente, como na grosseria, seja de uma forma sutil, até mesmo velada e podendo sequer ser notada, como destaca Marta:

Eu nunca tinha imaginado que estava doente. Tinha asias todos os dias. Tudo que eu comia parecia um pesadelo. Mas pensar que é por causa do trabalho, nem pensar. A gente é consumido pela rotina, né? Tinham dias que eu não via minhas seis horas diárias passar e trabalhava uma hora a mais, uma hora e meia a mais que meu tempo. Nunca nem lembrava de anotar. Teve um dia que eu desmaiei dentro do CRAS. Pensa na correria que foi. Eu muito pesada, não poderia ser mexida de qualquer jeito, enfermeiro que estava no posto veio correndo, não sabia o que fazer e aí fui ao médico e minha pressão estava 19 por 11. Em tempo de eu morrer! E sabe o que o médico disse? Trabalho demais. Mas eu não pensava nisso, né. Não imaginava que fosse por conta do trabalho. E era. Até hoje me sinto explorada com o ar de bondade do meu chefe. A diferença que agora eu penso sobre isso e converso com minhas colegas (Marta, 38 anos).

As colocações da assistente social Marta evidenciam uma autocrítica, já que ela consegue compreender as pressões que sofre em decorrência do seu trabalho, seja por parte de

seus superiores que praticam uma violência velada, através de uma superexploração do seu trabalho, seja também pelas incessantes demandas dos seus usuários. Após o desenvolvimento dessa consciência, ela tem uma forte preocupação com seu bem-estar e com sua qualidade de vida, de modo a não ceder em aspectos que a prejudique.

Nesse caso, o Estado torna-se algo idealizado, pela família e sociedade civil, extrapolando a esfera física e ganhando uma forma divina que paira sobre a sociedade civil. Dito de outro modo, o Estado é deslocado para a esfera mística, sendo estranho e exterior a sociedade civil. Nessa chave interpretativa a sociedade civil é vista por Marx (2013) como sendo à base de toda a sociedade, pois ela é a extensão material que comporta todas as idealizações sociais, sustentando o aparelho estatal e perpetuando sua existência.

Nos processos de adoecimento em decorrência do assédio moral, torna-se fundamental compreender as manifestações do desgaste. Esse, apresenta-se em uma série de características, a saber: o cansaço, a irritabilidade, distúrbios do sono e uma série de medos que foram revelados durante a pesquisa, como medo de sofrer um acidente, de adoecer, de sofrer algum tipo de perseguição por parte dos usuários e até mesmo de colegas de trabalho.

A dificuldade de comunicação é um elemento místico presente nas relações humanas, especialmente nas estruturas institucionais verticalizadas e hierarquizadas. No entanto, há inúmeros instrumentos de administração das relações sociais em organizações complexas a serem acionados por gestores que tenham competência para desempenhar suas funções de comando e coordenação. Contudo, o gestor, também pressionado para gerar resultados, fecha a porta do diálogo impossibilitando uma administração democrática, já que ser democrático demanda empenho, tempo e discussões, a fim de chegar-se a um consenso.

O Sentimento do Medo

O medo, ao longo das entrevistas foi o sentimento que mais foi dito, embora em alguns casos, reprimido ou negado. Segundo Seligmann-Silva (2011), em algumas situações “o nervoso é reconhecido, mas não o medo subjacente à ansiedade”. Destacamos que não há um medo universal, mas sim, uma série de “medos” apresentados em diferentes aspectos e contextos pelos assistentes sociais.

Hoje eu tenho medo de adoecer, de ficar louca aqui de tanta coisa errada que eu vejo e não posso fazer nada. Imagina, eu nova, nova na profissão e ficando doida da cabeça? Mas é isso que a administração quer na verdade (Joyce, 33 anos).

Meu maior medo aqui no [equipamento de trabalho] é os usuários voltarem contra a gente. Já vi isso acontecer com uma colega. O povo a tem como uma inimiga e que só pensa no lado do prefeito, nunca pro povo. Eu tento fazer de tudo para ficar bem sabe, mas é complicado. Tem dia que eu tenho medo de ouvir a voz do meu chefe (Virgínia, 40 anos).

Há uma pressão por parte dos profissionais em dar o melhor de si em suas atividades cotidianas. Isso pode ser notado em muitas das falas dos assistentes sociais entrevistados, ao passo que há esse sentimento de garantir os direitos dos usuários e o acesso às políticas em que estão inseridos e de certa forma, protagonistas. Nas situações em que são exigidas maiores demandas, há um considerável aumento da ansiedade por parte dos profissionais.

Se eu não dou conta de fazer o que preciso no dia, como posso ir embora pra minha casa tranquila? Eu não consigo dormir, deitar-se no meu travesseiro com a cabeça tranquila, imaginando que tem uma família de cinco, sete, dez pessoas passando fome e eu com minha filha e meu marido até perdendo algumas coisas, perdendo fruta (Marta, 38 anos).

O mesmo sistema que cria desigualdades sociais e culpabiliza o usuário, leva o assistente social a se sentir culpado diante das ações próprias do seu fazer e de sua competência profissional.

A vítima do assédio é penalizada individualmente pelo sofrimento vivido e tem que arcar com os custos pelo tratamento; muitas vezes a sua experiência fica aprisionada dentro de um consultório médico ou de terapia. Sem a visibilidade sobre o fenômeno que afeta o conjunto geral dos/as trabalhadores/as, as situações tornam-se individualizantes, gerando ainda mais sofrimento para o/a assediado/a, que se sente culpado/a pelo ocorrido e acaba tendo reforçados os sentimentos de solidão e medo.

Juntamente com a ansiedade, notamos que há o medo vinculado ao próprio cansaço em decorrência do trabalho. Há uma preocupação de não aguentar mais e ter de parar de trabalhar. Seligmann-Silva (2011) aponta que o esforço para controlar os vários medos, geram uma

enorme tensão. E é nesse aspecto que as ações desenvolvidas por pelos assistentes sociais que percebemos também o risco de sofrer acidentes de trabalho.

Se eu ficar adoecido e tiver de ficar em casa, aqui não pode ficar sem assistente social. Eu sou contratada, é muito fácil. Colocam outra pessoa no meu lugar amanhã. Somos descartáveis a partir do momento que não somos efetivas. Eu acho que isso é de propósito inclusive (Virgínia, 40 anos).

Ao estudar o assédio moral contra mulheres em uma empresa do setor de plástico voltada à produção de embalagens, Figueiredo (2012) observou que o assédio é tolerado e estimulado pelos dirigentes organizacionais a fim de instaurar o medo e a competitividade. Ela verificou que “[...] o assédio moral praticado na empresa estudada não era originário de relações individuais isoladas, a violência era mesmo institucionalizada, gerada, assim como mantida pela gestão em diversas dimensões [...]” (p. 24-25). Assim, ela constatou que a violência se institucionalizou como forma de gestão.

Em algumas falas, percebemos também a existência do medo de adoecer, de não conseguir permanecer no trabalho, conforme relatado pela profissional Marta e Virgínia. Esse tipo de medo está associado, segundo Rufino (2006), ao medo de perder o emprego.

O cansaço extremo em decorrência do adoecimento

Outro aspecto evidenciado ao longo das entrevistas foram as queixas de insônia, irritabilidade e desânimo. Tais manifestações, segundo Cazamian (1977) são características habituais da fadiga crônica.

As falas de alguns assistentes sociais reportam a queixas de não conseguirem dormir quando chega ao fim do dia em decorrência das pressões sofridas nos seus ambientes de trabalho em decorrência do assédio moral. A irritabilidade apresentou-se como fator marcante quando o assediado, e em alguns momentos, eles se tornaram agressivos com seus colegas de trabalho, bem como no ambiente familiar. Durante as entrevistas foram relatados que o assédio moral no trabalho gerou tensões no ambiente doméstico.

O desânimo, característico da fadiga crônica, segundo Cazamian (1977) pode estar atrelado a um sentimento crescente de tristeza. Em algumas entrevistas apareceram nas falas

“falta de disposição” e “cansado de lutar”, cujos aspectos estão intimamente atrelados ao assédio moral e ao adoecimento que foi gerado, como relataram Marta e Geane:

Eu não tenho vontade de trabalhar mais. Essa é a grande verdade. Eu vou para o trabalho parecendo que estou indo para a força. Sabe aqueles desenhos que as pessoas são enforcadas como forma de punição? Assim que me sinto quando vejo a figura do meu chefe. Graças a Deus não o vejo todo dia, porque eu não sei como anda tanto. Se fosse para me pressionar todos os dias, não iria mais, juro (Marta, 38 anos).

Cada coisa que já passei aqui nesse lugar. São oito anos como assistente social, mas antes eu era secretária. Cada vez que tem uma nova gestão mudam tudo, aí já viu né? Estudei a distância pra me formar. Não tive a melhor formação não, mas eu sei um pouquinho de administração do governo, até mesmo pela convivência. E é cada uma história! Cada prefeito acha que se torna o dono da cidade e que todos são seus escravos. Sou preta, mas estudei uai! Todo mundo fica desmotivado com alguém que só ferroa a gente. O que me motiva todo dia cedo é os usuários. (Geane, 41 anos).

O processo de adoecimento causado nos assistentes sociais em decorrência do assédio moral desmotiva os profissionais em seu ambiente de trabalho, fazendo com que haja cada vez menos motivação em dar o melhor de si. Profissionais se cobram por não se considerarem executando um bom trabalho. Nesse processo, cria-se um ciclo de forma a adoecer cada vez mais os indivíduos, provocando tensões, cansaços crônicos e irritabilidade (SELIGMANN-SILVA 2011).

Assim como a irritação, podemos perceber queixas relacionadas ao cansaço extremo, decorrente de noites mal dormidas e preocupações. Segundo apresenta Figueredo (2012), a dificuldade em dormir podem estar associadas as pressões que os indivíduos sofrem em seus ambientes de trabalho. Alguns assistentes sociais se queixam que o sono durante o período de descanso é superficial e insatisfatório, levando-os a se despertar por diversas vezes em decorrência de pressões do ambiente de trabalho.

A gente deita a cabeça no travesseiro, mas não desliga. Não dá para não pensar em tudo que a gente sofre durante o dia. E quando a gente é atacada [se referindo ao assédio moral] então, mais ainda. Não há quem aguente isso. Meu marido reclama de mim, com preocupação, mas reclama de tanto que eu mexo ou então de acordar e eu estar de olhos abertos. A gente deixa de sofrer sozinha, né? Meu marido sofre comigo. Acho que preciso de tomar algum remédio (Cássia, 53 anos)

A fala da assistente social Cássia, aponta que o desgaste mental muito forte, está precarizando sua saúde mental, evidenciando a necessidade de intervenção médica, de modo a buscar melhor qualidade de vida para ela e sua família, permitindo que haja recomeços. Seligmann-Silva (2011) ressalta que tais características de cansaço e exaustão, conforme o caso de Cássia, são intimamente ligadas as técnicas de gerenciamento dos paradigmas da acumulação flexível e da maximização dos lucros, que busca cada vez mais moldar os trabalhadores aos interesses do capital, forçando o individualismo e promovendo o cansaço.

O uso de ansiolíticos e outras medicações também são fatores bastantes marcantes nos relatos. Dos vinte e um assistentes sociais entrevistados, nove demonstraram que fazem uso de remédios para insônia, ansiedade, calmantes naturais etc. na busca de uma melhor qualidade de vida. Desse modo, há algo muito maior em jogo: a precarização do seu labor promove um isolamento dos indivíduos e repercute de modo determinante na sociabilidade desses sujeitos.

3.3. O desgaste mental dos Assistentes Sociais e o uso de medicamentos

Seligmann-Silva (2011) afirma que a saúde da classe trabalhadora sofre os impactos decorrentes da desregulação e da flexibilização do trabalho. O que era sólido, agora se apresenta como algo extremamente fragmentado, inclusive de valores básicos de sociabilidade, tornando o trabalho humano altamente afetado pelos transtornos mentais.

O cansaço mental do trabalho intelectual intensificado e a exaustão emocional foram igualmente ignorados nas reestruturações. Esse menosprezo tem ocorrido tanto na indústria quanto nos demais setores, e de modo preocupante na prestação de serviços – o que poderia ser detalhado se houvesse tempo para examinar as pressões impostas a professores e profissionais da saúde que estão muitas vezes submetidos a precarização dos contratos de trabalho, das condições de trabalho e, simultaneamente, expostos a formas de violência intimamente articuladas à precarização social (SELIGMANN-SILVA, 2011, p.472).

O trabalho do assistente social na atualidade se encaixa no padrão destacado pelas autoras. As relações interpessoais também foram condicionadas a flexibilização. Em alguns postos de trabalho dos assistentes sociais, os superiores desmotivam o trabalho em equipe de forma a desarticular qualquer ação que busque unidade na garantia de direitos tanto dos profissionais, bem como dos usuários das políticas em que estão inseridos. Essa desmotivação

do trabalho em equipe pode ser compreendida em alguns casos, como proposital e fomentada pela incidência do fenômeno do assédio moral.

O assistente social vítima de assédio moral está, em muitos pontos, sendo colocado “na geladeira” – expressão utilizada por três de nossos entrevistados, designando a perda de funções como forma de retaliação e punição – intensificando ainda mais o processo de adoecimento e possíveis afastamentos do trabalho.

Antes a estratégia era me encher de trabalho. Não tinha um minuto de paz para fazer um relatório. Tudo que é da secretaria de assistência passava pela minha mão, não como algo positivo, mas para me sobrecarregar. Hoje é o contrário, mudou a estratégia. Não me delegam nada para eu não ficar sabendo de nada. Se não fosse o uso dos meus remédios eu não daria conta de me controlar emocionalmente para estar aqui (Joyce, 33 anos).

Minha atividade aqui é só entregar receita que o médico faz, inclusive pego a minha também para os meus calmantes. Não passa mais nada por mim aqui na secretaria. Sou a assistente social da saúde mais desocupada que deve existir. Não porque eu quero, mas porque não me delegam funções. E se eu procuro, proponho, até advertência já me ameaçaram (Guadalupe, 41 anos).

O que é pra mim fazer até a menina da portaria tem feito, só pra não me deixarem intervir. Pedi ajuda ao Conselho, mas só mais me atrapalhou e me deixou ainda mais desestabilizada. Se bobear os usuários nem me conhecem mais (Maria de Lourdes, 43 anos).

Casulo (2018) afirma que vivemos em uma sociedade do cansaço, seja ele gerado por um excesso de trabalho, seja por processos de adoecimento, dentre eles, o assédio moral. Essa sociedade, segundo o autor, é marcada pelo uso abusivo de substâncias que visam melhorar ou maquiar o desempenho de seus atores. Há um expoente muito grande de indivíduos inseridos no mercado de trabalho que fazem uso de substâncias psicotrópicas para aumentar a capacidade laborativa e de um não afastamento do trabalho, levando-os a exaustão, e mesmo assim, continuando no trabalho. Os sinais de cansaço são tratados com drogas para aumentar a atenção e a produtividade, para que os indivíduos não sintam os efeitos causado pelo desgaste do corpo físico, quanto da organização emocional.

No contexto da presente pesquisa, os assistentes sociais demonstram em suas falas uma forte preocupação com a manutenção de seus empregos, mesmo diante das investidas que

sofrem pelo assédio moral. Juntamente com o desgaste emocional ocasionado, há o desgaste do corpo físico, que aliena esses profissionais diante das suas demandas de trabalho, decorrentes da ideia de “bem comum”.

Estou esgotada de tanto trabalho, mas eu não posso parar. Me sentiria pior se tiver de afastar do meu emprego. Muita gente precisa da gente aqui. Prefeito não faz nada não. Quer só fazer caridade, mandar a gente dar cesta básica sem critério. Aliás, tem critério, o voto. Se eu sair daqui quem não vota nele não tem direito. Preciso ter forças, ainda que seja com minhas ajudinhas [se referindo aos medicamentos] (Helena, 28 anos).

A assistente social Helena, durante entrevista nos chamou bastante atenção devido ao seu comprometimento com seu local de trabalho, desde o primeiro instante. Contudo, ao avançar da conversa, percebemos que há um somatório de outras ações devido aos processos de adoecimento que sofre diante do assédio moral. A profissional encontra-se, em suas próprias palavras, muito adoecida, mas não se sente no direito de parar de fazer algo que é designada, mesmo com todas as adversidades, conforme apresentado no trecho.

A partir da fala da profissional, percebemos a presença do messianismo. O assistente social precisa, a todo o momento, estar atento às situações conjunturais concretas que incidem no seu espaço de intervenção profissional, tomando os devidos cuidados para não incorrer em atitudes messiânicas, como salvador a única possibilidade de resolução das expressões da questão social.

Significa, conforme afirma Iamamoto (2009), apropriar-se, teórica e praticamente das possibilidades reais e efetivas, apresentadas pelo cotidiano, resultantes de movimentos sociais concretos, traduzindo-as em respostas profissionais criativas e críticas, rechaçando descrenças e ilusões. Descrenças que revelam uma prática impregnada de uma visão fatalista e ilusões que demonstram uma atuação ligada à concepção messiânica da profissão.

Segundo Iamamoto (2009) os assistentes sociais não são “líderes messiânicos” encarregados de conduzir o processo de transformação da sociedade e nem assim devem se comportar. Tentativas nessa via, podem deixar os assistentes sociais expostos e passíveis do acometimento de assédio moral, como de Helena.

As entrevistas de Helena e André, trouxe os relatos mais marcantes em termos de assédio moral, por revelar as adversidades postas na execução do papel do assistente social em seus respectivos municípios. Helena se emocionou muito no momento da entrevista. Tentando se recompor após sua fala. Ela relatou a dificuldade de aceitar que estava adoecida. Se questionou por inúmeras vezes o que estava acontecendo. Se o assédio – entendido por ela como assédio desde o primeiro momento em que se viu perseguida por seus superiores – era algo provocado por ela mesma. Seu relato evidencia um sentimento que denominamos de auto culpa. Como forma de justificar o sofrimento que lhe é imposto, durante algum tempo, ela buscou justificativas, inclusive de que não é uma boa assistente social e que não “merecia ter sido aprovada” no concurso público do município onde reside e trabalha.

Tal relato é uma amostra de que a sociedade capitalista leva os indivíduos culpabilizem suas ações. Seligmann-Silva (2011) aponta que há casos de discriminação e desqualificação dos profissionais adoecidos em decorrência do assédio moral. Profissionais podem sofrer investidas de caráter depreciativo, como a de que estariam em menos capacidade de trabalho, ou mesmo que eles são os culpados por se encontrar adoecidos.

Segundo Vasquez (2016), as análises das experiências de violência / assédio moral, não podem estar descoladas de sensibilidades, por se tratar de um campo muito subjetivo. É através da sensibilidade que se encontra as questões referentes aos valores, histórias, lugares, lugares simbólicos, aos papéis e as diferenças que nem sempre são mensuráveis. Torna-se, portanto, fundamental considerar o indivíduo na sua fragilidade, finitude, medo e indignação, como também sua força de resistir, denunciar e lutar.

Suarez e Bandeira (2007) afirmam que é necessário compreender o processo de organização da violência do cotidiano, como parte da sociabilidade. Novos padrões são criados de acordo com os interesses do mercado que busca estabelecer novos marcos regulatórios, ainda que sob pena de deixar de fora experiências típicas de sofrimentos e agravos naturalizados no cotidiano, mas que se constituem fatores de risco à integridade física e psíquica de quem vive do trabalho.

Percebemos que o cotidiano de trabalho do assistente social, quando marcado por sofrimento, tende a levar o profissional a estados depressivos, cuja evolução poderá caminhar para um somatório de fatores que degradam a saúde.

Os processos de adoecimento dos assistentes sociais é também uma expressão da “questão social”, que necessita ser explicada. O uso do assédio moral como estratégia de gestão, no atual momento de exploração do capital visa silenciar o trabalhador para que ele se cale, que não questione, não exija direitos para si e para os usuários e, em graus ainda mais elevados, até mesmo que deixe o seu ambiente de trabalho, seja por afastamentos ou mesmo pedindo demissão. E é justamente nesse ponto que se agravam as questões de saúde e o crescente aumento do uso de medicamentos como forma de controle psíquico do trabalhador.

Constatou-se que dentro da categoria profissional há o sentimento de que o assédio moral no do trabalho está presente somente com o colega, com o outro, nunca consigo próprio, mesmo que eles vivenciem essa realidade. Não falar sobre esse tema tão importante se torna funcional para o assediador, pois, em muitos dos casos é através da omissão e/ou desinformação dos demais colegas que se perpetua o assédio moral.

Não ter sequer imaginado a possibilidade de ser vítima de assédio moral, até uma discussão com uma colega de profissão sobre o tema levou a assistente social Paula a questionar o seu papel e suas funções dentro do seu ambiente de trabalho. Lotada em um serviço de saúde, a assistente social relata que é de extrema importância que haja uma compreensão do que é o seu papel para saber o seu lugar dentro da equipe de trabalho e não ser omissa em determinadas situações, mas também, como nas suas próprias palavras, não ser usada por outros profissionais e chefes. Ao ser perguntada sobre o que é assédio moral ela respondeu:

Entendo que seja algo que me desmotive ao que tenho de fazer no meu trabalho e que tenha de ser algo a partir do meu melhor. Hoje eu consigo entender melhor o que é a profissão, quais são minhas funções específicas, mas quando cheguei aqui no serviço, até receita para médico eu entregava, porque ele não queria ter contato com o paciente dele que nem aqui eu estava ou era acompanhado por mim em alguns casos. Entendo que seja algo que me fira enquanto profissional. Se sou uma servidora concursada é porque meu trabalho é útil aqui, assim como a faxineira, a recepcionista, mas também e de igual importância ao médico. E há muito a tentativa de inferiorizar a profissão. Antes tinha isso como pessoal, mas através da análise, pude perceber que é algo maior que eu. (Paula, 39 anos).

Na fala da assistente social, bem como em outras entrevistas uma clareza que o assédio moral é algo que queira desmotivá-la, mas também desqualifica seu serviço prestado. Mesmo com toda a afirmação da categoria profissional dos assistentes sociais através de inúmeras lutas e bandeiras levantadas, ainda há um desmerecimento dentro de uma equipe de trabalho, onde profissionais se sentem mais capazes ou ainda, melhores que outros, como o caso relatado do médico que tentou fazer de Paula sua secretária, ou mesmo ainda, omitiu-se de um dever que é seu e que garante a boa qualidade dos serviços prestados por ele perante seus pacientes.

As respostas mostram à percepção do assédio moral, tentativas de silenciar o trabalhador, de não dar voz. Há a ideia de que o assistente social deve acatar as ordens silenciosamente dos superiores hierárquicos. Em determinados equipamentos há um engessamento dos serviços prestados de modo a não haver reflexão sobre o que está sendo proposto e o que está sendo analisado, tornando os usuários, na visão da assistente social, meros números.

Alguns assistentes sociais relatam que não há, na visão dos gestores das políticas públicas, preocupação real com os usuários, mas sim com os recursos que são repassados, tornando as necessidades individuais dos assistidos, resumidos a tabelas quantitativas. Qualquer ação ou simples proposição diferente disso coloca em exposição os profissionais que estão lado a lado com os usuários. A defesa dos direitos dos usuários se torna uma fonte de um possível ataque. Os profissionais ficam visibilizados e possíveis vítimas de assédio moral.

Ao falar sobre o que é assédio moral, André relatou que a tentativa de silenciar é acompanhada da não possibilidade de propor novas ações se torna em sua visão, uma forma de assédio moral.

Eu entendo que esse tipo de comportamento de uma pessoa que tenta cercar a sua personalidade, a sua forma de se expressar, a sua opinião profissional ou tenta invalidar aquilo que você coloca como posicionamento, aqui falando na área profissional, no contexto das relações de trabalho. Esse movimento da pessoa tentar invalidar a sua expressão para com o trabalho, para com o desempenho das suas atividades. (André, 36 anos).

Essa compreensão de assédio moral relatada por André está intimamente ligada com o que ocorre no trabalho de uma maneira geral. A vivência da humilhação, da tentativa de invalidar seus posicionamentos, gerando adoecimento, como afirma Seligmann-Silva (2011) é

expressa como uma mistura de dor e raiva, que é silenciada pelo medo de sanções ou mesmo da demissão. A constância desse tipo de comportamento pode levar os assistentes sociais a uma exaustão emocional, podendo se caracterizar ainda, um esgotamento profissional diante de repetidas investidas. Anular o outro se apresenta como algo intimamente perverso ao assediado.

Interferências dos superiores também foi relatado nas motivações do processo de adoecimento. Foram apresentadas colocações que destacam também os usuários das políticas públicas como causadores do processo de adoecimento, ao interferir no trabalho do assistente social.

[...] gostaria de ser mais livre né, para atuar mesmo e até mesmo pela política, a gente percebe que muitas vezes não funciona como deveria funcionar. Eu vejo muito na cidade que eu trabalho essa questão do quanto é forte a politicagem. As vezes o usuário vai direto no chefe, no prefeito, no vereador. Não há efetividade do trabalho profissional mesmo e eu sinto isso como também um assédio, pois me desvaloriza. Não precisaria de mim ali então. E isso é assédio, né (Fabiana, 34 anos).

O assédio moral pode ter vários tipos e sentidos. A explanação feita pela por Fabiana salienta a importância de se enxergar os usuários das políticas públicas enquanto assediadores. O Assédio moral não advém somente dos superiores hierárquicos. Ele pode surgir de um colega de trabalho, bem como no caso dos assistentes sociais, por parte da população que é público a quem ele atende.

Iamamoto e Carvalho (2007) ressalta que na via de expansão das margens da autonomia profissional dos assistentes sociais no mercado de trabalho, é fundamental traçar um perfil da profissão: embasamento em valores teórico metodológicos, operativos e prerrogativas legais dentre outros pontos que caracterizam e dão forma a um projeto profissional associado às forças produtivas. Isso se torna possível ao passo que se tem forças políticas comprometidas com a democratização da vida em sociedade e que fomentem discussões que agregam valores aos saberes e permitem uma boa execução dos trabalhos. Dessa forma se faz necessária a discussão sobre o assédio moral, de forma a termos na categoria um pleno conhecimento para que os assediadores não façam novas vítimas na categoria.

Segundo Fonseca (2005), há o ideário em parte da classe trabalhadora de que o uso de medicamentos trará, como em um passe de mágica, soluções para problemas oriundos do

ambiente de trabalho. Durante as entrevistas, foi perguntado aos assistentes sociais se faziam uso de medicamentos controlados, seja por qualquer razão e inclusive, em decorrência dos desgastes do trabalho. Alguns assistentes sociais demonstraram receio em abordar o assunto, sentindo-se envergonhados, pois em nossa sociedade, ainda há o preconceito ainda que velado, em procurar ajuda especializada de psicólogos e psiquiatras e mesmo de assumir ser necessário o uso de medicamentos para combater tais questões decorrentes do mundo do trabalho.

Na fala da assistente social Bianca, por exemplo, total receio de falar sobre o uso de medicamentos para si, mas ressaltou a presença de uma colega que necessita, negando-se fazer uso desse tipo de tratamento.

Tinha outras assistentes sociais que já passaram por situações até piores do que a minha vamos dizer assim. Teve assistentes sociais lá que adoeceram mesmo, eu não cheguei a esse ponto, de ter de tomar medicamento, não, mas teve assistentes sociais lá que tiveram de tirar licença, tiveram de fazer tratamento psiquiátrico, psicológico, tomar medicação, teve sim (Bianca, 33 anos).

Os reflexos da exploração e a dominação via assédio moral acarretam uma série de fatores que se somam. Laurell e Noriega (1989), resalta que na concepção de desgaste mental e processo saúde-doença são indissociáveis das determinações econômicas e políticas que permeiam o mundo do trabalho. Deflagram uma exploração da força de trabalho que sempre é tensionada ao trabalhador, gerando uma “desvantagem” que não pode ser minimizada nos processos de trabalho.

Constatamos que há uma tentativa por parte da profissional Bianca em demonstrar que, mesmo diante das adversidades e das desvantagens que sofre no seu ambiente de trabalho oriundas do assédio moral, ainda sim, tem colegas, também assistentes sociais, intituladas por ela, como piores, mais adoecidas e mais necessitadas de atenção.

Segundo Raichelis (2018) a “desvantagem” pode ser compreendida como desgaste. Dessa forma, faz com que o corpo e potenciais psíquicos esgotem por meio do próprio processo de trabalho e pelas exposições a que estão sendo vinculados, gerando perdas de capacidades corporais e psíquicas. As indicações de que algo está errado, pode surgir de diversas maneiras, em múltiplos eventos, desde agravos mais vagos, sem muita importância, até situações extremas que podem, inclusive levar ao suicídio.

Segundo Seligmann-Silva (2011), nos transtornos que se desenvolvem na precarização social e do trabalho, não pode ser deixado de lado a gravidade dos distúrbios psíquicos e os traumas sofridos em decorrência do trabalho. Esses eventos podem originar o desenrolar de quadro de estresse pós-traumático (TEPT), mas também depressões e quadros de psicose severos.

Doray (2006), afirma que traumas éticos sofridos no passado em decorrência do trabalho, como vítimas de assédio moral, têm sido revelados no histórico de trabalhadores atendidos com as mais variadas manifestações de transtornos pós-traumático em todo o mundo.

A causalidade das situações no ambiente de trabalho deve ser analisada juntamente com o meio social, ou seja, com a violência social presente na sociedade para que haja uma compreensão clara dos eventos, como no caso do assédio moral.

A explicação dos traumas em geral, passa por questões éticas, ou seja, envolvem situações em que o adoecimento é gerado a partir de situações em que o campo ético é ferido. Podemos perceber na particularidade da categoria profissional dos assistentes sociais, que há uma forte tendência, como já mencionamos no capítulo anterior, às perseguições estarem intimamente ligadas aos trabalhadores que são compromissados com os parâmetros legais e institucionais da profissão (DORAY, 2006).

Diante de tantos abusos, a saída encontrada por alguns assistentes sociais é justamente o uso de medicamentos, tranquilizantes, soníferos e antidepressivos como forma de alívio às tensões inerentes ao trabalho e às demandas do dia a dia. Quando somadas aos traumas vivenciados em decorrência do assédio moral, tal saída se intensifica, como no caso do assistente social André, que até os dias atuais, relatou fazer uso de psicotrópicos. Após inúmeras investidas por parte de seus gestores, que viam no profissional uma ameaça aos seus próprios cargos, sem mesmo que ele imaginasse isso em um primeiro momento, André se viu vítima de assédio moral que o levou a fazer uso de medicações, através de acompanhamentos médico especializado, de forma a buscar, em suas palavras, equilíbrio mental para sua vida. Ao ser perguntado se ele percebe alguma alteração em seu estado de saúde, ele disse:

Totalmente né. Não só a saúde mental, mas hoje eu sou muito ansioso, então a tendência é eu alimentar mais e mal. Então, assim, não consigo imprimir um ritmo de exercício físico né, porque no momento que eu vivenciava, e eu ainda vivencio um pouco isso hoje, o corpo está cansado disso tudo. Parece que a

mente vai jogando pro corpo aquele processo de pressão e você vai ficando eternamente uma pessoa cansada. Então, você não dá conta. E muito ansioso então você come muito, não dá conta de concentrar pra fazer um exercício físico, por exemplo (André, 36 anos).

Durante a entrevista, o profissional se mostrou encontrar muito debilitado em decorrência do assédio moral sofrido por parte de seus gestores e que culminaram também em outro tipo de assédio. O profissional passou a sofrer pressões por parte dos usuários da política em que estava inserido. Inclusive, tendo receio em voltar ao seu ambiente de trabalho. Foi criado por ele uma barreira.

Eu não quero voltar ao trabalho lá de jeito nenhum. Não falo que eu não volto porque eu não sei o que pode acontecer no nosso futuro, mas não é meu querer. Não quero passar por isso de novo não” (André, 36 anos).

O assédio moral sofrido por André ultrapassou os limites institucionais, gerando traumas para sua vida. Segundo Doray (2006), podemos compreender o trauma gerado em André como “fenômeno de evitação”, que consiste na compulsão de evitar ambientes, pessoas e tudo que se aproxime do problema vivido ou que possa despertar lembranças. O profissional relatou ainda que por mais que haja boa convivência com os demais membros da equipe que integrava, agora não vê mais a possibilidade de retorno àquele ambiente.

A literatura demonstra (SELIGMANN-SILVA; 2011), (BARRETO, 2016), (DORAY, 2006) que, para casos como o assédio moral sofrido por André que ocasionou, inclusive seu desligamento do trabalho, buscar ajuda especializada se torna fundamental. Seja através de psicoterapias voltadas na esfera psicoafetiva, seja psicoterapias comportamentais, que estão direcionadas para à esfera cognitiva é necessário como forma de tentar recuperar o ânimo para prosseguir profissionalmente.

O esgotamento profissional, ou a exaustão também aparece como uma característica decorrente do assédio moral nos assistentes sociais. Situações vividas a partir do trauma se somam as experiências do assédio e geram um processo de adoecimento ainda mais elevado.

Constatamos em nossas análises que a totalidade dos assistentes sociais tem alguma queixa a respeito de sua condição de saúde, seja decorrente ou não do ambiente de trabalho, ou ainda, seja em decorrência do assédio moral. Percebemos também que cada vez mais, com a intensificação dos conflitos, os assistentes sociais encontram-se suscetíveis a um processo de

adoecimento que envolve não somente ao trabalhador, mas sua família, conforme discutiremos no próximo capítulo. Contudo, é necessário ainda, tratar algo bastante delicado que apareceu em uma de nossas entrevistas: o suicídio.

Segundo Seligmann-Silva (1994), as tentativas de suicídio e os suicídios em decorrência de situações de trabalho tem sido muito menos investigado do que os relacionados, por exemplo, ao desemprego estrutural presente na sociedade contemporânea. A autora afirma que as depressões não são os únicos transtornos psíquicos relacionados ao trabalho que podem culminar no suicídio. Ela ressalta que o suicídio precisa ser abordado como um risco no TEPT, pois casos de esgotamento profissional, bem como perseguições, infelizmente pode evoluir para profundas vivências depressivas, inclusive conduzindo a tentativas de suicídio.

Nos casos de assédio moral quando o trabalhador é perseguido e se torna adoecido, gera-se muitas tensões. Na particularidade dos assistentes sociais, percebemos que há muito pouco discussão sobre essa temática assim como nas demais profissões. Segundo Seligmann-Silva (2011), no Brasil quase não há divulgação sobre a crescente taxa de suicídios que ocorrem em algumas categorias de trabalho, em decorrência de vários fatores, dentre eles, más condições de trabalho, desemprego, desalento e o assédio moral.

Segundo Santos (2010), quanto às tentativas e os suicídios no ambiente de trabalho, não são somente as empresas e o próprio Estado que se encontram despreparados para tal discussão. Há, portanto, forte necessidade de estudos e ações de cunho informativo e preventivo, que sejam capazes de colocar o assunto no centro das discussões do mundo do trabalho.

Visando elucidar como o assédio moral pode levar a situações extremas, como é o suicídio, precisamos problematizar a experiência relatada durante entrevista, pela profissional Aurora, assistente social concursada há 16 anos em um município da microrregião de Viçosa.

Após sofrer inúmeras perseguições de um colega de trabalho, ou seja, assédio moral horizontal (BARRETO, 2005), Aurora se viu adoecida, fragilizada e emocionalmente abalada. Há por parte da assistente social um entendimento muito claro de que se trata de uma expressão de assédio moral e que teve sua origem a partir de um acontecimento muito bem delimitado por ela, segundo seu relato.

Eu sei exatamente onde tudo começou. Foi por conta de uma divisão que nosso coordenador propôs, pra que o serviço estivesse mais bem dividido, sabe?

Temos muitas demandas e de várias frentes de trabalho. E rachar nosso serviço até tal lugar sendo meu e a partir do outro, dos demais colegas não estava fluindo o trabalho. Ai já viu, né? Ele achou que eu fui privilegiada. Começou com uma reclamação junto a nossa chefe na época. Mesmo sem eu saber, ela usou como critério quem tinha mais tempo de casa, ficar com as demandas centrais e no caso era eu. E ele era recém contratado, mas queria assentar na janela. Esperto né? (Aurora, 50 anos).

Ter o conhecimento da origem do problema pode ser um fator positivo no processo de assédio moral, pois, ao identificar sua origem, é o primeiro passo para resolver o problema, conforme podemos perceber ao longo das entrevistas realizadas. Contudo, na particularidade de Aurora, o fato de saber do que se tratava, segundo seu relato, só pioraram as relações, pois o assediador, seu colega de trabalho aterrorizava a colega. Segundo Aurora, em todas as oportunidades de prejudicar ou mesmo falar mal do seu trabalho, o assediador assim fazia.

A particularidade dos assistentes sociais envolvidos nesse caso, seja o assediador e Aurora, assediada, percebemos segundo o relato da profissional, uma omissão diante da gravidade da situação protagonizada por eles. O fato é que os demais colegas de trabalho e os superiores passaram a não dar a devida atenção ao que estava acontecendo e crescendo diante deles. Dejours e Bègue (2010) destacam a propagação de suicídios decorrem não apenas à injustiça ou ao assédio moral nos ambientes corporativos, mas, sobretudo, ao silêncio daqueles que se calam frente ao sofrimento alheio:

Ser traído pelos colegas, pelos próximos, é mais doloroso do que o próprio assédio moral. Assediada, mas se beneficiando do apoio moral e da atenção dos outros, a vítima resiste muito mais psiquicamente (DEJOURS E BÈGUE 2010, p.47)

Aurora afirmou sentir-se desamparada no seu ambiente de trabalho, seja por suas chefias, bem como pelos seus colegas de trabalho. Após um longo período afastada do trabalho e após a tentativa de suicídio, a profissional relata que se sente insegura diante dos desafios que são naturais do seu ofício. Entretanto, seu relato revela insegurança, assim como suas ações, pois, como consequência do longo tratamento que foi submetida, em suas palavras, “perdi encanto pela profissão”.

Durante todo o processo da entrevista, foi buscado deixá-la à vontade sobre o que dizer e o que não dizer. Entretanto ela evidenciou que falar sobre o acontecido, passados dois anos de seu retorno ao trabalho, é para Aurora uma vitória.

Através de acompanhamentos médicos e psicológicos a assistente social retornou ao seu ambiente de trabalho, sendo capaz de compreender de forma crítica todo o processo que vivenciou, inclusive o fatídico momento que não via mais saída para as pressões que foram geradas. A seu pedido, não explicitamos os detalhes de sua ação neste trabalho.

Durante o processo de coleta de dados houve uma negativa de participação da pesquisa por uma assistente social que foi convidada. Entretanto, a assistente social justificou-se incapaz naquele momento devido ao processo de adoecimento que estava vivenciando em função do seu trabalho, que havia culminado em uma tentativa de suicídio.

Percebemos, por meio da literatura e das experiências relatadas nas entrevistas que o assédio moral pode acarretar ao trabalhador danos a sua saúde física e mental que se tornarão irreversíveis a depender do desenrolar das ações. Ter apoio institucional é fator preponderante para bons encaminhamentos que sanem o assédio moral no trabalho e que busquem a integralidade da saúde do trabalhador.

Segundo Santos (2010) não devemos perder de vista a brutalidade que se materializa no suicídio. Repreender as relações de abuso de poder que sujeita a parte mais fraca a subserviência é papel de toda a sociedade de modo a não levar esses indivíduos assediados e adoecidos a se sentirem descartados pelos colegas de trabalho, já que ambientes opressores, infelizmente tem reduzido pessoas a objetos descartáveis.

Os reflexos desse profissional adoecido, aparecerão em toda a sociabilidade, inclusive no ambiente familiar. As relações familiares rapidamente se deterioram à medida que o indivíduo adocece, deteriorando o já pouco tempo disponível para o convívio com os entes próximos. Desse modo, discutiremos no próximo capítulo a importância da família como fonte de apoio no processo de adoecimento decorrente de assédio moral sofrido pelos assistentes sociais no ambiente de trabalho.

Ao longo das entrevistas, diante da situação de pandemia, em que as jornadas de trabalho foram alteradas e em determinados momentos, até mesmo suspensas como forma de controle e

proteção da população em geral, verificamos uma forte preocupação por parte dos assistentes sociais quanto aos impactos da qualidade de seu trabalho perante os usuários das políticas públicas. Outra preocupação era com o comprometimento ético com os princípios norteadores da profissão, contidos no Código de Ética Profissional.

Ao examinarmos a interface família e trabalho, cabe ressaltarmos as múltiplas frentes que dizem respeito às numerosas ressonâncias que o trabalho ocasiona para o relacionamento e o cotidiano da família. O primeiro ponto que devemos levantar são as extensas jornadas de trabalho que são postos os assistentes sociais. É certo que quanto maiores as jornadas, menores serão os tempos de convívio para os trabalhadores terem disponíveis para suas famílias, ao passo que afeta a qualidade do relacionamento do trabalhador com seus familiares.

Constatamos que há muitos profissionais que ainda não foram adequados à chamada “Lei das trinta horas” (Lei 12.317 de 2010) no seu ambiente de trabalho, como o caso da assistente social Elza, que relata que tal fato, levou ao processo de assédio moral que sofreu ao longo dos muitos anos em seu ambiente de trabalho.

Minha família se queixa de não ter tempo durante a semana para nada. Mas sabemos que não é só quarenta horas, né? A gente trabalha muito mais que isso. O serviço vai pra casa também. Mas o que mais me dói é que eles batem o pé que meu concurso é de quarenta horas e que estou querendo fazer corpo mole na prefeitura, porque todo mundo trabalha quarenta, psicólogo trabalha quarenta. Já ouvi até que me acho melhor que os outros e que minha profissão quer dar moleza pra mim (Elza, 43 anos).

Mesmo passados dez anos da promulgação da Lei 12.317 de 2010, percebemos que há interpretações equivocadas ou mal-intencionadas de gestores das políticas que emprega os profissionais do serviço social. No caso de Elza, ela se sente ferida por algo que é de direito seu, algo legítimo. Embora ela tenha cogitado buscar ajuda legal por tal fato, seu companheiro a alerta da possibilidade de novas investidas por parte de seus gestores, acarretando novos traumas.

Algumas das entrevistas realizadas ilustram alterações no ambiente doméstico e o aumento das tensões familiares conectados aos processos de adoecimento causados pelo assédio moral. Na maioria dos casos, há uma correlação entre os transtornos acarretados à vida doméstica pelo assédio moral ou mesmo pequenos desentendimentos.

“Não tem como a gente não pensar no trabalho em casa, né? Não existe uma chave mágica que deixa o trabalho e os problemas dentro no horário de serviço. E o pior que a gente mistura tudo, inclusive com nossos relacionamentos lá fora (Carla, 26 anos).

Barroco (2010) aponta que a moral se estrutura através de princípios e valores universais que se apresentam como abstratos e que são absorvidos pelos indivíduos de acordo com cada padrão de formação histórica. Desse modo, percebemos que há diversos valores presentes na colocação de Carla, que se incomoda em não executar seus serviços, mesmo diante das investidas que recebe no seu trabalho.

Semelhantemente, o assistente social Luiz relata que há tensões no relacionamento com sua esposa e até mesmo no tratamento e no humor com seus filhos, após um dia de trabalho em que sua jornada é estendida:

Tem dias que trabalho além do que devia cumprir e chego em casa não querendo olhar nem para minha esposa, para evitar brigar. Ela tensa com o trabalho dela e eu adoecido. Ai você já viu, né? Dois fios desencapados encostando um no outro não dá certo (Luiz, 31 anos).

André também relatou tensões familiares devido ao estresse ocasionado pela rotina de trabalho. Ao falar de suas relações familiares, nos chama a atenção perante os demais relatos, sobretudo porque este profissional abandonou o posto de trabalho onde se encontrava devido as relações tensas e de assédio moral.

Eu vou ser sincero, se eu estivesse talvez ainda lá hoje eu chegaria em um momento que eu poderia ser até afastado pelo INSS por não dá conta, eu, assim, vejo se eu estivesse vivenciando esse momento hoje lá, talvez isso chegasse acontecer. E o que afeta ainda a família é muitas vezes ser um pai menos presente [...]. A energia que eu gasto com essas coisas eu quero usar, na verdade, para estar mais presente para o meu filho, ser mais amável e próximo da minha esposa, poder fazer coisas que me geram satisfação e alegria né? (André, 36 anos).

Barroco (2010) aponta que quando o trabalho perde seu caráter social, suas ações se tornam alienadas. A liberdade e a universalidade ficam cerceadas, tornando-se inexpressivas. Mesmo o trabalhador necessitando do trabalho para sobreviver, este já não vê no seu local, fonte de prazer, pois, “*a vida genérica do homem é negada quando o trabalho se transforma em instrumento de pura sobrevivência*” (p.35).

André ressalta que sua escolha por deixar o ambiente de trabalho por meio de uma licença não remunerada foi fundamental para o bom andamento de suas ações familiares, seja com sua esposa e com seu filho, seja nas relações com outros familiares, como seus pais, e nas demais relações.

Segundo Seligmann-Silva (2011), as modificações impostas às rotinas de trabalho e ao convívio doméstico são profundamente sentidas tanto pelo trabalhador, quanto pelos seus familiares. O trabalho doméstico é ampliado em uma das frentes, acarretando demandas ou acúmulo de tarefas que acaba sobrecarregando e intensificando a jornada de trabalho feminina. Outro ponto comumente alterado é o relacionamento do casal, inclusive no que se refere aos impactos negativos na vida sexual. A autora ainda ressalta que, em geral, os relacionamentos entre pais e filhos são afetados e empobrecendo.

A repercussão do assédio moral no ambiente familiar que provoque um afastamento do trabalho ou quaisquer outras patologias profissionais, afetam o ambiente familiar, os relacionamentos e os projetos de vida da família.

Paulatinamente, o cansaço e a falta de participação ocasionadas pelo processo de adoecimento no trabalho, decorrentes do assédio moral, geram ao trabalhador um processo de isolamento em relação ao grupo familiar, trazendo impactos na qualidade dos relacionamentos familiares, como foi retratada por Helena:

Sem que eu percebesse estava me isolando de todo mundo. Tudo me irritava em casa, assim como me irritava no trabalho. E a gente trabalha com público, não tem como fazer feio na frente da pessoa que já chega aqui frágil. Eu percebo que além, ou melhor, além não, sobretudo lá em casa, eu descarregava a raiva que não poderia descarregar aqui. Isso fez com que meus pais afastassem. Tinha dias que eu nem via eles, porque pra levar patada, é melhor esconder mesmo, né? Mas aí eu percebi que precisava de ajuda (Helena, 28 anos).

À medida que o desgaste mental se instala no profissional assediado, modificações de conduta, como o isolamento ou demonstrações de mau humor, pode ser interpretado como desinteresse e falta de amor pelos membros familiares. Em contrapartida, o conhecimento pelos familiares das tensões ocasionadas no trabalho pode gerar conflitos e desavenças.

Além disso, as tensões decorrentes do assédio moral provocaram em alguns entrevistados sintomas intensos de dores, cansaços e limitações. Ao verem os assistentes sociais em um processo de adoecimento, seus familiares ficam preocupados, tensos e desgastados. Diante desse quadro, alguns entrevistados optaram por não conversar com seus familiares sobre os desgastes ocasionados no trabalho, como destaca Guadalupe:

Não consigo levar problemas do trabalho para casa. Guardo tudo sozinha, sem falar nem mesmo com meu namorado. Não acho que seja justo depositar problemas neles. Tem dias que eles percebem que não foi um bom dia no trabalho, minha mãe sobretudo, mas não fala nada, porque me conhece, né? (Guadalupe, 41 anos).

A entrevista com Guadalupe revela questionamentos sobre as tensões no ambiente de trabalho que a fazem retrair e se fechar. Essa retração e até mesmo isolamento acarretam prejuízos ao seu convívio doméstico. Ela nos relatou que não se sente à vontade em dividir os problemas com a sua família pelo fato de seus pais já serem idosos e ter receio de causar-lhes algum mal.

Em suma, devemos destacar o importante papel exercido pelos próprios assistentes diante de abusos pela via do assédio moral. Mesmo diante das adversidades postas ao trabalho do assistente social no contexto neoliberal, há expectativa de melhorias. Assim como se deu a conquista (ainda muito desrespeitada) da garantia da jornada de trabalho em trinta horas semanais (Lei 12.370), a luta da categoria poderá resultar em outras conquistas e direitos que possibilitem melhorias na atuação profissional, nas condições de trabalho, qualidade de vida e interação pós trabalho com os familiares toda sua sociabilidade.

3.4. A Ação do Serviço Social no Enfrentamento ao Assédio Moral

Apesar de, em alguns casos, o assédio moral estar direcionado a um trabalhador específico, ele repercute de forma negativa em toda a categoria profissional. Afetando todo o processo de trabalho, já que “todos estão expostos” (BARRETO 2013, p.15).

Não podemos perder de vista que os assistentes sociais, enquanto integrantes da classe trabalhadora, são igualmente explorados pelas forças produtivas. Conforme Antunes (2020), precisamos resgatar o sentido do pertencimento de classe, pois em sua lógica destrutiva, o capital não reconhece nenhuma barreira para precarizar o trabalho.

É diante desse cenário que novos desafios se impõem ao fazer profissional dos assistentes sociais, que têm exercido um papel especial e decisivo junto aos próprios colegas adoecidos e vítimas de assédio moral no trabalho através de equipamentos de saúde instalados na estrutura organizacional do SUS.

Destacamos o trabalho realizado pelos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest), que promovem ações para melhorar as condições de trabalho e a qualidade de vida do trabalhador por meio da prevenção e vigilância nos Cerest estaduais e regionais.

Estes equipamentos promovem a integração da rede de serviços de saúde do SUS, assim como suas vigilâncias e gestão, na incorporação da Saúde do Trabalhador em sua atuação rotineira. Suas atribuições incluem apoiar investigações de maior complexidade, assessorar a realização de convênios de cooperação técnica, subsidiar a formulação de políticas públicas, fortalecer a articulação entre a atenção básica, de média e alta complexidade para identificar e atender acidentes e agravos relacionados ao trabalho em especial, mas não exclusivamente, aqueles contidos na lista de doenças relacionadas ao trabalho, ou de notificação compulsória.

Uma dessas frentes de trabalho é a escuta especializada para possíveis situações de assédio moral. Essa ação torna-se fundamental, enquanto saber técnico para lidar com as diferentes fases de adoecimento e demandas do trabalho e da família.

Segundo Seligmann-Silva (2011), quando há um afastamento do trabalho, bem como necessidade de intervenções legais, a exemplo de encaminhamentos para às instituições previdenciárias, serviços de saúde e instancias jurídicas, os assistentes sociais, de forma interventiva, encaminham ações para tratamentos de saúde, assessorias jurídicas e assistenciais que envolverá não somente o colega de profissão, mas toda sua família, subsidiando-os.

Constatamos o reconhecimento do próprio serviço na fala do assistente social André, ao término da entrevista, quando ressaltou a importância da profissão para os próprios pares e toda a população, ao executar de forma competente as atribuições técnico-operativas do serviço social.

[...] Então, eu tentei separar [os problemas do trabalho, do fazer profissional]. Se alguém me perguntar “Você gosta da sua profissão?” Eu digo que sou apaixonado pela minha profissão, o meu trabalho especificamente. Porque senão você pensa que aquilo é o real, o que acontece só, e não é isso. É tão libertador, tão bacana o nosso trabalho enquanto assistente social

acontecendo. Até lá mesmo [local onde sofreu assédio moral] no meio dessa confusão toda, o tanto que a gente fez pelos nossos usuários e o tanto que a gente fez pelo Serviço Social. Porque no meio dessa confusão toda eu chego nessa cidade há sete anos, sendo o primeiro profissional concursado e o único do município, né? Qualquer coisa que acontecesse no município que ninguém soubesse o que era, ia pra mim. Então, você montar ali o setor de Serviço Social, as pessoas enxergarem o seu trabalho, a importância, o usuário passam a enxergar e confiar no seu trabalho. Isso eu construí nesses sete anos lá. É muito gostoso, muito bom, né? Você fica vigorado, mas a dor aparece, mas então, você fica, é isso que te leva ao sofrimento. Se eu fosse médico eu talvez estaria sofrendo o mesmo tanto, mas talvez estivesse ganhando dez vezes mais. Então, assim, eu tentei e consegui sair apaixonado ainda com o Serviço Social (André, 36 anos).

Barroco (2010, p. 68) afirma que “o hábito faz o monge”, e que existem valores dominantes em nossa sociedade, como há também a possibilidade de discordância do ethos dominante, sendo possível “dizer não aos valores morais quando eles não correspondem às necessidades de emancipação, quando expressam a alienação e promovem a desumanização” (2010, p.68), como fez o profissional André ao demonstrar que mesmo diante de todo o processo de sofrimento e desumanização que foi submetido, ele nutre uma paixão pela profissão.

No momento dessa colocação, André se emocionou, pois sabe da importância do seu papel perante os usuários, seus colegas de trabalho e em sua família. O profissional nos disse ainda que sente que foi a escolha certa ter deixado o seu antigo ambiente de trabalho e ir em busca de outro espaço de modo a não perder “o encanto pelo trabalho do assistente social”.

Muitos são os desafios postos aos assistentes sociais, mas não podemos perder de vista as limitações enquanto profissionais e seres humanos. Conforme Faleiros (2014), é nessa configuração de forças que se imbricam os sujeitos e se processa a análise das relações. Embora nos declaremos universais, estamos limitados pelas condições de vida e de trabalhos, muitas vezes, instalados em relações que oprimem e se tornam insuficientes para a vida contemporânea. Focalizamos estas situações pela importância que assumem no aprofundamento do debate sobre o assédio moral vivido por assistentes sociais, bem como para subsidiar a pesquisa e a produção teórica na área do Serviço Social, identificando com maior rigor analítico aquilo que se constitui ou não se constitui assédio moral, o que implica também em não banalizarmos os danos morais sofridos pelos trabalhadores e pelas trabalhadoras durante

a sua jornada de trabalho, mesmo que, segundo nossa conceituação, não se configurem propriamente como situações de assédio moral.

Nesse sentido, a pesquisa flagra tais situações. Ao relatarem o seu sofrimento no trabalho, em decorrência de uma organização que viola os direitos dos trabalhadores, as assistentes sociais demonstram estar atentos à ocorrência de situações de violência laboral que devem ser identificadas para que possam ser enfrentadas individual e coletivamente.

Por outro lado, quando a organização de trabalho utiliza o assédio moral como estratégia de gestão, passa a administrar as pessoas a partir da desqualificação, da humilhação, do medo para alcançar os seus objetivos. No serviço público, esses objetivos podem estar ligados à submissão do trabalhador ou da trabalhadora às regras impostas, através do autoritarismo ou do abuso de poder. É evidente que toda organização burocrática deve ter regras, normas e procedimentos a serem seguidos para viabilizar o seu funcionamento, mas quando eles são impostos de forma arbitrária, impedindo o diálogo e a resolução de conflitos, podem representar assédio moral contra as pessoas que estão cumprindo a jornada de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo abordar o assédio moral no ambiente de trabalho da categoria profissional dos assistentes sociais na microrregião de Viçosa (MG) no contexto da reestruturação produtiva, que ocasionou inúmeras transformações no mundo do trabalho como a desvalorização do trabalho humano, o estímulo ao individualismo e a competitividade que abrem um campo fértil para a ocorrência desse fenômeno.

Percorremos brevemente a categoria trabalho em Karl Marx a fim de compreendermos que o trabalho humano consiste na mediação entre o homem e a natureza com vistas à produção material ou não. Esse ato se torna diferente dos demais seres vivos ao passo que o homem modifica a natureza com um propósito, com uma finalidade específica, objetivada por meio do trabalho, onde este passa a ter valor de uso, satisfazendo suas necessidades. O ato, entretanto, modifica suas relações não somente com a natureza, com o meio, mas também modifica outros dois elementos: suas relações com os outros homens e consigo mesmo.

As ideias apontadas por Marx sobre a categoria trabalho nos ajudam a entender as transformações históricas, políticas e econômicas da sociedade de classes no contexto capitalista. A compreensão de trabalho por Marx é a necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza, tornando o trabalho, na sociabilidade capitalista, produtivo de valor necessário à reprodução da força de trabalho do trabalhador, além de mais-valia, ou seja, o valor que não é pago ao trabalhador, o valor excedente. Devemos considerar, então, o trabalho como produto de valor, sendo estes materiais ou não.

Na ótica do Modo de Produção Capitalista, buscando compreender o contexto de inserção do Brasil, ou seja, enquanto um capitalismo tardio, dependente e periférico, percebemos que há várias nuances desde o momento de sua formação, ainda colônia de Portugal, em que os objetivos eram muito bem definidos em ter uma economia agroexportadora, baseada na força de trabalho escravizada. Esse processo perdurou por séculos, mantendo as velhas práticas e o arranjo social que favoreceu às elites.

Constatamos o nascimento tardio da indústria nacional que precisava romper justamente com os desmandos e com a ordem social estabelecida durante quase quatro séculos. Essa indústria se tornou, comparada aos países de capitalismo central, atrasada, uma vez que

requeriam gigantescas economias de escala, grandes investimentos de capital e tecnologias avançadas que não estavam presentes na realidade brasileira.

As novas forças produtivas nas décadas de 1920 e 1930 teve um grande impulso, diversificando, mas limitando-se a produções que não demandassem grandes tecnologias como setor têxtil, alimentício, além de fábricas de sabão e velas. Esses setores trouxeram grandes avanços ao Brasil, inclusive na área das políticas sociais, havendo criação de legislações e conquistas de direitos à classe trabalhadora.

Decorrente da industrialização tardia, o capitalismo no Brasil tem características particulares, assumindo três traços específicos: a importância crucial do setor produtivo estatal, a profundidade do processo de internacionalização do sistema produtivo e a expansão do controle do Estado sobre o processo de acumulação.

Ao longo da segunda metade do século XX, a economia se diversificou ainda mais, havendo então incentivos às indústrias e a aquisição de novas tecnologias, exigindo que o trabalhador se transformasse em um tipo disciplinado, qualificado e polivalente. É nesse contexto, porém, que o trabalhador passa a ser dominado pela lógica capitalista. O novo termo obscurece a posição real do trabalhador e suas relações na empresa e na sociedade.

Há uma série de perdas de direitos conquistados através de lutas e reivindicações, sendo implantado o ideário do trabalhador flexível, causando uma fragmentação do trabalho, destituindo a identidade do trabalhador com o processo produtivo. Perde-se a noção do ambiente coletivo, levando a uma intensa precarização do trabalho.

A flexibilização impõe aos trabalhadores as piores condições de trabalho e os salários mais baixos possíveis, permeado pela falácia do crescimento da economia. Nesse movimento também se gesta o crescimento do mercado ilegal, que assume grandes proporções no pós-fordismo e com a mundialização econômico e produtiva, intensificando exploração da classe trabalhadora.

Constatou-se que até os dias atuais há a presença de práticas mandonistas e clientelistas que perpassam o trabalho dos assistentes sociais. Tais mecanismos se tornam personificados nas figuras dos prefeitos municipais, dos secretários e gestores das políticas sociais interferindo de maneira direta no fazer profissional da categoria. Há a presença do assédio moral em

situações que os assistentes sociais buscam garantir a qualidade dos serviços para a população e na defesa das prerrogativas da profissão.

Outra característica marcante é a presença do primeiro-damismo nas políticas sociais. As mulheres dos prefeitos, ao longo dos últimos anos, como já aconteceram em tempos passados de nossa formação tem assumido protagonismo na gestão das políticas públicas, interferindo na execução dos serviços. Algumas dessas interferências, inclusive, tem como pano de fundo práticas político-partidárias, de caráter eleitoral, desqualificando a tecnicidade dos trabalhadores. Essas ações são envoltas à constantes práticas de assédio moral praticada contra assistentes sociais. Há uma fusão da coisa pública, na tentativa de se criar um pessoalismo, retornando velhas práticas como o favor, a benesse e a ajuda. É descaracterizada a perspectiva do direito social nesse contexto.

A pesquisa qualitativa indicou que há diversos mecanismos de coerção dos trabalhadores, como a influência de traços da nossa formação sócio-histórica que não foram rompidos. Dentre os vinte e um assistentes sociais entrevistados, todos afirmaram que em algum momento do seu exercício profissional, sofreram algum tipo de investida que se caracteriza como assédio moral, o que demonstra a amplitude desse fenômeno na referida categoria.

Embora, o cenário apresentado nesse trabalho represente apenas uma parte do estado de Minas Gerais e uma categoria profissional em específico, o fenômeno do assédio moral não se restringe a esses profissionais e espaço, tendo em vista a tendência mundial de precarização do trabalho e do uso recorrente do assédio moral como mecanismo de controle dos trabalhadores.

Observamos a dificuldade por parte dos profissionais em conceituar o fenômeno do assédio moral e, por conseguinte, em alguns casos, eles tiveram dificuldades de identificar se a situação vivenciada era realmente assédio. Grande parte dos assistentes sociais demonstraram insegurança ao responderem “O que você entende por assédio moral?”. No entanto, todas as respostas tiveram em comum a questão do cerceamento do exercício profissional ou da personalidade do trabalhador.

Consideramos que a dificuldade em conceituar e/ou identificar a situação de assédio ocorre, principalmente, em razão de: 1) O assédio moral não se configura como uma pauta coletiva, pelo contrário, é individualizada, de forma que, fica restrita a aquele que é assediado

e, portanto, não promove debates nos espaços de trabalho e entre os profissionais que, por sua vez, se calam com medo; 2) O debate no interior da categoria profissional ainda é reduzido, pois não são todos os profissionais que acessam os espaços de discussões e construção de propostas de enfrentamento do assédio moral.

Ao longo dessa pesquisa apontamos que a ofensiva do capital estruturada sob o ideário neoliberal promoveu o desemprego, a pauperização, a redução da intervenção estatal, o enxugamento dos gastos públicos e, em contrapartida, houve aumento das demandas por serviços sociais. Esse cenário reflete diretamente sobre a categoria profissional dos assistentes sociais, visto que o objeto de trabalho destes profissionais são as expressões da questão social. Nesse sentido, foi comum ao longo da pesquisa, ouvir relatos que apontam para uma exploração do trabalho profissional (horário extenso de trabalho, levar trabalho para a casa, entre outros) e ausência de condições para a realização desse, como a falta de ferramentas, infraestrutura do espaço não condizente com o exercício profissional, baixa disponibilidade de benefícios etc.

Constatamos que a nova forma de gestão do Estado e, conseqüentemente, das políticas sociais está centrada em metas quantitativas, de cunho caritativo, buscando romper com a ideia da universalização dos direitos sociais. Tal caminho abre oportunidade para a instalação do fenômeno do assédio moral como forma de controle destes trabalhadores. Diante desse fato, constatamos que o fenômeno do assédio moral repercute em duas dimensões. Por um lado, atinge o profissional em sua dignidade e suas relações sociais. Por outro ângulo, ao incidir sobre o exercício profissional, acarreta danos nos serviços públicos de várias maneiras: afastamentos sem a substituição no posto de trabalho, custos para tratamentos de saúde e reabilitação profissional, auxílio-doença, auxílio acidente, aposentadoria por invalidez ou pensão para os dependentes em motivos de morte. Esses custos refletem em toda a sociedade que é quem custeia a Previdência Social, responsável pelo manutenção de benefícios relacionados ao trabalho ou doenças profissionais.

Destacamos que o papel de atuação dos empregadores é fundamental para identificação, controle e amparo nos casos de assédio moral praticados contra assistentes sociais. Contudo, há uma omissão pelos empregadores da categoria: Estado e setor privado. Os chefes que possuem minimamente compromisso ético, embasado nas boas relações humanas no trabalho exercem

papel fundamental nesse processo para que não haja continuidade do fenômeno após sua instalação, exercendo sua proatividade na busca por saná-lo imediatamente ao seu aparecimento. O empregador deve exercer o papel de fiscalizador diretamente, mesmo este sendo o Estado, através de controladorias, ouvidorias e equipamentos que permitam aos seus funcionários terem garantidos os seus direitos e reivindicações.

Quando o desgaste físico e mental toma proporções que saem do controle do profissional assediado, a saída encontrada é o uso de medicamentos, tranquilizantes, soníferos e antidepressivos como forma de alívio às tensões inerentes ao trabalho e às demandas do dia a dia. Entretanto, há forte resistência em parte dos assistentes sociais, conforme observamos ao longo do estudo, em procurar ajuda especializada, de intervir de maneira correta junto ao problema que está instalado em seu corpo e sua mente.

Percebemos que há duas frentes distintas em relação aos profissionais adoecidos: na primeira delas, os profissionais não compartilham questões de trabalho com seus familiares, seja por opção, por não ter abertura, por problemas psicológicos que dificultam falar do assunto ou ainda, por não querer levar os problemas do trabalho para o ambiente doméstico. A segunda frente é a de assistentes sociais que buscam apoio no âmbito familiar para lidar com as adversidades ocasionadas pelo assédio moral.

Segundo alguns dos profissionais entrevistados nesta pesquisa, o apoio da família para lidar com as situações vivenciadas no trabalho é fundamental para criar estratégias para enfrentamento ao problema. As fronteiras entre o trabalho e a família são tênues e permeáveis, havendo influências entre ambos os lados. Os membros da família podem ser encorajados a desenvolver novos mecanismos e competências para compartilhar ações de suporte no sentido de fortalecer o membro assediado, para superar obstáculos no gerenciamento da condição de adoecido e reestabelecer a normalidade em todos os campos de sua sociabilidade.

A pesquisa possibilitou desvelar importantes aspectos sobre o trabalho dos assistentes sociais. Entretanto, como limitação, o cenário pandêmico que vivenciamos desde março de 2020 configurou-se como como obstáculos para a execução dessa pesquisa, dificultando a interação e comunicação com os assistentes sociais da microrregião de Viçosa, se tornando

necessária que toda a fase de coletas de dados fosse realizada exclusivamente através de plataformas digitais. Tal fator dificultou a adesão de outros assistentes sociais a essa pesquisa.

Apesar de a pesquisa retratar uma triste realidade vivenciada pela categoria profissional, ela mostra que os assistentes sociais, em sua totalidade, demonstraram que é através do diálogo e de estratégias de enfrentamento coletivo que se pode vencer esse fenômeno que assola a categoria profissional. Tanto as estratégias individuais, quanto as estratégias coletivas de resistência são importantes para consolidar a luta contra as novas formas de intensificação e exploração do trabalho, as quais têm como pano de fundo - para gerir as relações humanas - o assédio moral. Portanto, encontrar formas de resistência é um modo de manter a saúde mental, de entender as reconfigurações do trabalho e enfrentar, no âmbito coletivo, as mudanças que acirram a violência e a opressão no trabalho.

Como sugestão para trabalhos futuros, sugerimos pesquisas que abordem as questões de gênero, para analisar a incidência do assédio moral em mulheres, homens, LBGTQIA+. Outra sugestão é analisar o marcador raça, verificando como se configura o assédio moral entre pessoas pretas e pessoas brancas. Nos dizeres de Raichelis:

Torna-se urgente (...) ampliar a pesquisa para diferentes realidades e espaços sócio-ocupacionais onde trabalham assistentes sociais, mapear as situações concretas de sofrimento de desgaste físico e mental a que estão acometidos, tornar visíveis e socializar esse conhecimento nos diferentes momentos de encontros da categoria profissional (RAICHELIS, 2013, p.630).

Por fim, é importante destacar que esta pesquisa não tem qualquer pretensão de esgotar o tema, pelo contrário, ela contribui para qualificar o debate e aguçar a sensibilidade dos assistentes sociais para manter acesa a discussão dentro da categoria profissional. Afinal, a busca por estudos relacionados à realidade profissional dos assistentes sociais deve ser contínua, pois é uma fonte inesgotável e adquire configurações diferenciadas nas distintas realidades espaciais e temporais.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Mônica Maria Torres de; GRANEMANN, Sara. Ofensiva do capital e novas determinações do trabalho profissional. **Rev. Katálisis**, 2009, vol.12, n.2, pp. 161-169. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802009000200005>. Acesso em: 30 jun. 2014.

ALVES, Giovanni. **Trabalho e Neodesenvolvimentismo**: Choque do capitalismo e nova degradação do trabalho no Brasil. São Paulo: Projeto Editorial Praxis, 2014.

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho?: Ensaio sobre as metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. 7 ed. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANTUNES, Ricardo. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In: GENTILLI, P.; FRIGOTTO, G. **A cidadania negada**: Políticas de exclusão na educação e no trabalho. São Paulo: Cortez, 2001.

ANTUNES, Ricardo. A classe-que-vive-do-trabalho: a forma de ser da classe trabalhadora hoje. In: ANTUNES, R (org). **Riqueza de miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boimtempo, 2006.

ANTUNES, Ricardo. As formas contemporâneas de trabalho e a desconstrução dos direitos sociais. In: SILVA, Maria Ozanira da. **Políticas Públicas de Trabalho e Renda no Brasil Contemporâneo**. ed. São Paulo: Cortez, 2012. cap. 3, p. 59-71.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2020. 335 p.

ARAÚJO, Francisco José. OS SENHORES DOS ANÉIS E DOS DEDOS: estudo sobre o mandonismo na atualidade brasileira. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 11., 2003, Campinas. **Anais eletrônicos...** Campinas: Unicamp, 2003. Disponível em: <http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_details&gid=966&tmpl=component&Itemid=170>. Acesso em: 19 fev. 2021.

ÁVILA, Rosemari Pedrotti. **As consequências do assédio moral no ambiente de trabalho**. 2ª Ed. São Paulo: LTr, 2015.

BARRETO, Marco Aurélio Aguiar. **Temas atuais na Justiça do Trabalho**: teoria e prática. São Paulo: IOB Thomson, 2006.

BARRETO, Margarida Maria Silveiro. O trabalho do assistente social e as estratégias contemporâneas de controle do trabalho. IN: BARRETO, Margarida Maria Silveira (Org.). **Assédio moral no trabalho**: chega de humilhação! Abelhawareb, 2001. Disponível em:

<www.assediomoral.or/site>. Acesso em: 17 maio 2019.

BARRETO, Margarida Maria Silveiro. Assédio moral. In: TRABALHO, DOENÇAS E MORTE, 2010, São Paulo. **Seminário Compreendendo o Assédio Moral no Ambiente de Trabalho** [...]. São Paulo: Fundacentro, 2013. p. 13-26. Disponível em: <http://www.assediomoral.ufsc.br/files/2013/03/Seminario-Combate-AMT-Fundacentro-2013.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2020.

BARRETO, Margarida Maria Silveira. **Assédio moral: a violência sutil: análise epidemiológica e psicossocial no trabalho no Brasil**. Tese (Doutorado em Psicologia Social) — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

BARROCO, Maria Lucia Silva. **Ética e Serviço Social: Fundamentos Ontológicos**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010. 222 p.

BERAS, César. **A FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA BRASILEIRA, A DEMOCRACIA CONTINGENTE E A PECULIAR CONTRIBUIÇÃO GAÚCHA**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, n. 150, p. 55-77, 2016. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/revistaihrgs/article/view/62224>>. Acesso em 19 fev. 2021.

BRASIL. Lei n. 8.987 de 13 de fevereiro de 1995. Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências. **Diário Oficial da União de 14 de fevereiro de 1995**, Brasília, online, 14 fev. 1995. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8987cons.htm>. Acesso em: 28 nov. 2021.

BRASIL. Lei n. 12. 317 de 26 de agosto de 2010. Acrescenta dispositivo à Lei n. 8. 662, de 7 de junho de 1993, para dispor sobre a duração do trabalho do Assistente Social. **Diário Oficial da União de 27 de agosto de 2020**. Brasília, online. Disponível: <<https://www.google.com/search?q=lei+12.317+de+2010&oq=lei+12.317+de+2010&aqs=chrome..69i57.5506j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8>>. Acesso em 13 ago. 2020.

BRASIL. Lei n. 8.662 de 07 de junho de 1993 Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. **Diário Oficial da União de 08 de junho de 1993**. Brasília, online, 08 jun. 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8662.htm>. Acesso em: 10 fev. 2020.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 19, de 4 de julho de 1998. Modifica o regime e dispõe sobre princípios e normas da Administração Pública, servidores e agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas e custeio de atividades a cargo do Distrito Federal, e dá outras providências. **Diário Oficial da União de 05 de junho de 1998**, Brasília, online, 5 jul. 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc19.htm. Acesso em: 15 jul. 2020.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A “**Revolução**” no Cotidiano Invasido pela Pandemia. São Paulo: FFLCH/USP, 2020, p.10-17. Disponível em: http://geografia.fflch.usp.br/sites/geografia.fflch.usp.br/files/Covid_19_e_a_Crise_Urbana_v7.pdf#page=10. Acesso em: 22 jan. 2021.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, online, 1997. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 19 fev. 2021.

CASULO, Ana Celeste. O Brasil e a nova ordem neoliberal: impactos na saúde mental da classe trabalhadora. In: CASULO, Ana Celeste; ALVES, Giovanni (org.). **Precarização do trabalho e saúde mental: o Brasil da Era Neoliberal**. São Paulo: Projeto Editorial Praxis, 2018.

CATANI, Afrânio Mendes. **O que é capitalismo**. 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (BRASIL). **PARECER JURÍDICO nº 10 de 05 de março de 2012**. DETERMINAÇÃO emanada do PODER JUDICIÁRIO, mediante intimação a assistentes sociais lotados em órgãos do Poder Executivo e outros para elaboração de estudo social, laudos, pareceres/ Caracterização de imposição pelo Poder Judiciário, de trabalho não remunerado, gerando carga de trabalho excessiva. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/PAR-JUR-10-12.pdf>. Acesso em: 15 out. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS) (Brasil). **Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. 10 ed. rev. e atual. Brasília: CFESS, 2012a.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (Brasil) (org.). **ATRIBUIÇÕES PRIVATIVAS DO/A ASSISTENTE SOCIAL**: em questão. 1. ed. Brasília: CFESS, 2012b.

COSTA, Diogo Valença Azevedo; CLEMENTE, Márcia da Silva. **Marx e as revoluções dos povos colonizados**: breves notas teóricas e metodológicas. 2012. Disponível em <https://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2012/trabalhos/6933_Costa_Diogo.pdf> Acesso em: 22 abr. 2020.

COSTA, Fernando Braga da. **Garis**: um estudo de psicologia sobre invisibilidade pública. Dissertação (Mestrado). São Paulo: USP - Instituto de Psicologia, 2002.

DA MATTA, Roberto 1936. Carnavais, Malandros e Heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DEJOURS, Christophe. **Psicodinâmica do trabalho**: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento trabalho. São Paulo: Atlas, 1994.

DEJOURS Christophe; BÈGUE, Florence. **Suicídio e trabalho**: o que fazer?. Distrito Federal: Paralelo, 2010

DONATO, Verônica Chaves Carneiro. **O PODER JUDICIÁRIO NO BRASIL: ESTRUTURA, CRÍTICAS E CONTROLE**. Orientador: r José Filomeno de Moraes Filho. 2006. 107 p. Dissertação (Mestre em Direito Constitucional) - Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional, Fortaleza, 2006. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/teste/arqs/cp041679.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2020.

DORAY, Bernard. *Morbité professionnelle et capitalisme monopoliste d'État – sociologie medicale*. Les Cahiers du C.E.R., Paris, 1972.

FALEIROS, Vicente de Paula. O Serviço Social no cotidiano: fios e desafios. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 120, p. 706-722, 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n120/07.pdf>>. Acesso em: 04 dez. 2021.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais no capitalismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

FIGUEREDO, Patrícia Maria. **Assédio moral contra as mulheres nas organizações**. São Paulo: Cortez, 2012.

FORTES, Ronaldo Vielmi. **As três determinações fundamentais da análise lukacsiana do trabalho**: modelo das formas superiores, prioridade ontológica e abstração isoladora - Crítica da ideia da centralidade do trabalho em Lukács. Revista on-line de Filosofia e Ciências Humana, Rio de Janeiro, ano XI, n. 22, p. 44-75, 2016. Disponível em <<http://www.verinotio.org/sistema/index.php/verinotio/article/view/335/322>>. Acesso em: 18 jun. 2020.

FREITAS, Maria Ester; HELOANI, Roberto; BARRETO, Margarida Maria Silveiro. Assédio moral no trabalho. In: **Psicologia Política**. VOL. 8. Nº 15. P. 179 – 182. São Paulo. 2008.

GARCIA, Ivonete Steinbach; TOLFO, Suzana da Rosa. **Assédio moral no trabalho**: culpa e vergonha pela humilhação social. Curitiba: Juruá, 2011.

GUEDES, Márcia Novaes. Assédio Moral e responsabilidade das organizações com os direitos fundamentais dos trabalhadores. In: **Revista da Amatra II**, a.IV, n. 10. São Paulo, 2003.

HIRIGOYEN, Marie-France. *Mal-estar no trabalho: redefinindo o assédio moral*. São Paulo: Bertrand do Brasil, 2002

HIRIGOYEN, Marie-France. **Mal estar no trabalho**: Redefinindo o assédio moral. Trad. De: Rejane Janowitz. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

HIRIGOYEN, Marie-France. **Assédio moral: a violência perversa no cotidiano**. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HIRIGOYEN, Marie-France. **Assédio moral: a violência perversa no cotidiano**. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO. Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. 24ª Ed., São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO. Raul. **O Serviço Social na cena contemporânea**. In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília – DF, p.16-50, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Projeto Profissional, espaços ocupacionais e trabalho do(a) Assistente Social na atualidade. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (Brasil) (org.). **ATRIBUIÇÕES PRIVATIVAS DO/A ASSISTENTE SOCIAL: em questão**. 1. ed. Brasília: CFESS, 2012. cap. 2, p. 33-72. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/atribuicoes2012-completo.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2020.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **SERVIÇO SOCIAL EM TEMPO DE CAPITAL FETICHE: Capital financeiro, trabalho e questão social**. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS (IBGE) (Brasil). **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: < https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf >. Acesso em: 04 mai. 2020.

KONDER, Leandro. **A questão da Ideologia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

LAURELL, Asa Cristina; NORIEGA, Mariano. **Processo de produção e saúde: trabalho e desgaste operário**. São Paulo: Hucitec, 1989.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**, 2ª ed. São Paulo: Nova Fronteira, 1975.

LEYMANN, Heinz. A presentation of Professor Leymann, PhD, MD sci. **The Mobbing Encyclopaedia: bullying: Whistleblowing**, 2000. Disponível em: <<http://www.leymann.se/English/frame.html>>. Acesso em: 03 mai. 2020.

LEYMANN, Heinz. **A presentation of Professor Leymann, PhD, MD sci. The Mobbing Encyclopedia: Bulling. Whistleblowing**, 2017.

LINS, Wilson, et al. **Coronéis e oligarquias**. Salvador: UFBA: Ianamá, 1988.

LOURENÇO, E. A. S. Agravos à saúde dos trabalhadores no Brasil: alguns nós críticos. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v. 12, n. 1, 2011. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/927/940>>. Acesso em: 18 out. 2020.

MARINI, Ruy Mauro. **O imperialismo Brasileiro**. Santiago: Universidade do Chile -Centro de Estudos Socioeconômicos, 1971.

MARX, Karl. A assim chamada acumulação primitiva. In: MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da economia política. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

MELLO, João Manuel Cardoso de. **O capitalismo tardio**. 4.ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MÉSZAROS, István. **A crise estrutural do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2011. 155p.

MORRAL, Andrew R et al. **Discussion and Recommendations**. RAND Corporation, EUA, 2015. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/10.7249/j.ctt19jcgpb.11?seq=1#metadata_info_tab_contents>. Acesso em: 24 abr. 2019.

MOTA, Ana Elisabete. **O feitiço da ajuda**: as determinações do serviço social na empresa. São Paulo: Cortez, 1985.

MOTTA, Fernando Claudio Prestes.; CALDAS, Miguel Pinto. (Orgs.) **Cultura Organizacional e Cultura Brasileira**. São Paulo: Atlas, 1997.

NETTO, José Paulo. BRÁZ, Marcelo. **Economia Política**: uma introdução crítica. 7ª Ed. São Paulo: Cortez, 2006.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do serviço Social frente à crise contemporânea. IN: **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Módulo I. Crise contemporânea, questão social e Serviço Social. Brasília, UNB – CEAD, 1999.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 2º Ed. São Paulo: Cortez, 1996.

NUNES, Thiago Soares. **Assédio moral no trabalho**: o contexto dos servidores da Universidade Federal de Santa Catarina. Orientador: Suzana da Rosa Tolfo. 2011. 281 p. Dissertação (Mestre em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Florianópolis, 2011. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/95904/288978.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 04 mar. 2020.

OLIVEIRA, Francisco de. Celso Furtado. Formação econômica do Brasil. In: MOTA, Lourenço Dantas (org.). Introdução ao Brasil: um banquete no trópico. V.1. 3. ed. São Paulo: Editora Senac, 2004.

OLIVEIRA, Otair Fernandes de. O municipalismo e a cultura política brasileira”. **Achegas – Revista de Ciência Política**. Rio de Janeiro, n. 14, online, 2004. Disponível em: <http://www.achegas.net/numero/quatorze/otair_oliveira_14.htm>. Acesso em 19 fev. 2021.

PELLEGRINI, PRISCILA GASPERIN. **ASSÉDIO MORAL NO TRABALHO E REPERCUSSÕES NA ESTRUTURA E DINÂMICA FAMILIARES**. Orientador: Suzana da Rosa Tolfo. 2016. 225 p. Dissertação (Mestre em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Florianópolis, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/167631/339967.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 02 mar. 2020.

PICALUGA, Izabel Fontenelle. Saúde e trabalho. In: Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. **Saúde e trabalho no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1982. p. 37-42.

PRADO JUNIOR, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo: colônia. 11. ed. São Paulo: Brasiliense, 1966

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. **O mandonismo local na vida política do Brasil**. São Paulo: Institutos de Estudos Brasileiros / USP, 1956.

RAICHELIS, Raquel. O trabalho dos assistentes sociais na esfera estatal. In: **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília, p. 377-391, 2009.

RAICHELIS, R. e SILVA, O. O assédio moral nas relações de trabalho do (a) assistente Social: uma questão emergente. In: **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 123, p. 582- 603, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282015000300582&lng=pt&nrm=is&tlng=pt>. Acesso em: 12 fev. 2020.

RAICHELIS, Raquel. **Proteção social e trabalho do assistente social**: tendências e disputas na conjuntura de crise mundial. *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo, n. 116, p. 609- 635, dez. 2013.

RAICHELIS, Raquel. Serviço Social: trabalho e profissão na trama do capitalismo contemporâneo. In: RAICHELIS, Raquel; VICENTE, Damares; ALBUQUERQUE, Valéria. **A NOVA MORFOLOGIA DO TRABALHO NO SERVIÇO SOCIAL**. São Paulo: Cortez, 2018, p. 25-65.

RIGOTTO, Raquel Maria. Saúde e o Trabalho. In PEREIRA, William César Castilho. **O adoecer psíquico do subproletariado**. Belo Horizonte: Segrac, 1990.

RUFINO, Regina Célia Pezzuto. **Assédio Moral no Âmbito da Empresa**. São Paulo: LTr, 2006.

SANTOS, Cláudia Mônica dos. A dimensão técnico-operativa e os instrumentos e técnicas no Serviço Social. **Revista Conexões Geraes**, Minas Gerais, ano 2, n. 3, p. 25-30, 2013. Disponível em: <http://www.cress-mg.org.br/arquivos/Revista-3.pdf>. Acesso em: 26 out. 2020.

SANTOS, Viviane Medeiros dos. **Transformações Societárias: Repercussões no Serviço Social**. Revista Katálysis, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 53-62, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rk/v23n1/1982-0259-rk-23-01-53.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2020.

SCHNEIDER, Neusa Teresinha Franco; MARANGONI, Fidelis Junior. **O ASSÉDIO MORAL NO TRABALHO: CONTEXTUALIZAÇÃO E CONSEQUÊNCIAS SOBRE A SAÚDE MENTAL DO TRABALHADOR**. [s.l], 2016, 11p. Disponível em: <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2016/02/Neusa-Teresinha-Franco-Schneider.pdf> >. Acesso em: 03 nov. 2021.

SELIGMANN-SILVA, Edith. Uma história de “crise de nervos”: Saúde Mental e Trabalho. In: BUSCHI-NELLI, J.R.; RIGOTO, R. M. (Orgs.). **Isto é trabalho de gente?** Vida, doença e trabalho no Brasil. Petrópolis: 1994. p. 609-635.

SELIGMANN-SILVA, Edith.; HELOANI, Roberto. Precarização - impactos sociais e na saúde mental. In: NAVARRO, Vera Lúcia.; LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza. (Org.) **O avesso do trabalho IV: Terceirização: precarização e adoecimento no mundo do trabalho**. São Paulo: Outras Expressões, 2017. p.281-300.

SELIGMANN-SILVA, Edith. São Paulo: **Trabalho e desgaste mental: o direito de ser dono de si mesmo**. Cortez, 2011.

SIMÕES, Nanci. Lagioto. Hespagnol. **Autonomia Profissional do Assistente Social x Trabalho Assalariado**. 2ª ed. Curitiba: Editora Prismas, 2016.

SIMÕES, Nanci. Lagioto. Hespagnol. **O trabalho do assistente social e as estratégias contemporâneas de controle do trabalho: a questão do assédio moral**. s/p. 29 agosto 2017. Viçosa, MG).

SOUZA FILHO, Rodrigo de. Fundo público e políticas sociais nos Estados dependentes: considerações teóricas. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 37, p. 175-198, 2016. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/viewFile/25401/18362>. Acesso em: 13 maio 2020.

SOUZA, Lúcia Ribeiro; VERAS, Renato. **Ideologia e Saúde**. In: Instituto Brasileiro de Análise Social e Econômica. **Saúde e Trabalho no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1982.

TEIXEIRA, Joaquina Barata; BRAZ, Marcelo. O projeto ético-político do Serviço Social. In: Conselho Federal de Serviço Social – CFESS; Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS (Org.). **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília, p. 185-199, 2009.

VASAPOLLO, Luciano. **O Trabalho Atípico e a Precariedade**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

YASBEK, Maria. Carmelita. O significado sócio histórico da profissão. In: Conselho Federal de Serviço Social – CFESS; Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS (Org.). **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília, p. 125-141, 2009.

RESOLUÇÕES

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Resolução 543/2003** – Institui procedimentos para a realização de desagravo público, e regulamenta a alínea “e” do artigo 2º do Código de Ética do Assistente Social / Altera e revoga a Resolução CFESS N º 294/94, de 04 de junho de 1994.. Disponível em < <http://www.cfess.org.br/arquivos/resolucao44303.pdf>>. Acessado em: 16 dez. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Resolução 493/06** – Estabelece as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social. Brasília, 2006. Disponível em:< http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao_493-06.pdf>. 12 set. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Resolução 512/2007** – Reformula as normas gerais para o exercício da Fiscalização Profissional e atualiza a Política e atualiza a Política Nacional de Fiscalização. Disponível em < <http://www.cfess.org.br/arquivos/pnf.pdf>>Acessado em 05 nov. 2020.

APÊNDICES

APENDICE A: DADOS GERAIS – PERFIL PROFISSIONAL DA REGIÃO

01. Qual a sua idade e o seu sexo?

02. Há quanto tempo você trabalha na área do Serviço Social?

- ☐ até 05 anos
- ☐ de 06 a 10 anos
- ☐ de 11 a 15 anos
- ☐ de 16 a 20 anos
- ☐ de 21 a 25 anos
- ☐ de 26 a 30 anos
- ☐ mais de 31 anos

03. Há quanto tempo você está em seu atual local de trabalho?

- ☐ até 05 anos
- ☐ de 06 a 10 anos
- ☐ de 11 a 15 anos
- ☐ de 16 a 20 anos
- ☐ de 21 a 25 anos
- ☐ de 26 a 30 anos
- ☐ mais de 31 anos

04. Você trabalha em:

- ☐ Órgãos do governo federal
- ☐ Órgãos do governo estadual
- ☐ Órgãos do governo municipal
- ☐ Organizações não governamentais
- ☐ Empresas privadas
- ☐ Outros: _____

05. Como foi a forma de ingresso em seu trabalho atual:

- ☐ Concurso público
- ☐ Processo seletivo
- ☐ Indicação
- ☐ Comissionamento
- ☐ Contrato temporário
- ☐ Contrato terceirizado
- ☐ Contrato de pessoa jurídica (mediante nota de prestação de serviços) ☐ Contrato

por projeto/tarefa

() Outro: _____

06. O seu vínculo empregatício é:

() Regime estatutário

() Regime celetista

() Contratado(a) por tempo determinado

() Outros – Cite o vínculo: _____

07. Qual a sua faixa salarial:

() Menos de 01 salário mínimo

() De 01 a 02 salários mínimos

() De 03 a 04 salários mínimos

() De 05 a 06 salários mínimos

() Mais de 07 salários mínimos

08. Qual o cargo que você ocupa na instituição em que trabalha?

09. Quais são suas atribuições profissionais? (Cite, no mínimo, três atribuições)

10. Você trabalha em equipe?

() Sim

() Não – Em caso afirmativo, quantas pessoas fazem parte de sua equipe?

11. Como ocorre a divisão do trabalho e a distribuição das tarefas?

12. Em sua trajetória profissional, qual o cargo mais alto que você ocupou ou ocupa na hierarquia institucional?

13. Em seu posto de trabalho, você tem autonomia para realizar as atribuições e competências relativas ao Serviço Social?

() Sim - Explique sua resposta:

() Não - Explique sua resposta:

APENDICE B: CARACTERIZAÇÃO DO ASSÉDIO MORAL NO TRABALHO

1. Fale sobre o que ocorreu no seu trabalho que você identifica como uma situação abusiva.
2. O que você entende por assédio moral?
3. Quais eram os comportamentos do agressor?
4. Sobre sua atividade, houve alguma mudança nas tarefas exercidas, retirada de responsabilidades, etc?
5. Você percebe se suas funções foram diminuídas ou aumentadas em função do assédio?
6. Você realiza atribuições que não são privativas do serviço social?
7. A quem ou a que você atribui o que aconteceu?
8. Qual a frequência e quanto tempo duraram essas situações?
9. Quando você identificou essas situações?
10. Quem eram os envolvidos nas situações? Havia algum assistente social?
11. Outras pessoas passaram por situações semelhantes?
12. Como são suas relações com os colegas de trabalho?
13. Como são suas relações com os colegas assistentes sociais?
14. Você sente medo de retornar ao trabalho?
15. Como você lida com essas situações?
16. Você utiliza ou já utilizou algum tipo de medicamento em razão disso?
17. Percebeu alguma mudança no estado de sua saúde?
18. Você conversou com alguém sobre o assunto?
19. Você já conversou com outro assistente social sobre o assunto?
20. Você já pensou em abandonar a profissão por conta do assédio moral sofrido?
21. Quem sabe do que aconteceu? Você contou para sua família?
22. Houveram mudanças de comportamento com os demais membros da família?
23. Recebimento da notícia de que um familiar sofria assédio moral no trabalho
24. Rotina da família durante o período de maior ocorrência de violência
25. Repercussões no relacionamento familiar (antes e depois da situação de assédio moral no trabalho)

26. Situações semelhantes na família

27. Preocupações atuais da família (em relação ao emprego, a família).

APÊNDICE C: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O (A) Sr. (a) assistente social, está sendo convidado (a) a participar como voluntário (a) da pesquisa: **Assédio moral, processo de adoecimento e repercussões na família: um recorte do trabalho do assistente social na microrregião de Viçosa-MG**. Nesta pesquisa pretendemos analisar o assédio moral nas particularidades do exercício profissional dos assistentes sociais da microrregião de Viçosa-MG, bem como os rebatimentos do assédio nos processos de adoecimento desses trabalhadores e os impactos na família.

São recorrentes os depoimentos de assistentes sociais nos encontros da categoria, ou ainda de maneira informal entre os colegas, relatando situações de opressão, humilhação e sofrimento no ambiente de trabalho. Portanto, pesquisar o assunto é de suma importância para o conhecimento mais profundo das formas como se apresenta o assédio moral no trabalho do (a) assistente social para adoção de estratégias de resistência e combate dessas situações que causam sofrimento físico e/ou mental desta categoria, bem como reflexos na família.

Para o desenvolvimento da pesquisa será necessária sua participação em um encontro, divididos em dois momentos. Primeiro será aplicado um formulário com afirmações, as quais será marcada(s) com X aquela(s) que já experienciou no trabalho ou em função dele. Esse processo terá duração de no máximo de quinze (15) minutos. O segundo passo será feito uma entrevista semiestruturada a partir de temas facilitadores sobre o assédio moral sofrido no ambiente de trabalho. Essa etapa terá duração máxima de sessenta (60) minutos. Devido ao atual cenário, onde vivenciamos a pandemia da COVID-19, as entrevistas serão feitas remotamente, através de uso de plataformas digitais, como Google Meet e Zoom e serão gravadas para posterior análise dos dados.

Há de se considerar como um risco para a participação na pesquisa, os múltiplos vínculos empregatícios dos assistentes sociais na cena contemporânea, sendo em sua maior expressão, relações trabalhistas frágeis, como por exemplo, contratos de trabalhos renovados a cada trinta dias, podendo-se dar, deste modo, como forma de retaliação o rompimento do contrato de trabalho. Para os profissionais concursados, há de se considerar o risco de outras formas de retaliação, como isolamento e ou acúmulos de tarefas. Devido ao conteúdo sensível da entrevista, que pode gerar desconforto ou constrangimento ao assistente social entrevistado, as entrevistas serão marcadas de acordo com a disponibilidade dos entrevistados estarem em um local reservado de sua preferência. Visando ainda garantir que não haja constrangimentos, a entrevista poderá ser interrompida e continuar em outro momento ou ainda, não responder às questões consideradas constrangedoras por parte do entrevistado.

A presente pesquisa busca trazer como proveito para os assistentes sociais da microrregião de Viçosa, MG e toda a categoria profissional, o entendimento das expressões do fenômeno assédio moral dentro da profissão, de forma a criar estratégias coletivas e / ou individuais de

enfrentamento, que possibilite a esta parcela da classe trabalhadora uma melhor qualidade de vida e trabalho.

Esclarecemos que sua participação é totalmente voluntária, podendo: recusar-se a participar, ou mesmo desistir a qualquer momento sem que isso acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa ou ainda, de sua família. Esclarecemos ainda que suas informações serão utilizadas somente para os fins desta pesquisa e serão tratados com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar a sua identidade.

Informamos que o(a) Senhor(a) não pagará e nem será remunerado por sua participação. Garantimos, no entanto, que todas as eventuais despesas decorrentes da pesquisa serão ressarcidas, quando devidas e decorrentes especificamente de sua participação na pesquisa. Esclarecemos, de acordo com a Resolução CNS nº 466 de 2012, item IV.3.h, esta pesquisa garante indenização ao assistente social participante diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa.

Conforme já explicitado, em decorrência da pandemia da COVID-19, as entrevistas serão feitas remotamente. O TCLE será enviado para o e-mail do participante da pesquisa. De acordo com a Resolução CNS nº 510/2016, será feita a leitura de todo o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido como forma de obtenção da autorização para realizar a entrevista, que será gravada em áudio. O participante poderá ter acesso ao registro do consentimento e de todo o áudio sempre que solicitado. Os dados coletados ficarão arquivados com o pesquisador responsável após o término da pesquisa por um prazo de cinco anos. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo e confidencialidade, atendendo à legislação brasileira, em especial, à Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, e utilizarão as informações somente para fins acadêmicos e científicos.

Coordenadora da pesquisa (pesquisador responsável):

Nome: Rita de Cássia Pereira Farias
Departamento: Economia Doméstica – Tel.: (31) 3612-7600;
E-mail: rcfarias@ufv.br
Av. PH Rolfs, s/n – Campus Universitário
Cep: 36570-900 Viçosa/MG

Equipe de pesquisa

Nome: Pedro Leonardo Cedrola Vieira
Departamento: Economia Doméstica – Tel.: (31) 3612-7600;
E-mail: pedro.cedrola@ufv.br
Av. PH Rolfs, s/n – Campus Universitário
Cep: 36570-900 Viçosa/MG

Em caso de discordância ou irregularidades sob o aspecto ético desta pesquisa, você poderá consultar:

CEP/UFV – Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos
Universidade Federal de Viçosa
Edifício Arthur Bernardes, piso inferior
Av. PH Rolfs, s/n – Campus Universitário
Cep: 36570-900 Viçosa/MG
Telefone: (31) 3612-2316
Email: cep@ufv.br
www.cep.ufv.br